

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	10

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	12
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	13
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	14
Demonstração de Valor Adicionado	15

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	17
Balanço Patrimonial Passivo	19
Demonstração do Resultado	22
Demonstração do Resultado Abrangente	24
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	25

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	27
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	28
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	29
Demonstração de Valor Adicionado	30

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	32
---	----

Notas Explicativas	49
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	140
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	148
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	150
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	151

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente
--

152

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	257.937.732
Preferenciais	400.945.572
Total	658.883.304
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	28.016.934	23.595.377	19.018.811
1.01	Ativo Circulante	3.008.342	4.783.000	2.629.067
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	242.746	2.020.119	593.663
1.01.02	Aplicações Financeiras	250.799	51.787	41.655
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	250.799	51.787	41.655
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras	250.799	51.787	41.655
1.01.03	Contas a Receber	1.983.043	2.533.173	1.865.137
1.01.03.01	Clientes	1.983.043	2.533.173	1.865.137
1.01.03.01.01	Ativo de Concessão	1.983.043	2.533.173	1.865.137
1.01.04	Estoques	0	0	30.750
1.01.06	Tributos a Recuperar	68.802	26.411	27.871
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	68.802	26.411	27.871
1.01.06.01.01	Tributos e Contribuições a Compensar	68.802	26.411	27.871
1.01.07	Despesas Antecipadas	0	0	4.573
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	462.952	151.510	65.418
1.01.08.03	Outros	462.952	151.510	65.418
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	0	0	17.508
1.01.08.03.02	Caixa Restrito	0	0	1.876
1.01.08.03.03	Créditos com partes relacionadas	322.550	30.426	2.111
1.01.08.03.04	Outros	140.402	121.084	43.923
1.02	Ativo Não Circulante	25.008.592	18.812.377	16.389.744
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	16.889.951	12.653.551	11.916.093
1.02.01.04	Contas a Receber	14.752.637	10.702.388	10.202.530
1.02.01.04.01	Ativo de Concessão	14.752.637	10.702.388	10.202.530
1.02.01.05	Estoques	0	0	4.081
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.137.314	1.951.163	1.709.482
1.02.01.10.03	Valores a Receber-Secretaria da Fazenda	1.967.747	1.778.999	1.576.332
1.02.01.10.04	Cauções e Depósitos Vinculados	45.985	44.070	52.233

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.01.10.05	Benefício pós emprego - Superávit atuarial	0	0	43.024
1.02.01.10.07	Caixa Restrito	0	0	16.680
1.02.01.10.08	Outros	123.582	128.094	21.213
1.02.02	Investimentos	7.465.419	6.055.385	4.377.784
1.02.02.01	Participações Societárias	7.465.419	6.055.385	4.377.784
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	4.165.940	3.197.383	2.179.780
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	3.299.479	2.858.002	2.198.004
1.02.03	Imobilizado	91.496	91.184	85.699
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	91.496	91.184	85.699
1.02.04	Intangível	561.726	12.257	10.168
1.02.04.01	Intangíveis	561.726	12.257	10.168
1.02.04.01.02	Intangível	561.726	12.257	10.168

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	28.016.934	23.595.377	19.018.811
2.01	Passivo Circulante	1.169.454	1.233.267	1.430.784
2.01.02	Fornecedores	77.718	75.332	48.048
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	77.718	75.332	48.048
2.01.03	Obrigações Fiscais	51.805	248.449	88.357
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	51.805	248.449	88.357
2.01.03.01.02	Tributos e encargos sociais a recolher	51.805	248.449	88.357
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	782.785	280.881	1.035.703
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	711.742	54.330	658.553
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	711.742	54.330	50.077
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	0	608.476
2.01.04.02	Debêntures	59.341	217.948	367.508
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	11.702	8.603	9.642
2.01.04.03.01	Arrendamento	11.702	8.603	9.642
2.01.05	Outras Obrigações	257.146	628.605	225.335
2.01.05.02	Outros	257.146	628.605	225.335
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	110.543	500.513	102.079
2.01.05.02.04	Valores a pagar - Funcesp	0	0	2.173
2.01.05.02.05	Encargos Regulatórios a Recolher	58.698	49.870	47.187
2.01.05.02.07	Outros	87.905	78.222	73.896
2.01.06	Provisões	0	0	33.341
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	0	33.341
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	0	0	33.341
2.02	Passivo Não Circulante	12.448.274	8.607.827	5.793.708
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.434.049	4.012.977	1.972.573
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.560.721	1.008.447	403.959
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.560.721	1.008.447	403.959
2.02.01.02	Debêntures	4.829.761	2.961.318	1.528.971

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	43.567	43.212	39.643
2.02.01.03.01	Arrendamento	43.567	43.212	39.643
2.02.02	Outras Obrigações	537.120	516.956	88.878
2.02.02.02	Outros	537.120	516.956	88.878
2.02.02.02.04	Reserva Global de Reversão - RGR	0	0	16.612
2.02.02.02.06	Encargos Regulatórios a Recolher	34.515	57.354	36.614
2.02.02.02.08	Benefício a empregados - déficit atuarial	465.454	381.977	0
2.02.02.02.09	Outros	37.151	77.625	35.652
2.02.03	Tributos Diferidos	5.366.598	4.020.500	3.673.677
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.366.598	4.020.500	3.673.677
2.02.03.01.01	PIS e COFINS Diferidos	1.523.945	1.181.747	1.074.486
2.02.03.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.842.653	2.838.753	2.599.191
2.02.04	Provisões	110.507	57.394	58.580
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	110.507	57.394	58.580
2.02.04.01.06	Provisões	110.507	57.394	58.580
2.03	Patrimônio Líquido	14.399.206	13.754.283	11.794.319
2.03.01	Capital Social Realizado	3.590.020	3.590.020	3.590.020
2.03.02	Reservas de Capital	666	666	666
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	588	588	588
2.03.02.07	Subvenções para investimento – CRC	78	78	78
2.03.04	Reservas de Lucros	11.045.897	10.388.142	8.172.442
2.03.04.01	Reserva Legal	718.004	718.004	718.004
2.03.04.02	Reserva Estatutária	1.862.804	1.862.804	1.190.503
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	266.149	797.312	797.312
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	524.450	0
2.03.04.10	Reserva Especial de Lucros a Realizar	8.198.940	6.485.572	5.466.623
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-237.377	-224.545	31.191
2.03.08.01	Ajuste Instrumento Financeiro	27.461	16.131	1.508

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.03.08.02	Superávit (Déficit) Atuarial	-264.838	-240.676	29.683

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.059.085	2.548.919	2.492.559
3.01.01	Receita de infra, operação e manutenção, ganho de eficiência na implem da infra e outras, líquidas	1.075.828	1.119.835	1.492.110
3.01.02	Remuneração dos ativos da concessão, líquida	2.983.257	1.429.084	1.000.449
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-768.916	-597.812	-521.122
3.02.01	Custo dos Serviços de Implementação da Infraestrutura e Operação e Manutenção	-768.916	-597.812	-521.122
3.03	Resultado Bruto	3.290.169	1.951.107	1.971.437
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.022.385	2.408.439	318.920
3.04.01	Despesas com Vendas	39.076	1.470.854	0
3.04.01.01	Revisão Tarifaria Periódica	39.076	1.470.854	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-225.616	-203.152	-178.534
3.04.02.01	Honorários da Administração	-12.007	-9.963	-16.219
3.04.02.02	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-213.609	-193.189	-162.315
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	19.782	192.271	3.588
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-30.715	-19.486	0
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	-30.715	-19.486	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.219.858	967.952	493.866
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	4.312.554	4.359.546	2.290.357
3.06	Resultado Financeiro	-636.349	-213.564	-183.008
3.06.01	Receitas Financeiras	57.810	346.931	416.240
3.06.02	Despesas Financeiras	-694.159	-560.495	-599.248
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.676.205	4.145.982	2.107.349
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-657.606	-784.479	-344.718
3.08.01	Corrente	-262.864	-405.641	-268.784
3.08.02	Diferido	-394.742	-378.838	-75.934
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.018.599	3.361.503	1.762.631
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	3.018.599	3.361.503	1.762.631
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.99.01.01	ON	4,58139	5,10182	3,31559
3.99.01.02	PN	4,58139	5,10182	3,31559
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	4,58109	5,10144	3,31534
3.99.02.02	PN	4,58109	5,10144	3,31534

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	3.018.599	3.361.503	1.762.631
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-12.832	-255.736	-42.001
4.02.01	Benefício pós emprego - Superávit atuarial	-36.609	-409.634	-62.385
4.02.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.447	139.275	21.210
4.02.03	Ajuste Instrumento Financeiro de controladas, por equivalência patrimonial	10.949	14.883	-852
4.02.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	381	-260	26
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.005.767	3.105.767	1.720.630

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.224.356	1.665.315	1.522.292
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.054.570	3.103.589	1.495.659
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do Exercício	3.018.599	3.361.503	1.762.631
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	22.281	19.174	18.603
6.01.01.03	PIS e COFINS Diferidos	124.188	107.261	-10.643
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	394.742	378.838	75.934
6.01.01.05	Demandas Judiciais	4.969	8.085	-17.443
6.01.01.06	Custo Residual do Ativo Imobilizado/ Intangível Baixado	1.557	659	2.402
6.01.01.07	Benefício Fiscal - Ágio Incorporado	37	37	36
6.01.01.09	Realização da Perda em Controlada	0	0	-1.966
6.01.01.10	Resultado da Equivalência Patrimonial	-1.235.804	-962.543	-493.866
6.01.01.11	Juros e Var. Monet. e Cambial c/ Ativos e Passivos	13.003	-195.884	199.667
6.01.01.12	Realização de Intangível da Concessão na Aquisição de Controlada	15.946	-5.409	2.490
6.01.01.13	Benefício a empregado - déficit atuarial	46.867	15.368	0
6.01.01.14	Juros e variações cambiais sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	666.700	380.048	0
6.01.01.15	Rendimento sobre aplicação financeira	-18.515	-3.548	-42.186
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.830.214	-1.438.274	26.633
6.01.02.01	Caixa Restrito	0	0	-5.412
6.01.02.02	Ativo de Concessão	-1.289.530	-1.293.178	113.181
6.01.02.03	Créditos com controladas	8.893	-13.981	0
6.01.02.06	Estoques	0	0	4.898
6.01.02.07	Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	-188.748	-202.667	-150.249
6.01.02.08	Tributos e Contribuições a compensar	-23.038	1.460	-1.532
6.01.02.09	Cauções e Depósitos Vinculados	184	9.252	16.338
6.01.02.10	Despesas Pagas Antecipadamente	0	0	3.712
6.01.02.11	Outros ativos	-14.628	-125.955	-5.989
6.01.02.12	Fornecedores	3.500	27.284	-8.435
6.01.02.13	Tributos e Enc. Sociais a Recolher	139.391	360.441	37.461

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01.02.14	Obrigações estimadas	0	0	-3.526
6.01.02.15	Imposto de renda e contribuição social pagos	-451.532	-200.335	0
6.01.02.16	Encargos Regulatórios a Recolher	-13.640	3.110	10.144
6.01.02.17	Provisões	-12.797	-14.925	-22.033
6.01.02.18	Valores a Pagar - Funesp	0	0	-2.077
6.01.02.19	Reserva Global de Reversão	0	0	-2.481
6.01.02.20	Outros Passivos	11.731	11.220	42.633
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.586.344	-603.835	-90.586
6.02.01	Aplicações financeiras	-2.585.552	-1.589.865	-3.031.372
6.02.02	Resgates de aplicações financeiras	2.431.792	1.583.119	3.458.454
6.02.03	Compras de Imobilizado	-2.892	-7.501	-18.517
6.02.04	Intangível	-11.670	-5.511	-2.600
6.02.05	Investimentos	-2.538.450	-667.070	-579.027
6.02.06	Dividendos recebidos	90.066	82.993	82.476
6.02.07	Saldos Incorporados PBTE e SF Energia	30.362	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-415.385	364.976	-844.267
6.03.01	Adições de Empréstimos e Debêntures	2.822.500	2.255.516	509.325
6.03.03	Pagamentos de Empréstimos e Debêntures (Principal)	-338.109	-1.220.868	-295.105
6.03.04	Pagamentos de Empréstimos e Debêntures (Juros)	-230.868	-145.511	-144.234
6.03.05	Pagamentos de Arrendamentos	-12.438	-12.921	-11.838
6.03.06	Pagamento/Recebimento de Instrumentos Financeiros Derivativos	0	236.129	-1.701
6.03.07	Dividendos e Juros sobre Capital Próprios Pagos	-2.656.470	-747.369	-900.714
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.777.373	1.426.456	587.439
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.020.119	593.663	6.224
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	242.746	2.020.119	593.663

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	3.590.020	666	10.388.142	0	-224.545	13.754.283
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	3.590.020	666	10.388.142	0	-224.545	13.754.283
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.055.613	-1.305.231	0	-2.360.844
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-679.921	0	-679.921
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	0	3.799	0	3.799
5.04.09	Dividendos Intermediários	0	0	-531.163	-514.532	0	-1.045.695
5.04.10	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-524.450	-114.577	0	-639.027
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.018.599	-12.832	3.005.767
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.018.599	0	3.018.599
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-12.832	-12.832
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	10.949	10.949
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	381	381
5.05.02.06	Benefício pós emprego - Déficit atuarial	0	0	0	0	-36.609	-36.609
5.05.02.07	Tributos s/ Benefício pós emprego - Déficit atuarial	0	0	0	0	12.447	12.447
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.713.368	-1.713.368	0	0
5.06.04	Constituição da reserva especial de lucros a realizar	0	0	1.713.368	-1.713.368	0	0
5.07	SalDOS Finais	3.590.020	666	11.045.897	0	-237.377	14.399.206

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.590.020	666	8.172.442	0	31.191	11.794.319
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.590.020	666	8.172.442	0	31.191	11.794.319
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	524.450	-1.670.253	0	-1.145.803
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-559.999	0	-559.999
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-586.181	0	-586.181
5.04.08	Dividendos prescritos	0	0	0	377	0	377
5.04.09	Dividendos adicionais propostos	0	0	524.450	-524.450	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.361.503	-255.736	3.105.767
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.361.503	0	3.361.503
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-255.736	-255.736
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	14.883	14.883
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-260	-260
5.05.02.06	Benefício pós emprego - Déficit atuarial	0	0	0	0	-409.634	-409.634
5.05.02.07	Tributos s/ Benefício pós emprego - Déficit atuarial	0	0	0	0	139.275	139.275
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.691.250	-1.691.250	0	0
5.06.04	Constituição da reserva especial de luos a realizar	0	0	1.018.949	-1.018.949	0	0
5.06.05	Constituição da Reserva estatutária	0	0	672.301	-672.301	0	0
5.07	Saldos Finais	3.590.020	666	10.388.142	0	-224.545	13.754.283

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.590.020	666	7.404.769	0	73.192	11.068.647
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.590.020	666	7.404.769	0	73.192	11.068.647
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-77.801	-917.157	0	-994.958
5.04.06	Dividendos	0	0	-77.801	-215.755	0	-293.556
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-701.704	0	-701.704
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	0	302	0	302
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.762.631	-42.001	1.720.630
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.762.631	0	1.762.631
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-42.001	-42.001
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-852	-852
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	26	26
5.05.02.07	Benefício pós emprego - Superávit atuarial	0	0	0	0	-62.385	-62.385
5.05.02.08	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	0	21.210	21.210
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	845.474	-845.474	0	0
5.06.04	Constituição da reserva Legal	0	0	81.158	-81.158	0	0
5.06.05	Constituição da reserva estatutária	0	0	336.295	-336.295	0	0
5.06.06	Constituição da reserva especial de lucros a realizar	0	0	428.021	-428.021	0	0
5.07	Saldos Finais	3.590.020	666	8.172.442	0	31.191	11.794.319

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	4.819.533	4.700.640	2.955.600
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.799.751	4.508.369	2.938.729
7.01.02	Outras Receitas	19.782	192.271	16.871
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-608.255	-441.941	-354.143
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-492.690	-34.403	-33.060
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-115.565	-407.538	-321.083
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.211.278	4.258.699	2.601.457
7.04	Retenções	-22.281	-19.174	-18.603
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-22.281	-19.174	-18.603
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.188.997	4.239.525	2.582.854
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.277.668	1.314.883	910.106
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.219.858	967.952	493.866
7.06.02	Receitas Financeiras	57.810	346.931	416.240
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.466.665	5.554.408	3.492.960
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.466.665	5.554.408	3.492.960
7.08.01	Pessoal	307.395	273.740	255.032
7.08.01.01	Remuneração Direta	179.042	191.732	174.630
7.08.01.02	Benefícios	106.210	65.754	59.005
7.08.01.03	F.G.T.S.	22.143	16.254	21.397
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.443.686	1.357.368	873.363
7.08.02.01	Federais	1.403.916	1.317.410	837.070
7.08.02.02	Estaduais	869	1.425	1.320
7.08.02.03	Municipais	38.901	38.533	34.973
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	696.985	561.797	601.934
7.08.03.01	Juros	692.184	559.632	596.974
7.08.03.02	Aluguéis	4.801	2.165	4.960
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.018.599	3.361.503	1.762.631
7.08.04.02	Dividendos	1.309.030	1.670.630	917.459

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.709.569	1.690.873	845.172

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	28.976.739	24.592.358	21.599.094
1.01	Ativo Circulante	3.747.849	5.507.858	4.933.448
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	282.632	2.067.337	595.971
1.01.02	Aplicações Financeiras	813.634	453.557	2.068.611
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	813.634	453.557	2.068.611
1.01.02.01.03	Aplicações financeiras	813.634	453.557	2.068.611
1.01.03	Contas a Receber	2.344.141	2.804.373	2.061.882
1.01.03.01	Clientes	2.344.141	2.804.373	2.061.882
1.01.03.01.01	Ativo de Concessão	2.344.141	2.804.373	2.061.882
1.01.04	Estoques	0	0	103.818
1.01.06	Tributos a Recuperar	72.150	28.807	32.335
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	72.150	28.807	32.335
1.01.06.01.01	Tributos e Contribuições a Compensar	72.150	28.807	32.335
1.01.07	Despesas Antecipadas	0	0	4.677
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	235.292	153.784	66.154
1.01.08.03	Outros	235.292	153.784	66.154
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	200	9.790	19.202
1.01.08.03.02	Caixa Restrito	0	0	1.876
1.01.08.03.03	Créditos com partes relacionadas	78.386	14.994	703
1.01.08.03.04	Outros	156.706	129.000	44.373
1.02	Ativo Não Circulante	25.228.890	19.084.500	16.665.646
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	21.339.709	16.109.008	14.356.069
1.02.01.04	Contas a Receber	19.149.637	14.118.454	12.599.151
1.02.01.04.01	Ativo de Concessão	19.149.637	14.118.454	12.599.151
1.02.01.05	Estoques	0	0	13.006
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	0	1.144
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	1.144
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.190.072	1.990.554	1.742.768

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.01.10.03	Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	1.967.747	1.778.999	1.576.332
1.02.01.10.04	Cauções e Depósitos Vinculados	46.011	44.119	52.886
1.02.01.10.05	Instrumentos Financeiros	18.250	226	0
1.02.01.10.06	Outros	158.064	167.210	24.011
1.02.01.10.07	Caixa Restrito	0	0	46.515
1.02.01.10.08	Benefício pós emprego - Superávit atuarial	0	0	43.024
1.02.02	Investimentos	3.299.479	2.858.002	2.198.004
1.02.02.01	Participações Societárias	3.299.479	2.858.002	2.198.004
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	3.299.479	2.858.002	2.198.004
1.02.03	Imobilizado	93.265	92.991	86.377
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	93.265	92.991	86.377
1.02.04	Intangível	496.437	24.499	25.196
1.02.04.01	Intangíveis	496.437	24.499	25.196
1.02.04.01.02	Intangível	496.437	24.499	25.196

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	28.976.739	24.592.358	21.599.094
2.01	Passivo Circulante	1.229.194	1.372.497	1.615.825
2.01.02	Fornecedores	83.666	153.346	167.774
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	83.666	153.346	167.774
2.01.03	Obrigações Fiscais	61.025	255.614	92.106
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	61.025	255.614	92.106
2.01.03.01.02	Tributos e Encargos sociais a recolher	61.025	255.614	92.106
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	813.100	321.371	1.087.384
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	741.848	94.628	709.928
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	741.848	94.628	101.452
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	0	608.476
2.01.04.02	Debêntures	59.341	217.948	367.508
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	11.911	8.795	9.948
2.01.04.03.01	Arrendamento Mercantil	11.911	8.795	9.948
2.01.05	Outras Obrigações	271.403	642.166	235.220
2.01.05.02	Outros	271.403	642.166	235.220
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	110.543	500.513	102.079
2.01.05.02.04	Valores a Pagar - Funesp	0	0	2.173
2.01.05.02.05	Encargos regulatórios a recolher	60.851	51.937	48.336
2.01.05.02.07	Outros	100.009	89.716	82.632
2.01.06	Provisões	0	0	33.341
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	0	33.341
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	0	0	33.341
2.02	Passivo Não Circulante	12.954.810	9.094.419	6.221.662
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.603.447	4.214.361	2.206.367
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.728.681	1.208.301	637.448
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.728.681	1.208.301	637.448
2.02.01.02	Debêntures	4.829.761	2.961.318	1.528.971

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	45.005	44.742	39.948
2.02.01.03.01	Arrendamento	45.005	44.742	39.948
2.02.02	Outras Obrigações	544.852	521.799	93.635
2.02.02.02	Outros	544.852	521.799	93.635
2.02.02.02.03	Reserva Global de Reversão - RGR	0	0	16.612
2.02.02.02.05	Encargos Regulatórios a Recolher	37.211	62.197	41.236
2.02.02.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	0	0	135
2.02.02.02.08	Outros	42.187	77.625	35.652
2.02.02.02.09	Benefício a empregados - déficit atuarial	465.454	381.977	0
2.02.03	Tributos Diferidos	5.681.753	4.269.577	3.859.293
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.681.753	4.269.577	3.859.293
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.987.167	2.952.855	2.673.970
2.02.03.01.02	PIS e COFINS Diferidos	1.694.586	1.316.722	1.185.323
2.02.04	Provisões	124.758	88.682	62.367
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	124.758	88.682	62.367
2.02.04.01.06	Provisoes	124.758	88.682	62.367
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	14.792.735	14.125.442	13.761.607
2.03.01	Capital Social Realizado	3.590.020	3.590.020	3.590.020
2.03.02	Reservas de Capital	666	666	666
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	588	588	588
2.03.02.07	Subvenções para Investimento - CRC	78	78	78
2.03.04	Reservas de Lucros	11.045.897	10.388.142	8.172.442
2.03.04.01	Reserva Legal	718.004	718.004	718.004
2.03.04.02	Reserva Estatutária	1.862.804	1.862.804	1.190.503
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	266.149	797.312	797.312
2.03.04.10	Reserva Especial de Lucros a Realizar	8.198.940	6.485.572	5.466.623
2.03.04.11	Dividendos proposto	0	524.450	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-237.377	-224.545	31.191

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.03.08.01	Ajuste Instrumento Financeiro	27.461	16.131	1.508
2.03.08.02	Superávit (Déficit) Atuarial	-264.838	-240.676	29.683
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	393.529	371.159	1.967.288

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.534.129	3.696.428	3.331.862
3.01.01	Receita de infra, operação e manutenção, ganho de eficiência da implem da infra e outras, líquidas	1.666.473	2.000.851	2.035.624
3.01.02	Remuneração dos ativos da concessão, líquidas	3.867.656	1.695.577	1.296.238
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.412.463	-1.135.988	-952.177
3.02.01	Custo dos Serviços de Implementação da Infraestrutura e Operação e Manutenção	-1.412.463	-1.135.988	-952.177
3.03	Resultado Bruto	4.121.666	2.560.440	2.379.685
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	315.551	1.866.802	-38.513
3.04.01	Despesas com Vendas	54.774	1.477.622	-26.707
3.04.01.01	Receitas – Revisão Tarifaria Periódica, líquidas	54.774	1.477.622	-26.707
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-223.998	-253.516	-195.119
3.04.02.01	Honorários da Administração	-12.007	-9.963	-16.219
3.04.02.02	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-211.991	-243.553	-178.900
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	24.718	192.760	16.892
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-58.491	-22.589	-13.367
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	-58.491	-22.589	-13.367
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	518.548	472.525	179.788
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	4.437.217	4.427.242	2.341.172
3.06	Resultado Financeiro	-630.993	-209.175	-185.259
3.06.01	Receitas Financeiras	87.530	371.349	439.041
3.06.02	Despesas Financeiras	-718.523	-580.524	-624.300
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.806.224	4.218.067	2.155.913
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-768.416	-835.417	-376.462
3.08.01	Corrente	-308.917	-415.955	-276.796
3.08.02	Diferido	-459.499	-419.462	-99.666
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.037.808	3.382.650	1.779.451
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	3.037.808	3.382.650	1.779.451
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	3.018.599	3.361.503	1.762.631
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	19.209	21.147	16.820

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	4,58139	5,10182	3,31559
3.99.01.02	PN	4,58139	5,10182	3,31559
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	4,58109	5,10144	3,31534
3.99.02.02	PN	4,58109	5,10144	3,31534

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	3.037.808	3.382.650	1.779.451
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-12.832	-255.736	-42.001
4.02.01	Benefício pós emprego - Superávit atuarial	-36.609	-409.634	-62.385
4.02.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.447	139.275	21.210
4.02.03	Ajuste Instrumento Financeiro de controladas, por equivalência patrimonial	10.949	14.883	-852
4.02.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	381	-260	26
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	3.024.976	3.126.914	1.737.450
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	3.005.767	3.105.767	1.720.630
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	19.209	21.147	16.820

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	898.925	1.376.437	1.304.914
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.907.116	3.725.052	1.894.973
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	3.037.808	3.382.650	1.779.451
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	22.802	19.791	19.963
6.01.01.03	PIS e COFINS Diferidos	159.854	131.399	8.757
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	459.499	419.462	99.666
6.01.01.05	Demandas Judiciais	1.714	34.793	-13.940
6.01.01.06	Custo Residual do Ativo Imobilizado/ Intangível Baixado	1.674	659	2.402
6.01.01.07	Benefício Fiscal - ágio incorporado	37	37	36
6.01.01.10	Resultado da Equivalência Patrimonial	-518.548	-472.525	-179.788
6.01.01.11	Juros e Var. Monet. e Cambial c/ Ativos e Passivos	14.959	-96.075	223.685
6.01.01.12	Realização de Intangível da Concessão na Aquisição de Controlada	15.946	-5.409	524
6.01.01.13	Benefício a empregados – déficit atuarial	46.867	15.368	0
6.01.01.14	Juros e variações cambiais sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	688.577	299.339	0
6.01.01.15	Rendimento sobre aplicações financeiras	-24.073	-4.437	-45.783
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.008.191	-2.348.615	-590.059
6.01.02.01	Caixa restrito	0	0	-4.336
6.01.02.02	Ativo de Concessão	-2.360.362	-2.253.894	-525.212
6.01.02.03	Créditos com controladas	16	42	0
6.01.02.06	Estoques	0	0	-64.099
6.01.02.07	Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	-188.748	-202.667	-150.249
6.01.02.08	Tributos e Contribuições a compensar	-23.990	3.528	-2.814
6.01.02.09	Cauções e Depósitos Vinculados	2.023	9.856	16.328
6.01.02.10	Despesas pagas antecipadamente	0	0	3.707
6.01.02.11	Outros ativos	-18.385	-57.807	-6.765
6.01.02.12	Fornecedores	-63.529	-14.428	79.161
6.01.02.13	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	167.839	370.999	37.762
6.01.02.14	Obrigações estimadas	0	0	-3.706

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01.02.15	Imposto de renda e contribuição social pagos	-477.925	-207.477	0
6.01.02.16	Encargos Regulatórios a Recolher	-18.248	4.182	10.675
6.01.02.17	Provisões	-28.469	-14.925	-22.033
6.01.02.18	Valores a Pagar - Funesp	0	0	-2.077
6.01.02.19	Reserva Global de Reversão	0	0	-2.481
6.01.02.20	Outros passivos	1.587	13.976	46.080
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.828.794	-191.642	202.962
6.02.01	Aplicações Financeiras	-2.944.150	-1.744.485	-3.210.605
6.02.02	Resgates de aplicações financeiras	2.657.253	1.767.685	3.605.096
6.02.04	Imobilizado	-3.190	-7.524	-18.534
6.02.05	Intangível	-11.670	-5.511	-2.871
6.02.06	Investimentos	-1.647.465	-221.500	-185.000
6.02.07	Dividendos recebidos	90.066	19.693	14.876
6.02.08	Saldos Incorporados PBTE e SF Energia	30.362	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-854.836	286.571	-928.645
6.03.01	Adições de Empréstimos e Debêntures	2.822.500	2.255.516	509.325
6.03.03	Pagamento de Empréstimos e Debêntures (Principal)	-744.358	-1.263.352	-336.849
6.03.04	Pagamento de Empréstimos e Debêntures (Juros)	-262.099	-167.144	-169.721
6.03.05	Pagamentos de Arrendamentos	-12.659	-13.275	-12.165
6.03.06	Pagamento/Recebimento de Instrumentos Financeiros Derivativos	17.459	243.342	-1.701
6.03.07	Transações com acionistas não controladores	-19.209	-21.147	-16.820
6.03.08	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprios Pagos	-2.656.470	-747.369	-900.714
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.784.705	1.471.366	579.231
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.067.337	595.971	16.740
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	282.632	2.067.337	595.971

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.590.020	666	10.388.142	0	-224.545	13.754.283	371.159	14.125.442
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.590.020	666	10.388.142	0	-224.545	13.754.283	371.159	14.125.442
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.055.613	-1.305.231	0	-2.360.844	3.161	-2.357.683
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-629.109	0	-629.109	0	-629.109
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	0	3.799	0	3.799	0	3.799
5.04.09	Dividendos Intermediários	0	0	-531.163	-679.921	0	-1.211.084	0	-1.211.084
5.04.10	Dividendos adicionais propostos	0	0	-524.450	0	0	-524.450	0	-524.450
5.04.11	Aquisição de participação adicional junto a não controladores	0	0	0	0	0	0	3.161	3.161
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.018.599	-12.832	3.005.767	19.209	3.024.976
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.018.599	0	3.018.599	19.209	3.037.808
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-12.832	-12.832	0	-12.832
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	10.949	10.949	0	10.949
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	381	381	0	381
5.05.02.06	Benefício pós emprego – Déficit atuarial	0	0	0	0	-36.609	-36.609	0	-36.609
5.05.02.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	0	12.447	12.447	0	12.447
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.713.368	-1.713.368	0	0	0	0
5.06.04	Constituição da reserva especial de lucros a realizar	0	0	1.713.368	-1.713.368	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.590.020	666	11.045.897	0	-237.377	14.399.206	393.529	14.792.735

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.590.020	666	8.172.442	0	31.191	11.794.319	1.967.288	13.761.607
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.590.020	666	8.172.442	0	31.191	11.794.319	1.967.288	13.761.607
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	524.450	-1.670.253	0	-1.145.803	-1.617.276	-2.763.079
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-559.999	0	-559.999	0	-559.999
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-586.181	0	-586.181	0	-586.181
5.04.08	Dividendos prescritos	0	0	0	377	0	377	0	377
5.04.09	Dividendos adicionais propostos	0	0	524.450	-524.450	0	0	0	0
5.04.10	Aquisição de participação adicional junto a não controladores	0	0	0	0	0	0	-1.617.276	-1.617.276
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.361.503	-255.736	3.105.767	21.147	3.126.914
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.361.503	0	3.361.503	21.147	3.382.650
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-255.736	-255.736	0	-255.736
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	14.883	14.883	0	14.883
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-260	-260	0	-260
5.05.02.06	Benefício pós empregado - Déficit atuarial	0	0	0	0	-409.634	-409.634	0	-409.634
5.05.02.07	Tributos s/ Benefício pós emprego - Déficit atuarial	0	0	0	0	139.275	139.275	0	139.275
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.691.250	-1.691.250	0	0	0	0
5.06.04	Constituição da reserva especial de lucros a realizar	0	0	1.018.949	-1.018.949	0	0	0	0
5.06.05	Constituição da Reserva estatutária	0	0	672.301	-672.301	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.590.020	666	10.388.142	0	-224.545	13.754.283	371.159	14.125.442

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.590.020	666	7.404.769	0	73.192	11.068.647	230.878	11.299.525
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.590.020	666	7.404.769	0	73.192	11.068.647	230.878	11.299.525
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-77.801	-917.157	0	-994.958	1.719.590	724.632
5.04.06	Dividendos	0	0	-77.801	-215.755	0	-293.556	0	-293.556
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-701.704	0	-701.704	0	-701.704
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	0	302	0	302	0	302
5.04.09	Aquisição de participação adicional junto à não controladores	0	0	0	0	0	0	1.719.590	1.719.590
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.762.631	-42.001	1.720.630	16.820	1.737.450
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.762.631	0	1.762.631	16.820	1.779.451
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-42.001	-42.001	0	-42.001
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-852	-852	0	-852
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	26	26	0	26
5.05.02.07	Benefício pós emprego - Superávit atuarial	0	0	0	0	-62.385	-62.385	0	-62.385
5.05.02.08	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	0	21.210	21.210	0	21.210
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	845.474	-845.474	0	0	0	0
5.06.04	Constituição da reserva Legal	0	0	81.158	-81.158	0	0	0	0
5.06.05	Constituição da reserva estatutária	0	0	336.295	-336.295	0	0	0	0
5.06.06	Constituição da reserva especial de lucros a realizar	0	0	428.021	-428.021	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.590.020	666	8.172.442	0	31.191	11.794.319	1.967.288	13.761.607

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	6.415.173	5.911.377	3.805.650
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.390.455	5.718.617	3.788.758
7.01.02	Outras Receitas	24.718	192.760	16.892
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.271.836	-1.028.266	-795.374
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.083.328	-57.837	-43.613
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-188.508	-970.429	-751.761
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.143.337	4.883.111	3.010.276
7.04	Retenções	-22.802	-19.791	-19.963
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-22.802	-19.791	-19.963
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.120.535	4.863.320	2.990.313
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	606.078	843.874	618.829
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	518.548	472.525	179.788
7.06.02	Receitas Financeiras	87.530	371.349	439.041
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.726.613	5.707.194	3.609.142
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.726.613	5.707.194	3.609.142
7.08.01	Pessoal	311.040	276.998	258.792
7.08.01.01	Remuneração Direta	179.049	191.638	174.409
7.08.01.02	Benefícios	109.843	69.106	62.948
7.08.01.03	F.G.T.S.	22.148	16.254	21.435
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.655.039	1.464.671	942.929
7.08.02.01	Federais	1.615.078	1.424.598	906.556
7.08.02.02	Estaduais	1.019	1.507	1.385
7.08.02.03	Municipais	38.942	38.566	34.988
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	722.726	582.875	627.970
7.08.03.01	Juros	716.357	579.610	621.976
7.08.03.02	Aluguéis	6.369	3.265	5.994
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.037.808	3.382.650	1.779.451
7.08.04.02	Dividendos	1.309.030	1.670.630	917.459

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.709.569	1.690.873	845.172
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	19.209	21.147	16.820

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2021, mais uma vez, a ISA CTEEP comprovou sua capacidade de gerar valor sustentável aos seus públicos de relacionamento. Pautados pelo propósito de criar Conexões que Inspiram, superamos os desafios, realizamos entregas importantes e reforçamos nossos valores e compromissos, com o apoio dos nossos mais de 1.300 mil colaboradores, fundamentais para que alcancemos nossos objetivos.

Diante da pandemia da Covid-19, que ainda não cessou, priorizamos a saúde e segurança de nossos colaboradores e terceiros. Seguimos com os protocolos para mitigar a propagação do vírus, incentivamos a vacinação de todos e realizamos sessões com médicos e epidemiologistas para esclarecimento de dúvidas em relação à imunização. Ao final do ano, comemoramos 98% do nosso quadro funcional imunizado.

Gerar valor sustentável envolve, também, garantir a entrega de energia elétrica confiável à população por meio da excelência operacional. Nessa frente, seguimos ampliando os investimentos na modernização da rede e na expansão do sistema de transmissão nacional, com disciplina na alocação de capital e foco na eficiência nas operações com elevados índices de disponibilidade e qualidade de atendimento.

Em 2021, energizamos dois projetos arrematados nos leilões de transmissão realizados pela ANEEL — a Interligação Elétrica Aguapeí e a Subestação Lorena, frutos de nossa capacidade de planejamento e de gestão. Ao todo, dispomos de 9 ativos em construção, que adicionarão 1,7 mil quilômetros de extensão em nossas linhas de transmissão e potência de 10 mil MVA ao nosso portfólio.

Quanto à Subestação Lorena, gostaria de ressaltar o avanço que esse ativo representa para a ISA CTEEP e para a digitalização do setor elétrico brasileiro. Trata-se da primeira subestação digital do Sistema Interligado Nacional que além de conferir maior disponibilidade e eficiência na prestação de serviços, contribui para melhorar a confiabilidade e coleta de informações para apoio na tomada de decisão.

Outro marco histórico de inovação para a companhia e para o setor foi a conquista da aprovação pela ANEEL do primeiro projeto de armazenamento de energia em baterias em larga escala no sistema de transmissão brasileiro, que será instalado na subestação Registro (SP), responsável pelo abastecimento da população do Litoral Sul Paulista. Além de facilitar a inserção de energia a partir de fontes renováveis, a tecnologia contribui para a redução de custos de operação e de necessidade de expansão do sistema.

Também concluímos, em 2021, a aquisição da Piratininga – Bandeirantes Transmissora de Energia (PBTE), que opera uma linha de transmissão subterrânea de 30 quilômetros na cidade de São Paulo. Para os próximos anos, seguimos atentos às oportunidades com nosso plano de crescimento baseado em três rotas — reforços e melhorias, participação em leilões (greenfield) e fusões e aquisições (brownfield) — que devem contribuir para maior robustez da rede.

Houve também um avanço importante com a aprovação, pela ANEEL, do reperfilamento da Rede Básica Sistema Existente (RBSE). A medida encerra a discussão regulatória de quase uma década sobre a remuneração do componente financeiro da RBSE e preserva o valor econômico para a Companhia, uma vez que conclui o pagamento do componente financeiro em 2028; reduz a amortização da dívida sem efeito no aumento do saldo a pagar, além de manter a remuneração pelo custo de capital regulatório definido na Revisão Tarifária Periódica (RTP) de 2018.

Ao longo do ano, apesar dos cenários de incerteza, honramos nossos compromissos com nossos acionistas. No âmbito financeiro, nossa receita operacional líquida totalizou R\$ 5.534,1 milhões em IFRS, aumento em 49,7% ante os R\$ 3.696,4 milhões registrados em 2020, reflexo do aumento da remuneração dos ativos da concessão, principalmente devido a atualização pelo IPCA, taxa implícita dos contratos de concessão e impacto da remensuração do fluxo financeiro referente ao RBSE devido ao seu reperfilamento. Esse resultado impulsionou o avanço da estratégia que tem como foco crescimento com geração de valor sustentável e também alcançamos o maior pagamento de dividendos de nossa história.

Nossa responsabilidade ultrapassa as fronteiras da empresa e se estende por toda a sociedade. Assim, somos pautados pela geração de impactos social e ambiental positivos e contribuimos de forma proativa nas ações de combate às mudanças climáticas e na conservação de ecossistemas. Seguimos com o compromisso de manter nossa neutralidade em carbono por meio da compensação total de emissões inevitáveis de Gases de Efeito Estufa (escopos 1 e 2) e, ao final do ano, ampliamos a faixa de atuação do nosso Programa Conexão Jaguar para a proteção de 140 mil hectares na Serra do Amolar, no Pantanal. Além disso, perseguimos metas de ecoeficiência em nossas operações que visam a reduzir o consumo de água, energia e gás SF6 e, pela primeira vez, passaram a compor a remuneração variável dos executivos. Além, é claro, da captação de recursos por meio da emissão de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

títulos verdes (*green bonds*) no valor de R\$ 672,5 milhões para o desenvolvimento de projetos ambientalmente sustentáveis.

Nessa jornada de evolução, a segurança é um valor inegociável para nós e, a fim de reforçar nossas práticas, lançamos o programa Conectados com a Vida, que, para além de ações para a promoção da segurança, engloba uma percepção de cuidado à vida de forma integral para nossos colaboradores e terceiros. Apesar de todas essas conquistas e avanços, não posso deixar de lamentar as três fatalidades inadmissíveis que registramos com terceiros no período e que têm provocado uma transformação profunda na Companhia.

Ainda com relação à gestão de nosso capital humano, seguimos focados em ações alinhadas à nossa Marca de Liderança que reforcem as habilidades necessárias para o cumprimento da nossa Estratégia 2030. Nesse âmbito merecem destaque as iniciativas para assegurar a sustentabilidade de nossos talentos, que incluem capacitação e a promoção de um ambiente diverso e inclusivo, reforçado pelo nosso programa Outros Olhares, com atuação nos pilares de equidade de gênero, raça, LGBTQI+ e pessoas com deficiência. No ano, pela primeira vez, lançamos um programa de recrutamento de estagiários com abordagem afirmativa de diversidade.

Frente a todos esses acontecimentos e aos demais que são apresentados ao longo deste relatório, gostaria de agradecer especialmente aos nossos mais de 1.300 mil colaboradores pela dedicação em 2021. Também agradeço pelas Conexões que Inspiram com o controlador da companhia, o Grupo ISA, bem como nossos acionistas, parceiros, regulador e com a sociedade.

Para o futuro, seguimos comprometidos com a saúde e segurança de nossos colaboradores e terceiros, com a excelência operacional, com as inovações para contribuir com as transformações do setor e com as ações para a garantia da robustez do sistema de transmissão nacional, sempre pautados pela maximização da geração de valor sustentável para os nossos públicos.

Rui Chammas
Diretor-presidente

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

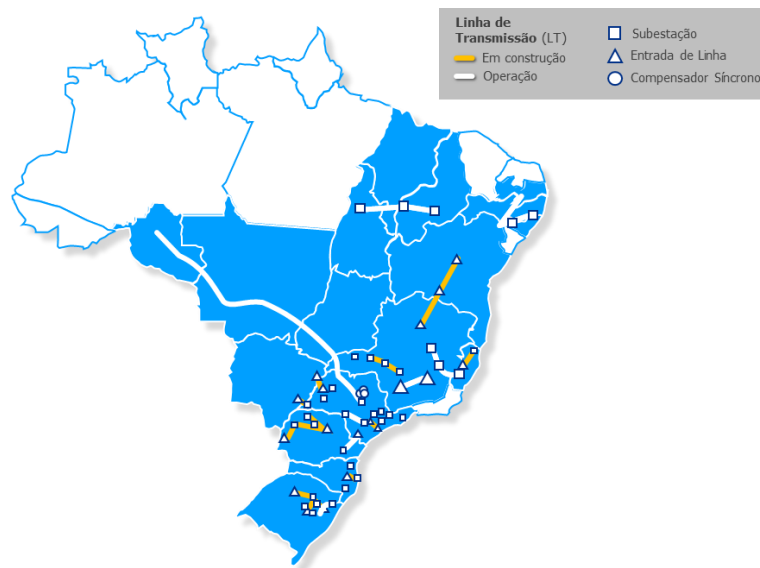
PERFIL DA COMPANHIA

A ISA CTEEP é a maior empresa privada de transmissão do setor elétrico brasileiro. Por meio de suas atividades e de suas controladas e coligadas, a Companhia atua em 17 estados do País (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Espírito Santo e Bahia), e é responsável por aproximadamente 33% de toda a energia elétrica transmitida pelo Sistema Interligado Nacional (SIN). A coordenação e o controle da operação das instalações da Companhia, e de todas as instalações de geração e transmissão de energia elétrica do SIN, são de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), sob fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Em 31 de dezembro de 2021, a capacidade instalada em operação da Companhia (controladora, subsidiárias 100% e subsidiárias não consolidadas¹) totalizou 71,7 mil MVA de capacidade de transformação, 19 mil quilômetros de linhas de transmissão, 26,1 mil quilômetros de circuitos e 131 subestações (127 próprias e 4 controladas em conjunto), além de mais de 1,7 mil quilômetros, 10 mil MVA de potência, 2,3 mil quilômetros de circuitos e 11 subestações (8 próprias) em fase pré-operacional.

Para operar com eficiência seu complexo sistema de transmissão, a ISA CTEEP dispõe de uma equipe de cerca de 1.400 colaboradores e instalações que proporcionam qualidade e confiabilidade na prestação dos serviços.

Comprometida com o desenvolvimento da infraestrutura energética do País, a Companhia investe continuamente na manutenção e modernização da sua rede, contribuindo diretamente para a expansão do sistema de transmissão nacional. Nos últimos 6 anos, a Companhia arrematou 14 lotes em leilões de transmissão realizados pela ANEEL.



¹ IE Madeira, IE Garanhuns, IE Aimorés, IE Paraguaçu e IE Ivaí

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**ESTRUTURA ACIONÁRIA E GOVERNANÇA CORPORATIVA**

A ISA CTEEP é controlada pela ISA, empresa multilatinha de sistemas de infraestrutura lineares, e possui ações ordinárias (“TRPL3”) e ações preferenciais (“TRPL4”) desde 2002, integrando o Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e valorizando a ética e transparência no relacionamento com acionistas e demais *stakeholders*.

Acionistas	TRPL3 (ON)		TRPL4 (PN)		Total (ON+PN)	
	Qtd Ações	%	Qtd Ações	%	Qtd Ações	%
ISA Capital do Brasil S.A	230.856.832	89,501%	5.144.528	1,283%	236.001.360	35,818%
Administração	-	0,000%	6.904	0,002%	6.904	0,001%
Ações em Circulação (Free Float)	27.080.900	10,499%	395.794.140	98,715%	422.875.040	64,181%
Eletrobrás	25.108.901	9,734%	210.758.156	52,565%	235.867.057	35,798%
Outros	1.971.999	0,765%	185.035.984	46,150%	187.007.983	28,383%
Total	257.937.732	100,000%	400.945.572	100,000%	658.883.304	100,000%

Data base: 31/12/2021.

A estrutura de governança corporativa da Companhia é composta pela Assembleia Geral de Acionistas, pelo Conselho de Administração, assessorado por 2 comitês não estatutários (Comitê de Auditoria e Comitê de Recursos Humanos), pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal.

O Conselho de Administração da ISA CTEEP possui mandato anual e, atualmente, é composto por 7 membros, dos quais 2 são independentes e 1 é representante dos colaboradores da Companhia. Compete ao Conselho de Administração orientar a condução geral dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais, exercido por meio do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados. Adicionalmente, cabe ao Conselho de Administração tomar conhecimento e acompanhar eventuais fragilidades de controles, processos, ética e conduta, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria da Companhia para saná-los.

O Conselho Fiscal tem funcionamento permanente e é composto por 5 membros efetivos e 5 suplentes com mandato de 1 ano.

A Diretoria Executiva é formada por 5 diretores estatutários, com prazo de mandato de 3 anos, sendo permitida a reeleição. Compete à Diretoria Executiva implementar e manter mecanismos, processos e programas eficazes de monitoramento e divulgação do desempenho financeiro e operacional e dos impactos de nossas atividades na sociedade e no meio ambiente.

Desde 2019 é realizada a autoavaliação anual do Conselho de Administração: no início de cada ano é analisado o desempenho do exercício anterior. O processo engloba avaliação do desempenho individual, desempenho em grupo, frequência e relevância dos temas das reuniões, participação da Diretoria e participação da Secretaria de Governança nas reuniões. Já os Diretores Executivos são avaliados a partir de metas validadas pelo Conselho de Administração por meio do Quadro de Gestão Integral (QGI).

GESTÃO DE RISCOS

A ISA CTEEP adota um processo de Gestão de Riscos fundamentado nos conceitos da Norma ISO-31000, que permeia todas as áreas de negócios e subsidiárias — controladas e coligadas — e tem como foco a adoção de medidas para reduzir ou mitigar efeitos adversos sobre nossos objetivos estratégicos ou recursos empresariais.

A governança da gestão de riscos na Companhia está alinhada ao Modelo das Três Linhas do Instituto dos Auditores Internos (IIA, sigla em inglês para *The Institute of Internal Auditors*), que direciona responsabilidades das áreas de negócios, da área de gestão integral de riscos, da auditoria interna e da alta administração da companhia. Como parte desse modelo e com o objetivo de avaliar os principais riscos e medidas de gestão, a ISA CTEEP dispõe do Comitê de Análise Crítica de Riscos, que conta com a participação da alta administração e gestores de riscos, buscando minimizar impactos no desenvolvimento sustentável de nossos negócios.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

CONJUNTURA ECONÔMICA E REGULATÓRIA

O ano de 2021 apresentou-se como um marco para a história mundial, pelos desafios impostos pela pandemia do COVID-19. Apesar da segunda onda da COVID-19 que se iniciou em novembro de 2020 e começou a arrefecer após atingir seu ápice, em abril de 2021, o Brasil apresentou retomada do crescimento da atividade econômica e encerrou o terceiro trimestre (3T21) com um crescimento de 3,9% no Produto Interno Bruto (PIB) acumulado dos últimos 12 meses. O crescimento do PIB veio acompanhado por uma redução da taxa de desemprego, concentrada no segundo semestre de 2021, de 14,4% para 12,1% e pelo aumento da inflação (IPCA) para 10,06%, maior patamar desde dezembro de 2016 (6,29%).

Ainda, segundo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica “CCEE”, a retomada da atividade econômica foi responsável pelo aumento de 4,1% no consumo médio de eletricidade no País em 2021. Cabe destacar que, apesar da crise hídrica que afetou os reservatórios em 2021, o aumento da demanda foi suprido pelo maior fornecimento de energia por usinas termelétricas, eólicas e solares. É importante destacar a resiliência da A ISA CTEEP frente a crise hídrica, que assim como as demais concessões de transmissão de energia elétrica, é remunerada pela disponibilidade de seus ativos e não pelo consumo de energia, ou seja, independe da quantidade de energia que é transmitida pelos ativos ou o preço da energia.

No âmbito regulatório, destaca-se o julgamento favorável por parte da ANEEL ao recurso administrativo interposto pela Companhia contra Resolução Homologatória nº 2.714/2020, que pleiteava o direito a atualização retroativa dos valores do RBSE, e aplicou o reperfilamento do componente financeiro do

RBSE conforme Nota Técnica nº 068/2021 (nota 25.3(a)). As premissas válidas a partir do ciclo 2021/2022 são: (i) a conclusão do pagamento do RBSE em 2028; (ii) a redução da amortização dos valores a receber do RBSE durante os ciclos 2021/2022 e 2022/2023; e (iii) a remuneração pelo WACC regulatório definido na RTP de 2018, garantido o reconhecimento de R\$1,8 bilhão no fluxo a receber que, a valor presente, geraram um acréscimo de R\$497.346 (nota 7). A partir do ciclo 2023/2024, os fluxos de pagamentos previstos pela ANEEL retornam aos patamares similares aos aprovados na Resolução Homologatória nº 2.714/2020.

ESTRATÉGIA

Conectada ao nosso propósito superior “Conexões que Inspiram” e sob a visão “Futuro Inspirado por Valor Sustentável”, nossa estratégia tem como foco a perenidade dos negócios no longo prazo, em consonância com a maximização da geração de valor para nossos stakeholders. Em linha com esse contexto, compreende três vetores e pilares estratégicos que pautam a condução de nossas atividades.

Gerar valor ao acionista – crescer no mercado de transmissão, por meio de participação em leilões (*greenfield*), fusões e aquisições (*brownfield*) e investimentos em reforços e melhorias dos ativos, sempre mantendo a disciplina financeira e os adequados critérios de rentabilidade e riscos.

Criar impactos social e ambiental positivos – gerar valor para a sociedade e para o planeta por meio de projetos socioambientais de alto impacto e de ações para reduzir e mitigar os impactos das mudanças do clima.

Assegurar a longevidade corporativa – investir em novos negócios de energia e na capacidade de inovação e empreendedorismo, garantindo a perenidade de nossas atividades. Formar equipes de alto desempenho e parceiros estratégicos, com foco na melhoria da competitividade e no desenvolvimento de capacidades.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Estratégia 2030 constrói o caminho para a longevidade e competitividade da ISA CTEEP, garantindo uma resposta aos desafios do mercado e às transformações do setor e expressa o compromisso de gerar valor sustentável para acionistas, para a sociedade e o planeta, suportada por quatro pilares que orientam nossas ações diárias e a forma como nos relacionamos com todos os públicos.



Uma das importantes avenidas de alocação de capital da ISA CTEEP é o investimento em novos projetos que geram valor sustentável. Os lotes arrematados em leilões de transmissão desde 2016 adicionarão Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 686 milhões, ciclo 2021/2022, com investimento ANEEL de cerca de R\$ 6,3 bilhões. Além dos projetos *greenfield* arrematados em leilão, a Companhia tem oportunidade de crescimento por meio de projetos de reforços e melhorias na concessão renovada. Estes investimentos dependem de Resoluções Autorizativas da ANEEL e a Companhia já possui autorizações para investimentos de mais de R\$ 2 bilhões para execução nos próximos anos.

Outra avenida de crescimento é por meio fusões e aquisições e, com início em março de 2021, passamos a consolidar os resultados da Piratininga – Bandeirantes Transmissora de Energia (PBTE) cuja aquisição foi anunciada em 2020 pelo montante de R\$ 1,6 bilhão (*equity value*). A empresa opera uma linha de transmissão subterrânea de 30km na cidade de São Paulo e interliga subestações já pertencentes à ISA CTEEP. Além dos investimentos em transmissão de energia, a ISA CTEEP está constantemente em busca de novas oportunidades de geração de valor sustentável.

Esse crescimento tem como base projetos e soluções que prezam pela robustez técnica-operacional e pelo equilíbrio econômico-financeiro, garantindo sólida posição competitiva e gerando benefícios para a sociedade.

DESEMPENHO OPERACIONAL

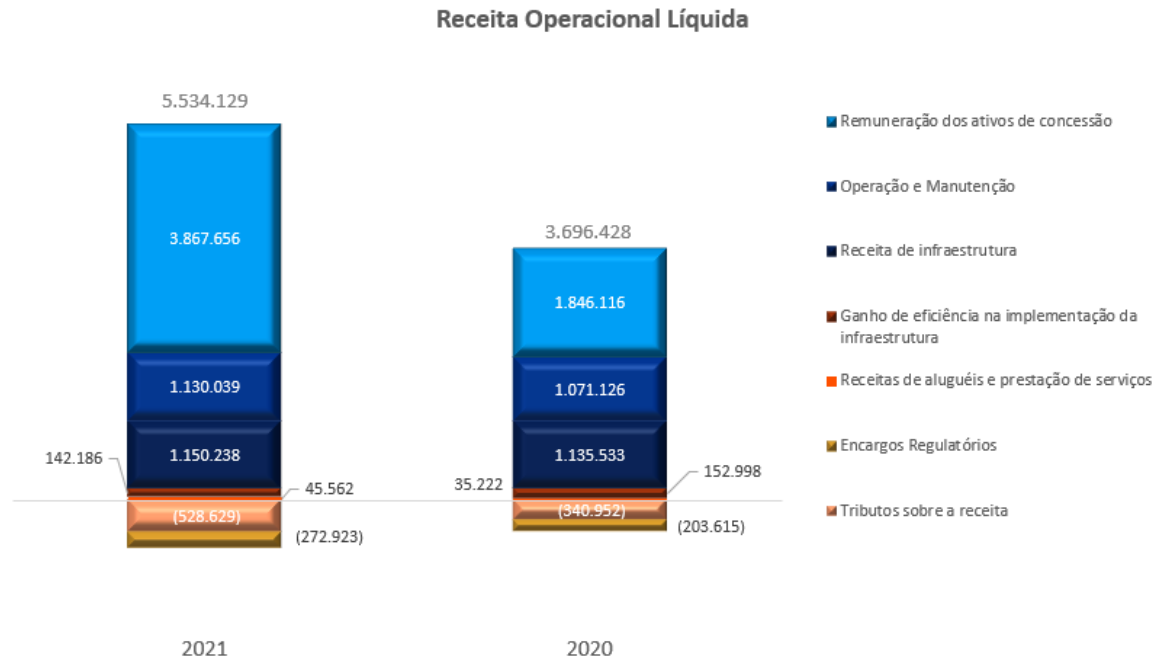
A ISA CTEEP é uma das principais referências no setor em termos de desempenho. A Companhia realiza uma gestão constante e minuciosa dos indicadores operacionais, entre os quais se destaca o Índice de Energia Não Suprida (“IENS”), obtido pela relação entre o total de energia não suprida durante todas as ocorrências no ano e o total da demanda de energia suprida pela Companhia. Em 2021, o IENS da Companhia totalizou $3,1 \times 10^{-6}$. Para efeito de comparação, o IENS do Sistema Interligado Nacional registrado nos últimos doze meses, findos em dezembro de 2021, foi de $9,0 \times 10^{-6}$.

A ISA CTEEP é remunerada pela disponibilidade de seus ativos por meio da RAP. Isso significa que qualquer indisponibilidade em seus ativos poderá acarretar perda de sua receita, por meio de desconto na receita auferida (Parcela Variável - PV). Em 2021, a PV aplicada foi de 1,26% da RAP consolidada.

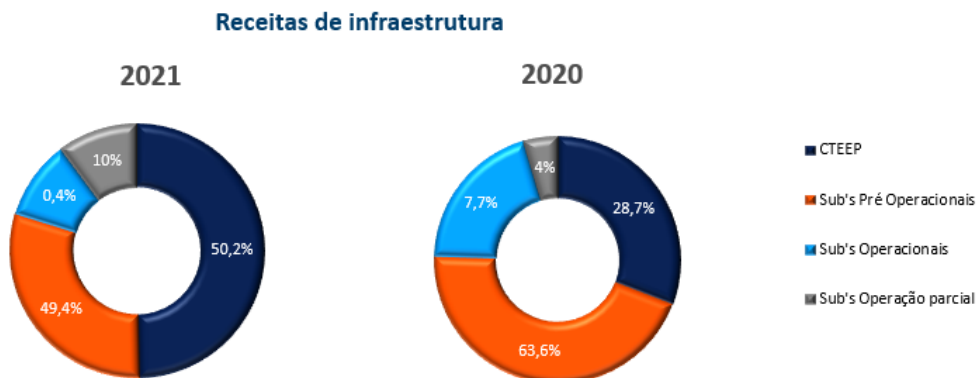
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO – IFRS**

No exercício de 2021, a Companhia e suas controladas 100% apresentaram uma geração de caixa operacional de R\$ 898.925 e um lucro líquido de R\$ 3.037.808, uma redução de 10,16% frente ao total de R\$ 3.382.650 auferido no exercício de 2020.

A **receita operacional líquida** teve um aumento de 49,7% em comparação com o exercício anterior e é composta pelas seguintes variações:



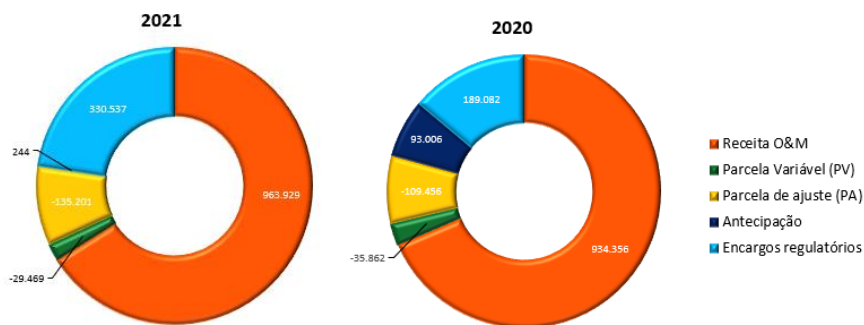
As **receitas de infraestrutura** totalizaram R\$1.150.238 em 2021 (+1,3% vs 2020) e considera os investimentos em projetos realizados no período adicionado da margem estimada de cada projeto e do *gross-up* dos tributos sobre a receita, de forma que a receita varia em função do volume de investimentos. No ano de 2021 houve: (i) aumento de R\$170.993 na ISA CTEEP, devido aos investimentos em projetos de reforços e melhorias; (ii) redução de R\$156.288 mil, em função da evolução das obras em controladas, com a finalização das obras de Itaquerê, Aguapeí e Itapura que entraram em operação ao longo de 2020 e 2021, parcialmente compensado pelo avanço nas obras de Biguaçu, IEMG (Triângulo Mineiro), Evrecy (Minuano), Tibagi (Três Lagoas) e Riacho Grande.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

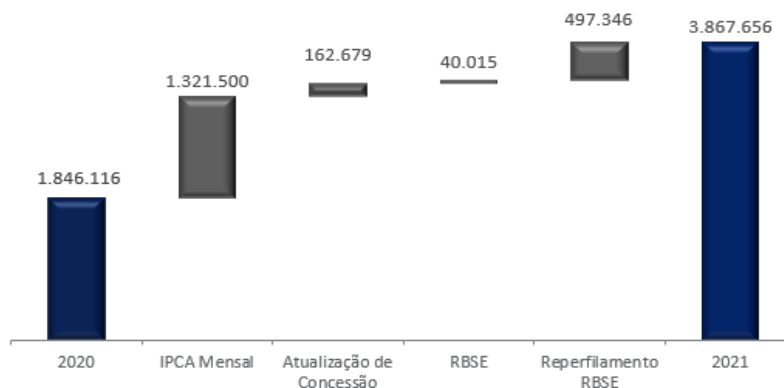
O **ganho de eficiência** no montante de R\$142.186 em 2021 vs R\$152.998 em 2020, referem-se aos ganhos adicionais à margem estimada, apurados na entrada em operação de projetos. A variação é composta: (i) acréscimo de R\$71.968 na ISA CTEEP pela energização de reforços e melhorias; (ii) redução de R\$82.150 nas controladas, com destaque para as controladas Itaquerê com montante de R\$122.327 em 2020, e em 2021, Aguapeí e Itapura (contrato 021/2018) com montante de R\$22.203. As controladas Itaquerê, Aguapeí e Itapura entraram em operação com antecipação em relação ao prazo de estimativa da Aneel em onze, seis meses e um ano, respectivamente.

As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R\$1.130.039 em 2021, comparada com R\$1.071.126 em 2020, sendo os principais fatores: (i) variação positiva de R\$23.434 devido atualização pelo IPCA da RAP do ciclo 2021/2022; (ii) aumento no repasse de encargos regulatórios incorporados na receita de R\$141.455 (iii) incremento de R\$6.095 decorrente da aquisição da PBTE (contrato 012/2016) que foi incorporada pela CTEEP; (iv) variação negativa da parcela de ajuste e antecipação de R\$118.507; (v) variação positiva na parcela variável de R\$6.393.



A **remuneração dos ativos de concessão** totalizou R\$3.867.656 em 2021 comparado com R\$1.846.116 em 2020 devido principalmente a:

- **Ativo da Lei nº 12.783 – SE:** apresentou uma variação de R\$1.247.973: (i) R\$710.612 devido ao efeito inflacionário pela atualização do IPCA mensal; (ii) aumento de R\$497.346 devido a remensuração do ativo da concessão referente ao RBSE decorrente do reperfilamento do componente financeiro e reconhecimento complementar do Ke conforme Resolução Homologatória da ANEEL nº2.851/21; (iii) aumento por atualização do fluxo financeiro no valor de R\$40.015.
- **Ativo da Implementação da infraestrutura,** apresentou uma variação de R\$773.567: (i) acréscimo de R\$162.679 referente a atualização do ativo de concessão pela taxa implícita de cada contrato de concessão e (ii) aumento de R\$610.888 devido efeito inflacionário pela atualização do IPCA mensal.

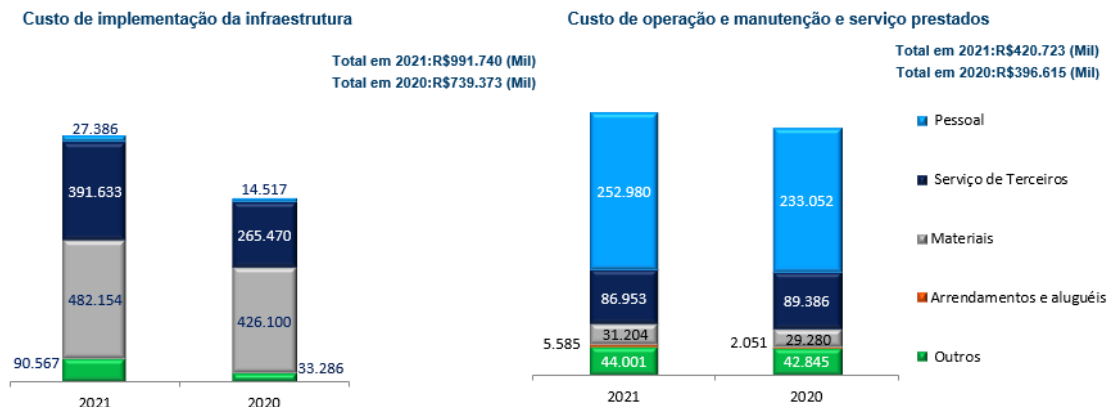


As **receitas de aluguéis e prestação de serviços** registram, um aumento na receita com compartilhamento de infraestrutura de cabos de fibra ópticas, cabos para-raios para operações de telecomunicações e prestação de serviços de operação e manutenção. Totalizaram R\$45.562 em 2021 vs. R\$35.222 em 2020.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

As **deduções da receita operacional** atingiram R\$801.552 em 2021 e R\$544.567 em 2020 impactada, principalmente, pelo aumento de tributos e contribuições de PIS/COFINS corrente e diferidos em R\$187.677, que acompanham a variação da receita bruta e encargos regulatórios em R\$69.308.

Os **custos dos serviços de implementação da infraestrutura, operação e manutenção e serviços prestados** tiveram aumento de 24,3%, com R\$1.412.463 em 2021 frente aos R\$1.135.988 em 2020.



Os **custos dos serviços de implementação da infraestrutura** representam os investimentos efetuados nas obras em andamento no período, os gastos com materiais e serviços variam em função da evolução das obras. O acréscimo de R\$252.367, deve-se, principalmente, a maior investimento nas obras de reforços e melhorias da Controladora e avanço nas obras de Biguaçu, IEMG (Triângulo Mineiro), Evrecy (Minuano), Riacho Grande, Itaúnas e Tibagi (Três Lagoas), compensado pela redução nas controladas de Itaquerê, Aguapeí e Itapura devido a entrada em operação.

Os **custos de operação e manutenção e de serviços prestados** totalizaram R\$420.723 em 2021 vs R\$396.615 em 2020, a variação ocorreu, principalmente ao aumento nos gastos com pessoal de R\$19.928 devido ao dissídio no acordo coletivo, compensado pela redução em serviços de terceiros de R\$2.433 decorrente de maior eficiência nas atividades de manutenção e conservação de linhas de transmissão e subestações.

As **receitas – Revisão Tarifária Periódica (RTP)**, totalizaram R\$54.774 em 2021 e R\$1.477.622 em 2020 e registra os seguintes impactos:

- **Em 2021:** impactos, principalmente, decorrentes da revisão da RAP provenientes dos resultados dos Recursos Administrativos das RTP's da CTEEP no montante de R\$39.076 e das controladas Serra do Japi, Pinheiros, IESul e IENNE no montante de R\$16.847; e (ii) revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado decorrente do resultado da RTP da controlada Evrecy no montante de (R\$1.149); valores líquidos de PIS e COFINS diferidos sobre impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP).
- **Em 2020:** impactos, principalmente, decorrentes de: (i) a revisão do fluxo de recebimento e parcela de ajuste (PA) da atualização pelo Ke do Ativo da Lei nº 12.783 – SE no montante de R\$1.631.668, (ii) revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação de infraestrutura da CTEEP e da controlada Serra do Japi no montante de (R\$19.064), (iii) R\$134.982 de reconhecimento de PIS e COFINS diferidos sobre impactos da RTP.

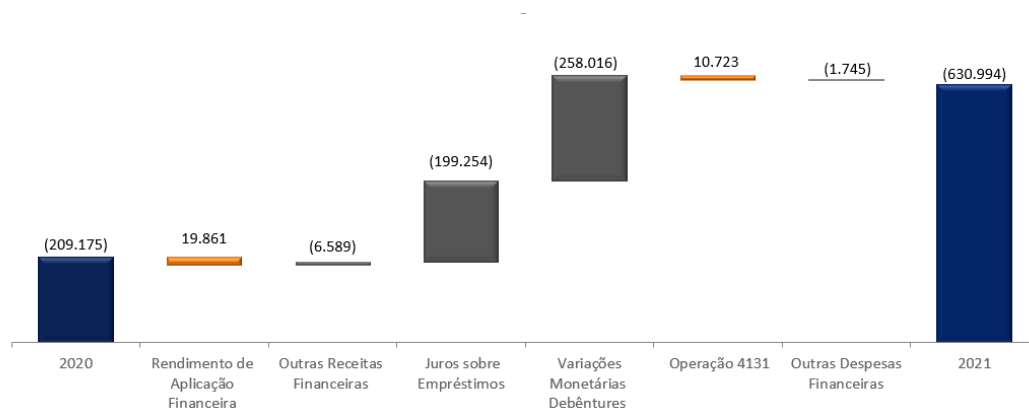
As **despesas gerais administrativas** apresentaram uma redução de 11,6%, totalizando R\$223.998 em 2021 comparadas com R\$253.516 em 2020, principalmente, pela (i) redução de demandas judiciais no montante de R\$58.577 em função de constituição de provisões, em 2020, para processos fundiários com destaque para as controladas IEMG e IESUL (evento não recorrente); (ii) aumento nos gastos com pessoal de R\$28.620 devido principalmente, a variação de provisão para fazer frente ao passivo atuarial do plano de pensão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

As **outras receitas (despesas) operacionais** totalizaram receitas de R\$33.773 em 2021 comparadas com R\$170.171 em 2020. Em 2020 houve o reconhecimento de eventos não recorrentes: (i) ganho de R\$73.464 decorrente da negociação de 395 mil m² de faixas de domínio com a Prefeitura de São José dos Campos

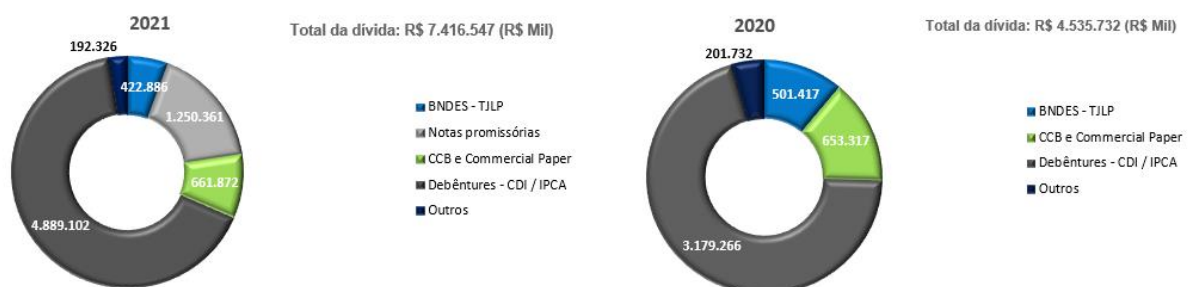
para o desenvolvimento de um projeto de mobilidade urbana no município, (ii) reconhecimento de indenização por desapropriação de terrenos da antiga EPTE resultante da decisão favorável em um processo judicial no valor de R\$75.328

O **resultado financeiro** totalizou uma despesa líquida de R\$630.993 em 2021 comparado R\$209.175 em 2020, a variação ocorreu, principalmente, em função das mudanças do cenário macroeconômico com elevação dos principais indexadores dos empréstimos e debêntures, e maior endividamento em 2021, compensados parcialmente pelo aumento nos rendimentos sobre aplicações financeiras.



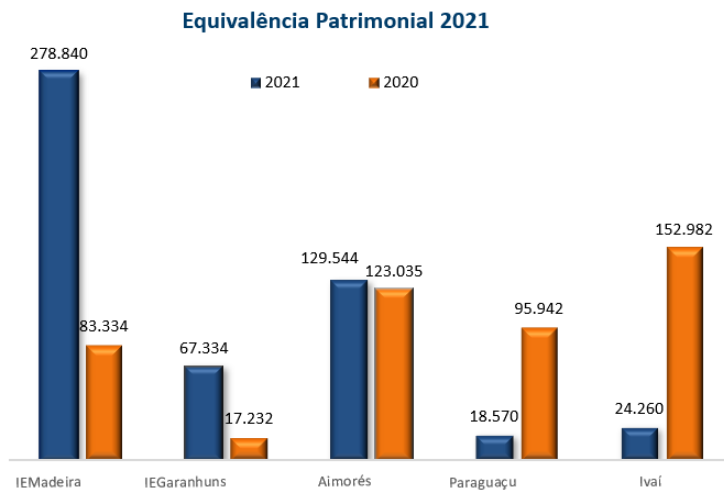
A **dívida bruta** consolidada totaliza R\$7.416.547 no exercício de 2021 e R\$4.535.732 no exercício de 2020, aumento devido as novas captações, em 2021, de R\$2.822.500 com emissão de notas promissórias comerciais e debêntures de infraestrutura, para fazer frente aos investimentos realizados pela Companhia e aquisição da PBTE e SF Energia. O custo médio da dívida consolidada em 2021 foi de 13,04% comparado com 2020 de 7,59 %, Apesar do aumento do custo nominal da dívida, o custo médio real da dívida é 2,71%, menor que o observado em 2020 (2,85%).

Composição da dívida bruta:



O resultado de **equivalência patrimonial** totaliza R\$518.548 em 2021 comparado com R\$472.525 em 2020, e tem como principal motivo a variação das controladas em conjunto:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

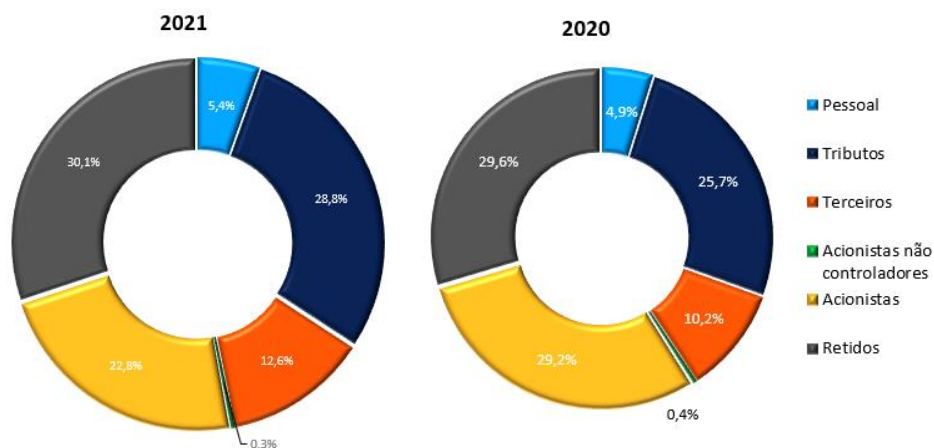


- (i) **IEParaguaçu, IEAimorés e IEIvaí**, em fase pré-operacional, variação negativa de R\$199.586 basicamente pela fase avançada na construção das obras.
- (ii) **IEGaranhuns**, em operação, a variação refere-se, principalmente, pela atualização do ativo da concessão pelo IPCA e pela taxa implícita do contrato de concessão, sendo registrado ganho de R\$50.102.
- (iii) **IEMadeira**, em operação, a variação de R\$195.506 deve-se principalmente pela atualização do ativo da concessão pelo IPCA e pela taxa implícita do contrato de concessão e devido ao reconhecimento de provisão não recorrente do processo judicial de arbitragem em 2020.

O imposto de renda e contribuição social totalizou R\$768.416 em 2021 comparando com R\$835.417 em 2020, que acompanha a variação do resultado excluindo o resultado da equivalência patrimonial, resultado de indenização por desapropriação e a dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio. A taxa efetiva apurada de imposto em 2021 e 2020 foi de 20%.

Valor adicionado

Em dezembro de 2021, a Companhia apurou R\$5.726.597 mil de valor adicionado comparado com R\$5.707.194 mil em 2020, distribuído como segue:



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RATING

A Fitch Ratings afirmou o Rating Nacional de Longo Prazo ‘AAA+(bra)’ da ISA CTEEP e das suas emissões de debêntures da espécie quirografária, com perspectiva ‘Estável’ em 2020.

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a ISA CTEEP prevê a distribuição de dividendo mínimo que seja o maior valor entre R\$ 359 milhões e 25% do lucro líquido do exercício.

A Companhia adota como prática a distribuição de, no mínimo, 75% do lucro líquido regulatório (utilizado como *proxy* da geração de caixa), limitado à alavancagem máxima de 3,0x Dívida Líquida/EBITDA.

A Companhia busca sempre maximizar a geração de valor aos seus acionistas e, em 2021, registrou recorde anual de distribuição de proventos, com montante total de R\$ 2,8 bilhões pagos no ano,

correspondentes a R\$ 4,251132 por ação. A distribuição de proventos referentes ao exercício de 2021 foi de R\$ 1,3 bilhão, o *payout* foi de 61% do lucro líquido em IFRS e de 210% do lucro líquido regulatório e o *dividend yield* foi de 8,2%, considerando preço da ação de 30 de dezembro de 2021. Considerando todos os proventos de 2021, inclusive os intermediários sobre reserva, o *payout* e o *dividend yield* seriam de 210% e 11,5%, respectivamente.

MERCADO DE CAPITAIS

A ISA CTEEP possui ações ordinárias (“TRPL3”) e ações preferenciais (“TRPL4”) listadas e negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (“B3”) e integra, desde 2002, o Nível 1 de Governança Corporativa, valorizando a ética e transparência no relacionamento com acionistas e demais *stakeholders*.

As ações da Companhia integram diversos índices como o Índice de Governança Corporativa Trade (IGCT) e o Índice de Governança Corporativa (IGC), ambos responsáveis pela mensuração do desempenho das ações de empresas listadas no Novo Mercado e nos Níveis 1 e 2 de governança corporativa da BOVESPA. Adicionalmente, as ações preferenciais também compõem o Índice Brasil Amplo (IBRA), que mede desempenho médio das cotações de todos os ativos negociados no mercado a

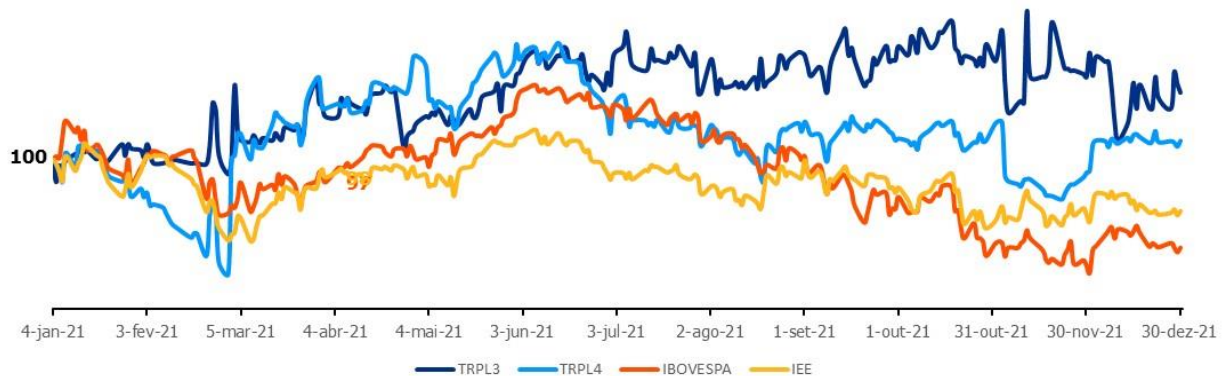
vista (lote-padrão) da B3 que atendam a critérios mínimos de liquidez e presença em pregão, o Índice Dividendos (IDIV), o Índice de Energia Elétrica (IEE), o Índice MidLarge Cap (MLC) e o Índice

Utilidade Pública (UTIL). Adicionalmente, a Companhia participa do programa de American Depositary Receipts (“ADRs”) – Regra 144A, nos Estados Unidos sob os códigos “CTPTY” (ação ordinária) e “CTPZY” (ação preferencial).

As ações ordinárias e preferenciais da ISA CTEEP encerraram o quarto trimestre de 2021 cotadas a R\$ 30,60 e R\$ 24,31, respectivamente. No ano de 2021, as ações preferenciais da ISA CTEEP tiveram desvalorização de 12,4%. O valor de mercado da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, era de R\$ 17,6 bilhões. O volume médio diário de negociação na B3 foi de R\$ 36,3 milhões em 2021, 10% abaixo daquele verificado em 2020. A média diária de negociações foi de 1,5 milhão negócios por dia, 22% abaixo dos 1,9 milhão registrados no ano anterior.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Evolução TRPL3 x TRPL4 x Ibovespa x IEE – 2021 (base 100)



INOVAÇÃO

Inovação é um dos pilares estratégicos e de geração de valor da ISA CTEEP, que vem aumentando de forma significativa seus investimentos no tema nos últimos anos e, em 2021, investiu aproximadamente R\$ 23,6 milhões em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I). Para impulsionar ainda mais essa agenda, em 2021 a Companhia construiu um *roadmap* de inovações, com teses de investimento para áreas chave, que serviu de insumo para a definição da esteira de projetos a partir de estimativas de resultados e de seus objetivos.

Em 2021 a ISA CTEEP também fortaleceu sua cultura de inovação também por meio de *workshop* de inovação no setor elétrico, com 90 participantes, e da realização de uma premiação de inovação para

captura e valorização de ideias de seus colaboradores. No ano, somamos 92 ideias inovadoras, das quais 10 foram reconhecidas. Seguem abaixo nossas iniciativas de destaque em 2021:

Jornada de transformação digital

Com o intuito de mapear e planejar ações que promovam a transformação para que a Companhia seja eficiente e escalável, a ISA CTEEP estabeleceu em 2021 um Comitê de Transformação Digital, que se reúne mensalmente para discutir ações.

Adicionalmente, a Companhia realizou, com apoio de consultoria externa, um mapeamento para identificação de oportunidades, que posteriormente foram priorizadas. Entre os desdobramentos está um projeto de robotização dos processos operacionais financeiros da área de suprimentos, a automatização da entrada de notas fiscais e outro projeto de robotização para a área regulatória, para captura automatizada das regulações e apoio na tomada de decisão.

Primeira subestação digital

Um dos principais destaques que refletem a evolução da jornada de transformação digital foi a inauguração da Subestação Digital em Lorena (SP) em 2021, a primeira do Sistema Interligado Nacional. O projeto reforça o comprometimento da ISA CTEEP com a inovação e a descarbonização da matriz energética e envolve a aplicação de sistemas digitais com o uso de tecnologias, como big data e conexões em fibra ótica

A subestação, que faz parte da Interligação Elétrica Itapura, conta com um banco de autotransformadores com capacidade instalada de 1.200 MVA, capaz de abastecer duas cidades do porte de São José dos Campos (SP). O projeto, que empregou mais de 200 profissionais durante a obra, deve duplicar o abastecimento de energia para a região do Vale do Paraíba, que passa a contar com um sistema redundante.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O empreendimento tem investimento previsto pela ANEEL de R\$ 238 milhões, com Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 11,8 milhões no ciclo 2021-2022, e foi entregue em setembro de 2021, com um ano de antecedência em relação ao prazo do regulador.

Armazenamento de energia em baterias

Em 2021 a ANEEL aprovou o primeiro projeto de armazenamento de energia em baterias em larga escala no sistema de transmissão brasileiro. A inovação será instalada na subestação Registro (SP), uma das responsáveis pelo atendimento da demanda máxima do Litoral Sul Paulista, de aproximadamente 400 MW, beneficiando aproximadamente duas milhões de pessoas.

As baterias de lítio serão instaladas em uma área de aproximadamente 4 mil m², com porte equivalente a cerca de 30 contêineres, e terão 30 MW de potência instalada. A tecnologia vai atuar nos momentos de pico de consumo, como um reforço à rede elétrica, assegurando energia adicional por até duas horas, totalizando 60 MWh, de forma a evitar interrupção no fornecimento de energia devido ao excesso de demanda e garantir mais segurança e confiabilidade na prestação do serviço à sociedade.

O investimento autorizado pela ANEEL é de R\$ 146 milhões e a previsão de entrega da obra é novembro de 2022, de forma a atender à demanda do verão a partir de 2022/2023. A Receita Anual Permitida (RAP) será de aproximadamente R\$ 27 milhões.

Drones

Em 2021 a ISA CTEEP desenvolveu, em parceria com a Drone Power e de forma pioneira no Brasil, um drone que incinera objetos que caem nas linhas de transmissão e podem afetar o fornecimento de energia elétrica à sociedade, como balões e pipas. A tecnologia contribui com a redução em mais de 80% do tempo para a remoção de objetos, de forma a trazer mais segurança aos colaboradores que realizam a manutenção do sistema.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Anuário Época Negócios 360°

Ranking do setor: 8º lugar e 1º lugar em desempenho financeiro.

Ranking geral: 103ª posição entre todas as empresas avaliadas, avanço de 59 posições em comparação a 2020. 5ª posição em desempenho financeiro conferindo à Companhia o Selo Prata.

Ranking Valor 1000

Ranking do setor: 3ª posição, com destaque para:

- 1º lugar em EBTIDA
- 9º lugar em Margem da Atividade
- 1º lugar em Liquidez Corrente

Ranking geral: 209ª posição entre as 1.000 maiores companhias do país, avançando 7 posições frente a 2020

Selo Ouro no Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) do Programa Brasileiro GHG Protocol

A ISA CTEEP conquistou, pelo segundo ano consecutivo, o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol. O reconhecimento é concedido às companhias de todo o Brasil que demonstram o atendimento a todos os critérios de transparência na publicação de seus dados de emissões e os submetem à verificação de terceira parte. O inventário de emissões de GEE da Companhia é assegurado pela PwC.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Ranking 100 Open Startups

A Companhia figurou, mais uma vez, no Ranking das TOP 100 Open Corps, promovido pela plataforma pioneira e líder em *open innovation* na América Latina “100 Open Startups”. Historicamente, a ISA CTEEP já havia ocupado o 2º e o 4º lugares do ranking, em 2018 e 2019, respectivamente.

SUSTENTABILIDADE

A ISA CTEEP é signatária do Pacto Global desde 2011, e seus compromissos são reforçados por uma estratégia que tem como foco a geração de valor sustentável. Para uma contribuição efetiva, foram elencados seis Objetivos de Desenvolvimento Sustentável prioritários, tendo as alianças e cooperações (ODS 17) como eixo transversal de sustentação.

A ISA CTEEP está comprometida com a excelência e liderança na melhoria das condições ambientais no País. Nesse sentido, tem evoluído constantemente a gestão dos impactos de seu negócio a partir de uma contribuição proativa e transcendente para adaptação e combate às mudanças climáticas e proteção e conservação dos ecossistemas e sua biodiversidade. Como destaque, nossa iniciativa Conexão Jaguar foi eleito o melhor programa corporativo de compensação de emissões pelo *ranking Environmental Finance Awards*. Por meio dele, o Grupo ISA e suas empresas endossam o compromisso com o desenvolvimento sustentável dos negócios, contribuindo com grandes causas mundiais, que incluem o cumprimento da Convenção Sobre Diversidade Biológica (CDB) e os compromissos firmados pelos países na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-26).

Iniciada em 2017, a iniciativa engloba a implementação de projetos florestais de redução de emissões de Gases do Efeito Estufa, em áreas prioritárias para a proteção, recuperação e conexão do habitat e corredores do Jaguar (onça-pintada, em espanhol) em territórios onde a ISA está presente. Com o intuito de contribuir com a conservação da biodiversidade e a mitigação das mudanças do clima, os recursos arrecadados com a comercialização dos créditos de carbono são investidos em outros projetos de preservação e proteção das onças-pintadas.

Ao final de 2021, o Conexão Jaguar somava 8 projetos contemplados na América Latina, sendo um projeto no Brasil para a proteção de 76 mil hectares na Serra do Amolar, localizado no Pantanal do Mato Grosso em parceria com o Instituto Homem Pantaneiro (IHP).

A ISA CTEEP atua ativamente na transmissão de energia renovável e nos ecossistemas de inovação, por meio do desenvolvimento de iniciativas para a criação de uma sociedade com infraestrutura inovadora e que proporcione acesso à energia com confiabilidade e segurança para população.

Nesse contexto, reforça seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e com a transição para uma economia de baixo carbono por meio de emissões de debêntures verdes (*green bonds*), desde 2018, para execução de reforços, melhorias e investimentos em novos projetos.

Em 2021, a Companhia captou R\$ 672,5 milhões por meio da emissão de títulos verdes, destinados integralmente aos novos projetos de linha de transmissão (*greenfield*) de Três Lagoas (SP e MS), Triângulo Mineiro (MG) e Minuano (RS), arrematados no leilão de dezembro de 2019.

Adicionalmente, a ISA CTEEP aderiu à Plataforma de Transparência de Título Verdes (*Green Bond Transparency Platform – GBTP*). A ferramenta foi desenvolvida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a divulgação de informações de forma padronizada acerca do uso dos recursos, impactos, metodologias e padrões empregados nas emissões dos títulos verdes.

COMBATE À COVID-19

A ISA CTEEP presta um serviço essencial à sociedade e tem o compromisso e a responsabilidade de preservar a saúde e segurança dos públicos com os quais se relaciona. Diante do avanço da nova variante Ômicron, a empresa reforçou os seus protocolos e segue adotando medidas de proteção e de monitoramento, tais como:

- (i) Permanência do trabalho remoto para funções específicas;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(ii) Plano de contingência com redistribuição dos turnos nas subestações e centros de controle nos momentos críticos para reduzir o deslocamento das equipes e eventualmente colocar a própria saúde e a de seus familiares em risco;

(iii) Disponibilização de programas voltados para saúde mental a exemplo de sessões de terapia on-line; um aplicativo focado em telemedicina; um portal exclusivo com informações confiáveis sobre saúde, segurança e qualidade de vida.

Além disso, a Companhia lançou o vacinômetro e realizou campanhas de sensibilização e conscientização para que os colaboradores se sentissem confortáveis em relação à vacinação. Com isso, encerrou 2021 com 98% dos colaboradores imunizados (dose única ou duas doses).

Desde o início da pandemia em 2020, a Companhia criou e manteve um comitê interno composto pela diretoria executiva e alta liderança, em prol da saúde e segurança dos colaboradores — que acompanha semanalmente por intermédio de reuniões semanais a evolução da doença no País e se adapta a fim de garantir a continuidade das operações.

PESSOAS

Após a reorganização de nossa estrutura de talentos, da revisão de políticas e de estruturas e do alinhamento de práticas com o Grupo ISA, realizados em 2021, a ISA CTEEP passou para a etapa de transformação, com foco na robustez dos processos de gestão de pessoas, evolução da liderança, gestão de performance e na cultura de segurança.

A seguir estão descritas as capacidades organizacionais que trazem as iniciativas de formação, engajamento, comunicação e reconhecimento e que foram definidas para que todos os nossos colaboradores estejam alinhados aos propósitos da Companhia:

- **Adaptabilidade** – adaptamos nosso conhecimento para enfrentar as adversidades.
- **Trabalho em rede** – construímos alianças e relações sustentáveis.
- **Inovação e empreendedorismo** – aprimoramos e criamos soluções para agregar valor sustentável aos negócios.
- **Orientação ao cliente** – oferecemos soluções de acordo com as necessidades de nossos clientes.
- **Desenvolvimento do talento e aprendizagem contínua** – desenvolvemos os talentos e os potencializamos.
- **Excelência operacional** – asseguramos altos níveis de eficiência, considerando o custo, risco e desempenho.
- **Transformação digital** – mantemos a eficiência dos processos por meio das tecnologias digitais, para responder aos cenários futuros e incluirmos novos modelos de negócio.
- **Gestão ambiental e social** – asseguramos soluções com viabilidade ambiental e social.
- **Ética** – agimos em coerência com nosso propósito superior.
- **Corresponsabilidade** – assumimos a responsabilidade por nossos compromissos e apoiamos outras pessoas na construção de um propósito comum.

A fim de assegurar a sustentabilidade dos talentos e sua valorização, a Companhia possui uma política de aproveitamento interno e, em 2021, 60% das vagas foram preenchidas seguindo essa premissa.

Na frente de sucessão, em 2021 foi realizado um mapeamento para a identificação cargos críticos. A partir dessa análise, foram traçados de ação com colaboradores potenciais e com os líderes, de forma que o processo de mudança seja acelerado. Nesse período, 181 pessoas foram promovidas no ano, o que corresponde a 12% do quadro funcional

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No campo de qualificação, a ISA CTEEP encerrou o ano com mais de 47.438 horas de capacitação média de aproximadamente 35 horas por colaborador), a maioria focada em saúde e segurança. Do quadro total, 95% dos colaboradores recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento.

A pesquisa de clima organizacional promovida junto aos colaboradores em 2021, obteve 95% de adesão com um índice de favorabilidade 83%, o que representa a satisfação com as iniciativas de capital humano.

Adicionalmente, a Companhia valoriza a diversidade e a inclusão e deseja construir uma empresa que represente a sociedade com toda sua multiplicidade, desenvolvendo um ambiente acolhedor, onde as pessoas possam se sentir seguras para ser quem são e para construir um legado a partir das diferenças. Para alavancar nesse compromisso foi criado o programa de Diversidade e Inclusão, que visa a promoção de discussões e conscientização sobre o tema, com foco nos pilares de gênero; pessoas com deficiência (PCD); gerações; LGBT e multiculturalidade; e raça.

Em equidade de gênero, atualmente, a ISA CTEEP é a empresa do setor elétrico brasileiro com a maior participação de mulheres em cargos de diretoria, alcançando 60% do quadro. A representação feminina no corpo gerencial é de 29%, contra uma média de 18% em empresas da América Latina, segundo pesquisa realizada, em 2020, pela International Business Review. Em 2021, a Companhia celebrou ainda a primeira mulher a ocupar o cargo de Diretoria Executiva de Operações de sua história.

Adicionalmente, pela primeira vez, o programa de estágio da ISA CTEEP priorizou a diversidade e a inclusão, com um processo seletivo voltado majoritariamente para mulheres, pretos e pardos e pessoas com deficiência. Sob o tema “A sua energia transforma o futuro”, o idioma estrangeiro também deixou de ser um critério obrigatório para ocupar uma das 35 vagas existentes. Foram contratados 31 estagiários, dentre os quais 54% são mulheres e 30% pessoas negras.

Com o intuito de fortalecer seu celeiro de talentos, a Companhia relançou o programa de trainee Jovens Profissionais, que é voltado para pessoas que possam assumir posições-chave e estratégicas num curto período e que contou com 60% de mulheres em 2021. A partir de 2022, os novos colaboradores passam a ter a oportunidade de passar pela troca de experiências e praticar uma imersão no negócio; desenvolver suas expertises em diversas áreas; passar por mentorias e avaliações individuais; além de treinamento destinado ao ganho de habilidades de soft skill.

AUDITORES INDEPENDENTES

Com respeito à prestação de serviços relacionados à auditoria externa, a ISA CTEEP informa que a Deloitte Touche Tohmatsu Limited prestou apenas serviços relacionados à Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício de 2021.

Notas Explicativas

Destaques

A Administração destaca abaixo assuntos contábeis, regulatórios e econômico-financeiros importantes para esta divulgação:

- **Operacional**

Aquisição PBTE

Em 2 de março de 2021, foi concluída a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social da Piratininga – Bandeirantes Transmissora de Energia (PBTE) no montante R\$1.571.065, após o cumprimento das condições precedentes no contrato de compra e venda de ações. A empresa opera uma linha de transmissão subterrânea de 30km na cidade de São Paulo, que entrou em operação em abril de 2020 e conecta duas subestações da CTEEP (Piratininga II e Bandeirantes), e com RAP de R\$180.244 para o ciclo 2021/2022. Os reflexos da aquisição de controle da PBTE estão demonstrados na nota 11 (ii). Em 01 de novembro de 2021, a PBTE foi incorporada pela Companhia.

Início de operação

Em 4 de março de 2021 e 2 de fevereiro de 2021 a controlada IEAguapeí energizou a subestação Baguaçu com 16Km de linhas de transmissão e a subestação Alta Paulista com 105km de linhas de transmissão, respectivamente. Concluindo assim, o empreendimento do contrato 046/2017 com seis meses de antecedência em relação ao prazo da ANEEL.

Em 29 de outubro de 2021 a controlada IEItapura energizou a subestação Lorena com um banco de transformador, com capacidade instalada de 1.200 MVA, além de 6Km de linhas de transmissão. O empreendimento é o primeiro a contemplar a aplicação da solução digital na rede básica do Sistema Interligado Nacional (SIN). Concluindo assim, o empreendimento do contrato 021/2018 com um ano de antecedência em relação ao prazo da ANEEL.

Licenças de Instalação

Em 26 de janeiro de 2021 a controlada IETibagi obteve a Licença de Instalação (LI) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) para o contrato 006/2020 (projeto Três Lagoas).

Em 19 de março de 2021 a controlada IEBiguaçu obteve a Licença de Instalação (LI) emitida pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA) para as linhas de transmissão.

Em 21 de dezembro de 2021 a controlada Interligação Elétrica de Minas Gerais (IEMG) obteve a Licença Ambiental Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI) para o projeto Triângulo Mineiro, emitidas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

Regulatório

Reperfilamento do Componente Financeiro do RBSE

Em 22 de abril de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.851/2021, com o resultado do recurso administrativo contra a Resolução Homologatória nº 2.714/20, no qual a Agência homologou o reperfilamento do RBSE mantendo-se os critérios anteriormente estabelecidos na Resolução Normativa ANEEL nº 762/2017, garantindo o valor econômico para a Companhia e reprogramando parte dos pagamentos dos valores do RBSE. Os respectivos impactos contábeis estão demonstrados nas notas 7 e 23.3 (a).

Reajuste anual da receita

Em 16 de agosto e 05 de outubro de 2021 a ANEEL divulgou o Ofício nº 19/21 e a Resolução Homologatória nº 2.959/21 em substituição a Resolução nº 2.895/21, estabelecendo as Receitas Anuais Permitidas (RAP) pela disponibilização das instalações de concessionárias de serviço público de transmissão de energia para o ciclo 2021/2022 (nota 23.4). Os impactos contábeis totalizam R\$130.134 e estão demonstrados na nota 7.

Notas Explicativas

Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020 - Efeitos do Coronavírus nas Demonstrações Financeiras

Em consonância com o Ofício Circular CVM nº 02/2020, de 10 de março de 2020, a ISA CTEEP vem acompanhando os impactos do COVID-19 no cenário macroeconômico e em seus negócios, e avalia constantemente os possíveis riscos de inadimplência em função ruptura de fluxo de caixa no sistema e eventuais impactos nos negócios da Companhia.

Considerando as ações que o Governo estruturou de suporte ao Setor de Energia Elétrica que se mostraram eficientes para a Transmissão, os níveis de inadimplência da Companhia não apresentaram oscilações significativas. No contexto da crise econômica ocasionada pela COVID-19, a ANEEL, na busca por alternativas para amortecer o aumento das tarifas de energia nos ciclos 2021/2022 e 2022/2023, definiu o reperfilamento do RBSE. A definição apresentada pela ANEEL contribuirá com a modicidade tarifária, minimizando os impactos para os consumidores que estão sendo diretamente afetados pela pandemia. Embora a medida reflita o descasamento do fluxo financeiro estabelecido na Resolução Homologatória nº 2.714/2020, preserva o valor econômico para a Companhia. (vide nota 23.3 a).

Adicionalmente, a Companhia segue diligente no acompanhamento dos prazos de obras em curso e mantém contínua comunicação com o regulador sobre eventuais atrasos que poderão ocorrer até a normalização das atividades comerciais do mercado como um todo. Até o momento não houve impacto relevante aos negócios que pudessem requerer alguma mensuração ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Diante do alongamento da pandemia a Administração mantém posição prudente na gestão do caixa de forma a garantir o fluxo normal das atividades, a liquidez e robustez financeiras usuais. As medidas de precaução vêm sendo mantidas para reduzir a exposição dos seus colaboradores ao risco e garantir continuidade e qualidade de suas operações. A Companhia segue monitorando a evolução do quadro da pandemia e reavalia constantemente as medidas adotadas para garantir aderência das ações a cada momento desta nova realidade.

- **Econômico-Financeiros**

i) A Companhia e as controladas Biguaçu e Riacho Grande possuem contratos de hedge na modalidade Termo de Moeda (*Non Deliverable Forward* - NDF), com o objetivo de proteger (*hedge*) compromissos assumidos (CAPEX) em moeda estrangeira, desta forma, as oscilações ocorridas no cenário financeiro atual não impactaram as demonstrações financeiras.

ii) Em 2021 a Companhia captou por meio de emissão de Debêntures e Notas Promissórias, o montante de R\$2.822.500, e liquidou a 4ª emissão de debêntures no valor de R\$192.369, (notas 14 e 15), sendo a última captação a 11ª. emissão de debêntures simples, aprovada pelo Conselho da Administração em outubro de 2021.

iii) Em 2021 a Companhia realizou pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$2.656.470.

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

1.1 Objeto social

A CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“ISA CTEEP”, “CTEEP” ou “Companhia”) é uma sociedade de capital aberto, brasileira, domiciliada em São Paulo com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C – Cristal Tower, andares 5º, 6º e 7º, Vila Gertrudes, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão. No cumprimento de suas funções, é prevista a aplicação de recursos e gestão de programas de pesquisa e desenvolvimento na transmissão de energia elétrica e outras atividades correlatas à tecnologia disponível. Estas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia é oriunda de cisão parcial da Companhia Energética de São Paulo (“CESP”), tendo iniciado suas operações comerciais em 1 de abril de 1999. Em 10 de novembro de 2001, incorporou a EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“EPTE”), empresa oriunda da cisão parcial da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. Em leilão de privatização realizado em 28 de junho de 2006, o Governo do Estado de São Paulo alienou ações ordinárias de sua propriedade, correspondentes, a 50,10% das ações ordinárias de emissão da CTEEP. A entidade vencedora do leilão foi a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. (“ISA”).

Atualmente, a Companhia está consolidada no setor de transmissão de energia elétrica, atuando como grupo econômico e controlando diretamente quinze sociedades, além de deter o controle compartilhado de outras cinco sociedades. Juntas, tais sociedades somam trinta contratos de concessão (nota 1.2), 19,1 mil quilômetros de linhas construídas, 71,7 mil MVA de capacidade de transformação, além de mais de 1,7 mil quilômetros e 10 mil MVA de potência em fase pré-operacional.

As ações da Companhia estão listadas no segmento de Nível 1 da B3 S.A., sob os códigos TRPL3 e TRPL4.

A Companhia adota as práticas diferenciadas de Governança Corporativa – Nível 1, da B3 desde setembro de 2002. Os compromissos assumidos por conta da referida adesão garantem maior transparência da Companhia com o mercado, investidores e acionistas, facilitando o acompanhamento dos atos da Administração.

A Companhia integra o Índice Brasil Amplo (IBRA), Índice de Dividendos (IDIV), Índice de Energia Elétrica (IEE), Índice de Governança Corporativa (IGC), Índice de Governança Corporativa Trade (IGCT) Índice MidLarge Cap (MLCX) e o Índice de Utilidade Pública (UTIL).

Notas Explicativas

1.2 Concessões

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto possuem o direito de explorar os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Contrato	Part. (%)	Prazo (anos)	Venciment o	Revisão Tarifária Periódica		Índice de correção	Receita Anual Permitida – RAP	
					Prazo (anos)	Próxima		R\$ mil	Mês base
CTEEP (i)	059/2001		30	31.12.42	5	2023	IPCA	2.320.120	06/21
CTEEP (ii)	012/2016		30	20.11.46	5	2022	IPCA	179.112	06/21
Controladas									
IESerra do Japi	143/2001	100	30	20.12.31	n/a	n/a	IGPM	17.757	06/21
IEMG	004/2007	100	30	23.04.37	5	2022	IPCA	21.001	06/21
IENNE	001/2008	100	30	16.03.38	5	2023	IPCA	55.730	06/21
IEPinheiros	012/2008	100	30	15.10.38	5	2024	IPCA	12.140	06/21
IESul	013/2008	100	30	15.10.38	5	2024	IPCA	6.624	06/21
IEPinheiros	015/2008	100	30	15.10.38	5	2024	IPCA	44.602	06/21
IESul	016/2008	100	30	15.10.38	5	2024	IPCA	15.425	06/21
IEPinheiros	018/2008	100	30	15.10.38	5	2024	IPCA	5.991	06/21
Evrecy	020/2008	100	30	17.07.25	4	2025	IGPM	17.417	06/21
IESerra do Japi	026/2009	100	30	18.11.39	5	2025	IPCA	47.136	06/21
IEPinheiros	021/2011	100	30	09.12.41	5	2022	IPCA	6.479	06/21
IEItaúnas	018/2017	100	30	10.02.47	5	2022	IPCA	57.743	06/21
IEItabagi (iii)	026/2017	100	30	11.08.47	5	2023	IPCA	10.524	06/21
IEItaquaré	027/2017	100	30	11.08.47	5	2023	IPCA	53.347	06/21
IEItapura	042/2017	100	30	11.08.47	5	2023	IPCA	12.553	06/21
IEAguapeí	046/2017	100	30	11.08.47	5	2023	IPCA	64.866	06/21
IEBiguaçu	012/2018	100	30	20.09.48	5	2024	IPCA	44.503	06/21
IEItapura	021/2018	100	30	20.09.48	5	2024	IPCA	11.774	06/21
Evrecy	001/2020	100	30	20.03.50	5	2025	IPCA	41.609	06/21
IEItabagi	006/2020	100	30	20.03.50	5	2025	IPCA	5.860	06/21
IEMG	007/2020	100	30	20.03.50	5	2025	IPCA	36.252	06/21
IERiacho Grande	005/2021	100	30	30.03.51	5	2026	IPCA	73.253	06/21
Total CTEEP e Controladas								3.161.818	
Controladas em conjunto									
IEMadeira	013/2009	51	30	25.02.39	5	2024	IPCA	310.281	06/21
IEMadeira	015/2009	51	30	25.02.39	5	2024	IPCA	266.846	06/21
IEGaranhuns	022/2011	51	30	09.12.41	5	2022	IPCA	100.317	06/21
IEParaguaçu	003/2017	50	30	10.02.47	5	2022	IPCA	130.428	06/21
IEAimorés	004/2017	50	30	10.02.47	5	2022	IPCA	87.379	06/21
IEIvaí	022/2017	50	30	11.08.47	5	2023	IPCA	323.652	06/21
Total controladas em conjunto								1.218.903	
Participação da Companhia no total das controladas em conjunto								616.226	

Os contratos de concessão acima, adquiridos até o leilão de 2018, preveem o direito de indenização sobre os ativos vinculados à concessão no término de sua vigência. A partir de 2019 somente os ativos autorizados pela ANEEL, mediante reforços ou melhorias consideram direito de indenização. Para os contratos com revisão tarifária periódica, segundo a regulamentação aplicada pela ANEEL, é previsto o direito à remuneração dos investimentos em ampliação, reforços e melhorias.

Notas Explicativas

- (i) Na CTEEP a RAP referente aos ativos do SE (Serviço Existente) de R\$1.842.311 na base 06/2020 passou para R\$1.206.571 na base 06/2021, conforme estabelecido no Reajuste Anual das concessionárias de transmissão, definida por meio da Resolução Homologatória nº 2.959/21 de 05 de outubro de 2021. Vide maiores detalhes sobre os efeitos da referida resolução na nota 23.2.
- (ii) Contrato de concessão advindo da aquisição da PBTE ocorrido em 02 de março de 2021, incorporada pela Companhia em 01 de novembro de 2021.
- (iii) Em reunião de diretoria da ANEEL, realizada em 26 de outubro de 2020, foi aprovada a proposta de aditivo ao contrato 26/2017 da controlada IETibagi. Tal aditivo decorre do fato de que, no momento da autorização para iniciar os testes, a ANEEL entendeu que as otimizações extrapolaram o permitido no Edital e propôs um acordo a ser formalizado por meio do referido aditivo contratual. Dessa forma, a RAP passou de R\$18,3 milhões para R\$15,9 milhões (data base leilão), o que representa uma redução de aproximadamente 13,5%, adicionalmente à parcela de ajuste com desconto de R\$6,7 milhões no ciclo tarifário 2021/2022. A Companhia remensurou os ativos da concessão com base na nova estimativa de RAP, não tendo sido identificadas evidências que requeressem o reconhecimento de qualquer perda esperada para redução ao valor recuperável desse ativo (*impairment*) ou provisão para contrato oneroso.

Lei nº 12.783/2013

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 3 de dezembro de 2012, foi aprovada pelos acionistas da Companhia, por unanimidade, a prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001, nos termos da Lei 12.783/2013, ficando a concessão prorrogada até dezembro de 2042 e garantindo à Companhia o direito ao recebimento dos valores relativos aos ativos do NI (*) e do SE (**).

Os valores referentes aos ativos do NI, equivalente a R\$2.891.291, conforme Portaria Interministerial nº 580, foram recebidos entre os anos de 2013 e 2015 (nota 7).

Para os valores do SE, em 30 de maio de 2017, foi emitido Despacho ANEEL nº 1.484/17, que reconheceu como valor destes ativos o total de R\$4.094.440, na data base 31 de dezembro de 2012. O impacto inicial dos valores da RBSE foi reconhecido contabilmente em setembro de 2016 e o complemento do valor reconhecido pela ANEEL foi registrado contabilmente durante o segundo trimestre de 2017, e estão apresentados como “Ativos da concessão” (nota 7 (a) (ii)).

Por meio da Nota técnica nº.108/2020 – SGT/ANEEL de 25 de junho de 2020 foram recalculados os valores da RAP a partir do ciclo 2020/2021, incluindo a parcela de remuneração do custo de capital (Ke) e operacionalizados os efeitos da revogação das liminares que impediam o pagamento do Ke. Tais valores foram incluídos nos cálculos da RTP e aprovados pela Diretoria da ANEEL pela Resolução Homologatória nº 2.714/2020. Atualmente, existem duas liminares vigentes.

Em 22 de abril de 2021, a ANEEL julgou favoravelmente o recurso administrativo interposto pela Companhia contra Resolução Homologatória nº 2.714/2020, que pleiteava o direito a atualização retroativa dos valores do RBSE, e aplicou o reperfilamento do componente financeiro do RBSE conforme Nota Técnica nº 068/2021 (nota 25.3(a)). As premissas válidas a partir do ciclo 2021/2022 são: (i) a conclusão do pagamento do RBSE em 2028; (ii) a redução da amortização dos valores a receber do RBSE durante os ciclos 2021/2022 e 2022/2023; e (iii) a remuneração pelo WACC regulatório definido na RTP de 2018, garantido o reconhecimento de R\$1,8 bilhões no fluxo a receber que, a valor presente, geraram um acréscimo de R\$497.346 no saldo do ativo de contrato correspondente (nota 7). A partir do ciclo 2023/2024, os fluxos de pagamentos previstos pela ANEEL retornam aos patamares similares aos aprovados na Resolução Homologatória nº 2.714/2020.

(*) NI – instalações energizadas a partir de 1º de junho de 2000.

(**) SE – instalações de ativos não depreciados existentes em 31 de maio de 2000.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de elaboração e apresentação

Notas Explicativas

As demonstrações financeiras individuais, identificadas como “Controladora”, e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Por não existir diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas, e o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como volume e capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2022.

Estas demonstrações financeiras, bem como as demonstrações contábeis regulatórias, mencionadas na nota 2.5, estarão disponíveis no site da Companhia a partir de 23 de fevereiro e até 30 de abril de 2022, respectivamente.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7 e Deliberação CVM nº 727/14, com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da controladora e de cada uma de suas controladas, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos e atuariais, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferidos (nota 28 (b)).
- Análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota 20).

Notas Explicativas

- Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.

- Momento de reconhecimento do ativo contratual (nota 7)

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável, existente em algumas modalidades de contrato, é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

- Determinação da margem de lucro (nota 23.1)

A margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de performance.

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

- Determinação da taxa de desconto do ativo contratual (nota 7)

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos.

Estas taxas são estabelecidas na data do início de cada contrato de concessão ou projetos de melhoria e reforços, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado do exercício.

- Determinação das receitas de infraestrutura (nota 23.1)

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável.

A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a

Notas Explicativas

sua ocorrência é provável.

- Determinação das receitas de operação e manutenção (nota 23.1)

Para a atividade de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

2.5 Procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

O controle é obtido quando a Companhia está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

As controladas são consolidadas integralmente, a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

	Data base das demonstrações financeiras	Participação %	
		31.12.2021	31.12.2020
Controladas			
Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (Serra do Japi)	31.12.2021	100	100
Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (IEMG)	31.12.2021	100	100
Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. (IENNE)	31.12.2021	100	100
Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (Pinheiros)	31.12.2021	100	100
Interligação Elétrica do Sul S.A. (IESul)	31.12.2021	100	100
Evrecy Participações S.A. (Evrecy)	31.12.2021	100	100
Interligação Elétrica Itaúnas S.A. (Itaúnas)	31.12.2021	100	100
Interligação Elétrica Tibagi S.A. (Tibagi)	31.12.2021	100	100
Interligação Elétrica Itaquerê S.A. (Itaquerê)	31.12.2021	100	100
Interligação Elétrica Aguapeí S.A. (Aguapeí)	31.12.2021	100	100
Interligação Elétrica Biguaçu S.A. (Biguaçu)	31.12.2021	100	100
Interligação Elétrica Itapura S.A. (Itapura)	31.12.2021	100	100
Interligação Elétrica Riacho Grande S.A. (Riacho Grande)	31.12.2021	100	100
Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes (i)	31.12.2021	37 (*)	7
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI (ii)	31.12.2021	44 (*)	10
Fundo de Investimento Assis Referenciado DI	31.12.2021	100 (*)	100
Fundo de Investimento Barra Bonita	31.12.2021	100 (*)	100

(*) Considera participação direta por meio da Companhia e indireta por meio das controladas.

- (i) Em 31 de dezembro de 2021 a controlada em conjunto Interligação Elétrica do Madeira (IEMadeira), possui 63% de participação do Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2021 as controladas em conjunto Interligação Elétrica do Madeira (IEMadeira) Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (IEGaranhuns), Interligação Elétrica Paraguaçu S.A. (IEParaguaçu), Interligação Aimorés S.A. (Aimorés) e Interligação Elétrica Ivaí S.A. (IEIvaí) possuem 34%, 5%, 4%, 7% e 6% respectivamente, de participação do Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI.

Consequentemente essas participações têm reflexo na linha de participação de não controladores nos fundos de investimentos, sendo o montante de R\$393.529 em 31 de dezembro de 2021. Eventual alteração no regulamento ou na estrutura dos fundos de investimentos, devem ser alinhados e aprovados pela CTEEP.

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

- eliminação do patrimônio líquido das controladas;
- eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e,
- eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas.

Notas Explicativas

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas empresas coincide com o da controladora.

A participação de acionistas não controladores é apresentada como parte do patrimônio líquido e lucro líquido e estão destacadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

As controladas em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPCs 18 (R2)/IAS 28, 19 (R2)/IFRS 11 e 36 (R3)/IFRS 10 e possuem acordo de acionistas que define o controle compartilhado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as participações nas controladas em conjunto, se apresentavam da seguinte forma:

	Data base das demonstrações financeiras	Participação %	
		31.12.2021	31.12.2020
Controladas em conjunto			
Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IEMadeira)	31.12.2021	51	51
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (IEGaranhuns)	31.12.2021	51	51
Interligação Elétrica Paraguaçu S.A. (Paraguaçu)	31.12.2021	50	50
Interligação Elétrica Aimorés S.A. (Aimorés)	31.12.2021	50	50
Interligação Elétrica Ivaí S.A. (Ivaí)	31.12.2021	50	50

2.6 Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia está obrigada a divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias - “DCR” que apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras para fins regulatórios e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações financeiras societárias.

Essas DCR são auditadas pela mesma empresa que audita as demonstrações financeiras para fins societários, e conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL, deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 30 de abril de 2022.

3 Principais práticas contábeis

3.1 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2 Reconhecimento de receita

A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 47 – Receita de Contratos com Cliente (IFRS 15).

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15) e CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9), mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

- (a) Receita de infraestrutura (nota 23.1(a));
- (b) Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura (nota 23.1 (c));
- (c) Remuneração dos ativos da concessão (nota 23.1 (d));
- (d) Receita de operação e manutenção (nota 23.1 (b)).

Notas Explicativas

3.3 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias.

A Companhia optou pelo regime do Lucro Real Anual. O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando existente. As controladas Pinheiros, IEMG, Serra do Japi, Evrecy, IENNE, IESUL, Itaúnas, Tibagi, Itaquerê, Itapura, Aguapeí, Biguaçu e Riacho Grande optaram pelo regime de Lucro Presumido (nota 28(a)).

Os impostos diferidos ativos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com o CPC 32 (IAS 12) – Tributos sobre o Lucro, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, se não for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada (nota explicativa 28 (b)).

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.4 Impostos e taxas regulamentares sobre a receita

(a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

(b) Taxas regulamentares

Os encargos setoriais abaixo descritos fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica encargos regulatórios a recolher no balanço patrimonial.

(i) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com a finalidade de prover recursos para: i) o desenvolvimento energético dos Estados; ii) a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral, nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados; iii) promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional. O valor é fixado anualmente pela ANEEL em função da energia elétrica utilizada por unidades consumidoras conectadas às instalações de transmissão. Este valor é recolhido à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e repassado às unidades consumidoras por intermédio da TUST (tarifa de uso do sistema de transmissão) (nota 19).

(ii) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)

Instituído pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, tem o objetivo de aumentar a participação de fontes

Notas Explicativas

alternativas renováveis na produção de energia elétrica no país, tais como energia eólica (ventos), biomassa e pequenas centrais hidrelétricas. O valor é fixado em função da previsão de geração de energia elétrica pelas usinas integrantes do PROINFA. Este valor é recolhido à Eletrobras e repassado às unidades consumidoras por intermédio da TUST (nota 19).

(iii) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços. Conforme artigo 21 da Lei nº 12.783/2013, a partir de 1º de janeiro de 2013, as concessionárias do serviço de transmissão de energia elétrica com os contratos de concessão prorrogados nos termos da referida Lei ficaram desobrigadas do recolhimento da quota anual da RGR (nota 19).

(iv) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, co-geração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL (nota 19).

(v) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Criada pela Lei 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e conforme artigo 29 da Lei nº 12.783/2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual (nota 19).

3.5 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas aplicam os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9), relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável (nota 30).

(a) Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros (IFRS 9) são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa (nota 5), caixa restrito, aplicações financeiras (nota 6) e instrumentos financeiros (nota 30).

Notas Explicativas

- *Custo Amortizado*

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os principais ativos financeiros classificados nesta categoria são valores a receber da Secretaria da Fazenda (nota 8), serviços de O&M (nota 7), créditos com partes relacionadas (nota 29) e cauções e depósitos vinculados (nota 10).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

Conforme CPC 48 (IFRS 9) o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

(ii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

(c) Instrumentos derivativos e atividades de cobertura - *Hedge*

O CPC 48 (IFRS 9) prevê uma abordagem de contabilização de *hedge* com base na Gestão de Riscos da Administração, fundamentada mais em princípios. A norma prevê que a administração deva avaliar as condições e percentuais de efetividade, trazendo uma visão qualitativa ao processo.

A Companhia e sua controlada Biguaçu utilizam instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, como *swaps* de taxa de juros e contrato de câmbio futuro. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo.

A Companhia designa e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de *hedge*.

Os instrumentos financeiros são classificados como *hedge* de valor justo e *hedge* de fluxo de caixa:

Hedge de valor justo: destinados à proteção da exposição a alterações no valor justo de um ativo ou passivo. As alterações ocorridas no valor justo de um instrumento de *hedge* e do item objeto de *hedge* são reconhecidas no resultado.

Hedge de fluxo de caixa: destinado à proteção da exposição à variabilidade no fluxo de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo. Um instrumento financeiro classificado como *hedge* de fluxo

Notas Explicativas

de caixa, a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida em outros resultados abrangentes, enquanto qualquer parcela inefetiva é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. Os montantes acumulados em outros resultados abrangentes são contabilizados, dependendo da natureza da transação originada pelo objeto de *hedge*. Se a transação objeto de *hedge* subsequentemente resultar no reconhecimento de um item não financeiro, o montante acumulado no patrimônio líquido é incluído no custo inicial do ativo ou passivo protegido.

Os instrumentos financeiros de *Swap* da Companhia estão classificados como *hedge* de valor justo e o contrato de câmbio futuro das controladas Biguaçu e Projeto Riacho Grande estão classificados como *hedge* de fluxo de caixa, conforme descrito na nota 30.

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição (nota 5).

3.7 Ativos da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (nota 7).

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) e ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

Os ativos da concessão registram valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a remuneração dos ativos da concessão, a serviços de operação e manutenção e ao Ativo da Lei nº 12.783 – SE, classificados em:

(a) Ativos da Concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, são considerados ativo financeiro a custo amortizado (nota 7 (b)).

(b) Ativos da Concessão - contratual

Todas as concessões da Companhia e suas controladas estão classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida

Notas Explicativas

para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros (nota 7).

O valor do ativo contratual da Companhia e suas controladas é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação (*), e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 6,13% e 9,92% ao ano; e (ii) atualizados pelo IPCA/IGPM.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

(*) O contrato de concessão nº 059/2001, foi prorrogado até dezembro de 2042 nos termos da Lei 12.783/2013, cujos valores são determináveis conforme condições previstas na Portaria nº 120/16. Este ativo é formado pelo fluxo de caixa regulamentado na Nota Técnica ANEEL nº 336/2016. Os ativos registrados sob a rubrica “Ativo da Lei nº 12.783 -SE”, a partir de 01 de janeiro de 2020, passaram a ser classificados como ativo contratual, em conformidade com o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 (nota 2.3).

3.8 Estoques

Os estoques são compostos por itens de almoxarifado de manutenção, e registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

3.9 Investimentos

Na elaboração de suas demonstrações financeiras individuais (“Controladora”), a Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas e controladas em conjunto através do método de equivalência patrimonial. No consolidado reconhece somente as controladas em conjunto (nota 11).

3.10 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos dos passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

A realização do intangível decorrente da aquisição do direito de exploração, concessão ou permissão delegadas pelo Poder Público ocorre no prazo estimado ou contratado de utilização, de vigência ou de perda de substância econômica, ou pela baixa por alienação ou perecimento do investimento (nota 11 (c(ii))).

Notas Explicativas

3.11 Imobilizado

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil-econômica estimado dos bens (nota 12).

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.12 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida: (i) ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. (ii) ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa (nota 13).

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.13 Arrendamentos

(a) A Companhia como arrendatária

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

- **Arrendatário**

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

- **Ativos de direito de uso**

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Na determinação do custo do direito de uso, parte-se do valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, adicionam-se os custos diretos incorridos, pagamentos de arrendamento realizados até a data de início e a estimativa do custo para recuperar e devolver o ativo subjacente ao arrendador no final do prazo de arrendamento, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo período do prazo do arrendamento.

- **Passivos de arrendamento**

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a taxa implícita encontrada na taxa de captação da dívida na data de início. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso,

Notas Explicativas

o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

- **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor**

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.14 Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Perdas esperadas para redução do valor contábil ao valor recuperável são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

3.15 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.16 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia e de suas controladas.

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa 20 (a).

3.17 Benefícios a empregados

A Companhia patrocina plano de aposentadoria e pensão por morte aos seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, administrados pela Fundação CESP (Vivest (antiga Funcesp)), cujo objetivo é suplementar benefícios garantidos pela Previdência Social.

Os pagamentos a plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

Na avaliação atuarial dos compromissos deste plano foi adotado o método do crédito unitário projetado, de acordo com o CPC nº 33 (R1) (IAS19).

A periodicidade dessa avaliação é anual e os efeitos da remensuração dos compromissos do plano, que incluem ganhos e perdas atuariais, efeito das mudanças no limite superior do ativo (se aplicável) e o retorno sobre ativos do plano (excluindo juros), são refletidos imediatamente no balanço patrimonial como um encargo ou crédito reconhecido em outros resultados abrangentes no período em que ocorrem.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia registrou passivo (patrimônio líquido) atuarial reconhecido contabilmente, conforme mencionado na nota explicativa 21.

Notas Explicativas

Os benefícios de curto prazo compreendem: (i) programa de participação nos resultados; (ii) planos de assistência médica e odontológica; e (iii) outros benefícios usuais de mercado.

3.18 Dividendos e juros sobre capital próprio

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 (IAS 10) e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório conforme descrito na nota 22 (b).

A Companhia pode distribuir juros sobre o capital próprio, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios e estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

3.19 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

No entendimento da administração da Companhia, embora reconheça receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.20 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração requerida pelas IFRS.

3.21 Demonstração dos Fluxos de Caixa (“DFC”)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº. 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia classifica juros pagos de empréstimos, debêntures e arrendamentos como atividades de financiamento e dividendos recebidos como atividade de investimento, pois entende que são custos de obtenção de recursos financeiros ou retornos sobre investimentos, respectivamente.

3.22 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O cálculo do lucro diluído é afetado por instrumentos conversíveis em ações, conforme mencionado na nota explicativa 22 (f).

Notas Explicativas

4 Normas e interpretações novas e revisadas:

(a) Revisadas e Vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 11 – Contratos de Seguro CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação CPC 48 – Instrumentos Financeiros CPC 06 (R2) – Arrendamentos CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	Impacto da adoção inicial da das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2	IFRS 4 IFRS 7 IFRS 9 IFRS 16 IAS 39	01.01.2021
CPC 06 (R2)	Impacto da aplicação inicial da alteração à IFRS 16 (CPC 06(R2)) – Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19.	IFRS 16	01.01.2021

A Administração da Companhia e suas controladas avaliaram os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	IFRS 17	01.01.2023
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	IFRS 10 IAS 28	Não definida
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	IAS 1	01.01.2023
CPC 15 (R1) – Combinação de negócios	Referência à Estrutura Conceitual	IFRS 3	01.01.2022
CPC 27 – Ativo Imobilizado	Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido	IAS 16	01.01.2022
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato	IAS 37	01.01.2022
CPC 27 (R1) – Ativo Imobilizado CPC 43 (R1) – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41 CPC 48 – Instrumentos Financeiros CPC 06 (R2) - Arrendamentos CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018–2020	IFRS 1 IFRS 9 IFRS 16 IAS 41	01.01.2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	IAS 8	01.01.2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única (“single transaction”)	IAS 12	01.01.2023

A Administração da Companhia e suas controladas estão em processo de análise dos impactos dos demais pronunciamentos destacados acima.

Notas Explicativas

5 Caixa e equivalentes de caixa

	% do CDI	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Caixa e bancos		4.086	3.035	6.643	18.195
Equivalentes de Caixa					
CDB (a)	102,0%	238.660	2.017.084	274.188	2.047.352
Compromissada (b)	96,5%	-	-	1.801	1.790
		242.746	2.020.119	282.632	2.067.337

Equivalentes de caixa estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária.

- (a) Títulos emitidos pelos bancos com taxas atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).
- (b) Títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pela Companhia, com taxas atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e prazos pré-determinados, lastreados por títulos públicos registradas na B3.

A análise da administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa 30 (c).

6 Aplicações financeiras

	Controladora	Consolidado	Controladora		Consolidado	
	Rentabilidade média acumulada da carteira em 2021					
	% do CDI		2021	2020	2021	2020
Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes			46.779	1.931	214.675	140.561
Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI	119,3%	117,2%	98.029	15.385	451.265	260.401
Fundo de Investimento Assis Referenciado DI			37.988	30.823	37.556	30.823
Fundo de Investimento Barra Bonita Referenciado DI			68.003	3.648	110.138	21.772
			250.799	51.787	813.634	453.557

Os fundos de investimentos são consolidados conforme descrito na nota 2.5.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto concentraram as suas aplicações financeiras nos seguintes fundos de investimentos:

- Fundo de Investimento Referenciado DI Bandeirantes: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Bradesco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Referenciado DI Coral.
- Fundo de Investimento Xavantes Renda Fixa Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special Referenciado DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special DI).
- Fundo de Investimento Assis Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Santander e com a carteira

Notas Explicativas

composta por quotas do Fundo de Investimento Santander Renda Fixa Referenciado DI.

- Fundo de Investimento Barra Bonita Renda Fixa Referenciado DI LP: fundo constituído para investimento exclusivamente pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco do Brasil e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Top DI FI Referenciado DI LP.

Os referidos fundos de investimento possuem liquidez diária, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente dos ativos, destacando-se que eventual risco de mudança de valor estará diretamente atrelado a composição dos fundos, que detém títulos públicos e privados. As carteiras são compostas por títulos de renda fixa, tais como títulos públicos federais e títulos privados com o objetivo de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e/ou da taxa SELIC.

A análise da Administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa 30 (c).

Notas Explicativas

7 Ativos da concessão

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo financeiro				
Serviços de O&M (a)	95.420	146.905	131.515	179.839
Ativo contratual				
Contas a receber Lei nº 12.783 - SE (b)	9.742.310	9.264.491	9.742.310	9.264.491
Implementação da infraestrutura (c)	6.897.950	3.824.165	11.619.953	7.478.497
	16.640.260	13.088.656	21.362.263	16.742.988
	16.735.680	13.235.561	21.493.778	16.922.827
Circulante	1.983.043	2.533.173	2.344.141	2.804.373
Não circulante	14.752.637	10.702.388	19.149.637	14.118.454

- (a) **O&M - Operação e Manutenção** refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.
- (b) **Contas a receber Lei nº 12.783** – valores a receber relativo aos investimentos do contrato de concessão nº 059/2001 que foi prorrogado nos termos da Lei nº 12.783 cujo direito de recebimento foi subdividido em SE e NI:

Instalações NI

A indenização referente às instalações do NI foi recebida parte a vista e parte parcelada via repasses efetuados à Companhia pela Eletrobras, no entanto sobre as parcelas remanescentes existem discussões judiciais quanto à forma de atualização (vide nota 21).

Instalações SE

Os valores a receber referente às instalações do SE apresentam características específicas tendo em vista as condições da renovação, previstas na Portaria nº 120/16 e valores regulamentados pela Nota Técnica ANEEL nº 336/2016, sendo tratado como um ativo contratual segregado dos demais ativos da Companhia. O fluxo de caixa futuro do RBSE é composto por: (i) parcela referente ao custo de capital próprio (Ke) (componente financeiro); e (ii) parcela referente à base de remuneração (componente econômico), que possuem prazos de realização distintos, cujos valores foram remensurados em junho de 2020, em conformidade com a Revisão Tarifária Periódica definida na Resolução Homologatória nº 2.714 de 30 de junho de 2020.

Com a cassação da maioria das liminares que impediam a ANEEL de considerar na RAP a parcela referente ao custo de capital próprio (Ke), a Resolução Homologatória nº 2.714 de 30 de junho de 2020 incluiu as parcelas do Ke referentes aos ciclos tarifários 2017/2018, 2018/2019 e 2019/2020 que passariam a ser recebidos, acrescidos de IPCA, por meio do mecanismo de parcela de ajuste (PA), nos três ciclos subsequentes, a partir de julho de 2020. A Companhia entendeu ter direito a remuneração pelo Ke real, e em conjunto com entidades de classe do setor interpôs Recurso Administrativo junto ao Órgão Regulador. Em 22 de abril de 2021, foi homologada a Resolução Homologatória nº 2.851 com o resultado do referido Recurso Administrativo reconhecendo o direito interposto e alteração do fluxo de pagamentos referente ao componente financeiro do RBSE.

- (c) **Implementação da infraestrutura** – fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação, reforços e melhorias na infraestrutura de transmissão de energia elétrica, descontado a valor presente e, quando aplicável, inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

Notas Explicativas**Resoluções Homologatórias**

- (i) A Resolução Homologatória no. 2.851/21, descrita na nota 23.3(a), preserva o valor econômico para a Companhia e reprograma parte dos pagamentos dos valores do RBSE até 2028, com impacto positivo no fluxo de recebimentos da Controladora, que a valor presente geraram um acréscimo de R\$497.346 nos valores a receber de Ativo Contratual e na rubrica Remuneração do ativo da concessão no resultado para valores a receber referente às instalações do SE, além de um acréscimo de R\$55.696 na rubrica de Receita de Revisão Tarifaria Periódica no resultado para o RBNI.
- (ii) O Ofício nº 19//21 e a Resolução Homologatória nº 2.959/21, divulgados em 16 de agosto de 2021 e 05 de outubro de 2021, respectivamente, substituíram a Resolução 2.895/21, alterando a receita do ciclo 21/22 para o RBNI, gerando uma redução de R\$13.305 na rubrica Receita de Revisão Tarifaria Periódica reconhecida em 30 de setembro de 2021.
- (iii) As Resoluções Homologatórias referente reforços e melhorias das Controladas, descritas na nota 23.3(b), geraram acréscimo nas controladas de R\$16.115 nos valores a receber de Ativo Contratual e na rubrica de Receita de Revisão Tarifaria Periódica no resultado.

As contas a receber estão assim distribuídas por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
A vencer	16.722.922	13.224.622	21.479.937	16.910.782
Vencidos				
até 30 dias	1.075	68	1.129	114
de 31 a 60 dias	651	37	659	42
de 61 a 360 dias	551	420	637	460
há mais de 361 dias (i)	10.481	10.414	11.416	11.429
	12.758	10.939	13.841	12.045
	16.735.680	13.235.561	21.493.778	16.922.827

- (i) Alguns agentes do sistema questionam judicialmente os saldos faturados referente à Rede Básica. Em virtude dessa discussão, estes valores são depositados judicialmente por estes agentes e estão classificados no contas a receber de longo prazo. A Companhia efetuou o faturamento de acordo com as autorizações das entidades regulatórias e, desta maneira, não registra nenhuma provisão para perda relacionada a estas discussões.

A Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou contratos de constituição de garantia administrados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), portanto, não constituiu perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

Notas Explicativas

A movimentação do contas a receber é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 2019	12.067.667	14.661.033
Receita de infraestrutura (nota 23.1)	368.631	1.135.533
Ganho de eficiência na implementação de infraestrutura (nota 23.1)	29.919	152.998
Remuneração dos ativos da concessão (nota 23.1)	1.556.708	1.846.116
Receita de operação e manutenção (nota 23.1)	1.022.642	1.071.126
Receitas – Revisão Tarifaria Periódica (RTP)	1.605.580	1.612.604
Recebimentos e outros	(3.415.586)	(3.556.583)
Saldos em 2020	13.235.561	16.922.827
Receita de infraestrutura (nota 23.1)	539.624	1.150.238
Ganho de eficiência na implementação de infraestrutura (nota 23.1)	101.887	142.186
Remuneração dos ativos da concessão (nota 23.1)	2.983.257	3.867.656
Receita de operação e manutenção (nota 23.1)	1.061.600	1.130.039
Receitas – Revisão Tarifaria Periódica (RTP)	42.391	58.505
Combinação de negócio (*)	-	2.092.261
Incorporação dos ativos da concessão – PBTE (**)	2.210.589	-
Recebimentos e outros	(3.439.229)	(3.869.934)
Saldos em 2021	16.735.680	21.493.778

(*) valor originado da combinação de negócios na aquisição da PBTE (nota 11).

(**) valor dos ativos da concessão da PBTE, incorporados em novembro de 2021 (nota11) .

8 Valores a receber – Secretaria da Fazenda

	Controladora e consolidado	
	2021	2020
Processamento da folha de pagamento – Lei 4.819/58 (a)	2.183.169	1.999.993
Processos trabalhistas – Lei 4.819/58 (b)	300.833	295.261
Perdas esperadas sobre realização de créditos (c)	(516.255)	(516.255)
	1.967.747	1.778.999

- (a) Refere-se a valores a receber para liquidação de parcela da folha de pagamento do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2021. O aumento em relação ao ano anterior é decorrente do cumprimento de decisão da ação da 49ª Vara do Trabalho na qual a CTEEP, na condição de parte citada, repassa os recursos mensalmente à Vivest (antiga Funcesp) para processamento do pagamento aos aposentados.
- (b) Referem-se a determinadas ações trabalhistas quitadas pela CTEEP por força de ato judicial, relativas aos empregados aposentados sob o amparo da Lei Estadual 4.819/58, que são de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo.
- (c) A perda esperada constituída teve como fatores determinantes o alargamento de prazo da expectativa de realização de parte do contas a receber do Estado de São Paulo e andamentos processuais. A Companhia monitora a evolução do tema e revisa a perda esperada periodicamente avaliando a necessidade de complementação ou reversão da provisão conforme eventos jurídicos que eventualmente alterem a opinião de seus assessores. Até 31 de dezembro de 2021, não ocorreram eventos que indicassem necessidade de alteração da perda esperada (*impairment*).

Notas Explicativas

9 Tributos e contribuições a compensar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto de renda antecipação	25.394	640	25.395	876
Contribuição social antecipação	7.985	-	7.985	125
Imposto de renda retido na fonte	2.341	1.449	5.456	3.260
Contribuição social retido na fonte	147	30	217	30
COFINS	20.968	14.547	21.039	14.604
PIS	4.552	3.157	4.568	3.173
Impostos parcelados a recuperar	4.273	4.124	4.273	4.124
Outros	3.142	2.464	3.217	2.615
	68.802	26.411	72.150	28.807

10 Cauções e depósitos vinculados

Os valores de cauções e depósitos são registrados no ativo não circulante, tendo em vista as incertezas quanto ao desfecho das ações objeto de depósitos.

Os depósitos estão registrados pelo valor nominal, atualizados monetariamente, tendo por base a variação de taxa referencial (TR) para depósitos trabalhistas e previdenciários e SELIC para tributários e regulatórios. O saldo está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Depósitos judiciais				
Trabalhistas (nota 20 (a) (i))	27.472	29.038	27.498	29.087
PIS / COFINS (a)	12.928	12.559	12.928	12.559
Autuações – ANEEL (b)	2.151	2.072	2.151	2.072
Outros	3.434	401	3.434	401
	45.985	44.070	46.011	44.119

- (a) Em março de 2015, por meio do Decreto n.º 8.426/15, foi restabelecida a alíquota de 4,65% de PIS/COFINS sobre receitas financeiras com aplicação a partir de 1 de julho de 2015. Para o período de julho de 2015 a fevereiro de 2018, a Companhia buscou judicialmente evitar a tributação sob o fundamento de que o tributo apenas poderia ser exigido por meio de Lei conforme previsto na Constituição Federal, em seu artigo 150, inciso I e; e que o Decreto n.º 8.426/15 também viola o princípio da não cumulatividade previsto no artigo 194, § 12º.
- (b) Referem-se a depósitos, cujos processos têm como objetivo anular autuações da ANEEL as quais a Companhia contesta.

Notas Explicativas**11 Investimentos****(a) Composição equivalência patrimonial:**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Equivalência patrimonial	1.235.804	915.866	518.548	300.564
Ajuste de consolidação - Ofício CVM 04/2020	-	46.677	-	171.961
Realização de aquisição de controle (11 b)	(15.946)	5.409	-	-
	1.219.858	967.952	518.548	472.525

Notas Explicativas

(b) Movimentação dos investimentos

Controladora								
	Saldos em 2019	Integralização de capital	Equivalência patrimonial	Ajuste efeito Ofício CVM 04/2020(*)	Realização de aquisição de controle	Dividendos	Ajuste de instrumento financeiro	Saldos em 2020
IESerra do Japi	435.666	-	75.449	-	-	(39.700)	-	471.415
IEMG (**)	71.382	18.641	(16.021)	(21)	1.810	-	-	75.791
IENNE	297.407	-	17.701	(98)	-	-	-	315.010
IEPinheiros	548.354	-	12.584	(100)	-	(23.600)	-	537.238
Evrecy (**)	63.353	-	5.668	-	(2.491)	-	-	66.530
IEItaúnas (***)	131.695	51.081	112.656	(27.504)	-	-	-	267.928
IETibagi (***)	90.138	6.535	67.935	(28.084)	-	-	-	136.524
IEItaquerê (***)	190.214	30.638	313.736	(44.533)	-	-	-	490.055
IEItapura (***)	99.329	43.094	(10.474)	9.382	-	-	-	141.331
IEAguapeí (***)	102.452	202.862	201.016	(35.262)	-	-	-	471.068
IESul (**)	138.977	-	(24.613)	-	6.090	-	-	120.454
IEBiguaçu	10.813	92.719	(15.051)	936	-	-	14.064	103.481
IERiacho Grande	-	-	-	-	-	-	558	558
IEMadeira	1.572.737	-	25.054	58.280	-	(5.950)	-	1.650.121
IEGaranhuns	388.604	-	38.419	(21.187)	-	(28.077)	-	377.759
IEParaguaçu (***)	103.540	127.500	81.703	71.279	-	-	-	384.022
IEAimorés (***)	64.434	94.000	55.736	40.206	-	-	-	254.376
IEIvaí (***)	68.689	-	99.652	23.383	-	-	-	191.724
Total	4.377.784	667.070	1.041.150	46.677	5.409	(97.327)	14.622	6.055.385

(*) Refere-se aos impactos da aplicação do Ofício CVM 04/2020, nos saldos do exercício de 2019, nas controladas em conjunto e reclassificação de saldos na controladora.

(**) Patrimônio líquido ajustado contempla os ajustes a valor justo conforme laudo na data da aquisição.

(***) Os valores de investimentos dessas controladas são financiados pela 7ª emissão de debêntures, classificada como “Título Verde” (Nota 16 (iv)).

Notas Explicativas

										Controladora
	Saldos em 31.12.2020	Integralização de capital	Equivalência patrimonial	Realização de aquisição de controle	Aquisição de controle	Ajuste de instrumento financeiro	Dividendos	Incorporação (***)	Transferência (**)	Saldos em 31.12.2021
IESerra do Japi	471.415	-	89.892	-	-	-	(21.349)	-	-	539.958
IEMG (*)	75.791	37.625	9.500	1.627	-	-	-	-	-	124.543
IENNE	315.010	-	58.811	-	-	-	(8.274)	-	-	365.547
IEPinheiros	537.238	-	129.017	-	-	-	(30.642)	-	-	635.613
Evrecy (*)	66.530	54.839	(12.551)	(2.490)	-	-	-	-	-	106.328
IEItaúnas	267.928	75.697	46.725	-	-	-	-	-	-	390.350
IETibagi	136.524	68.976	15.802	-	-	-	(13.277)	-	-	208.025
IEItaquerê	490.055	3	99.079	-	-	-	(91.009)	-	-	498.128
IEItapura	141.331	39.567	10.216	-	-	-	(7.028)	-	-	184.086
IEAguapeí	471.068	46.679	111.267	-	-	-	(66.030)	-	-	562.984
IESul (*)	120.454	-	32.188	3.044	-	-	-	-	-	155.686
IEBiguaçu	103.481	229.346	(3.922)	-	-	(5.070)	-	-	-	323.835
IERiacho Grande	558	58.253	(5.626)	-	-	17.672	-	-	-	70.857
PBTE (*)	-	31.136	15.220	(1.775)	174.753	-	-	(166.273)	(53.061)	-
SF Energia (*)	-	248.864	121.638	(16.352)	1.396.312	-	-	(1.261.550)	(488.912)	-
IEMadeira	1.650.121	-	278.840	-	-	-	(138.346)	-	-	1.790.615
IEGaranhuns	377.759	-	67.334	-	-	-	(15.125)	-	-	429.968
IEParaguaçu	384.022	47.150	24.260	-	-	-	-	-	-	455.432
IEAimorés	254.376	29.250	18.570	-	-	-	-	-	-	302.196
IEIvaí	191.724	-	129.544	-	-	-	-	-	-	321.268
Total	6.055.385	967.385	1.235.804	(15.946)	1.571.065	12.602	(391.080)	(1.427.823)	(541.973)	7.465.419

(*) Patrimônio líquido ajustado contempla os ajustes a valor justo conforme laudo na data da aquisição.

(**) Valores referentes aos ajustes ao valor justo transferidos para o intangível (Nota 13) em decorrência da incorporação.

(***) Conforme demonstrado no item (ii).

Notas Explicativas

	Consolidado				
	Saldos em 2019	Integralização de capital	Equivalência patrimonial	Ajuste efeito Ofício CVM 04/2020 (*)	Saldos em 2020
IEMadeira	1.572.737	-	25.054	58.280	1.650.121
IEGaranhuns	388.604	-	38.419	(21.187)	377.759
IEParaguaçu	103.540	127.500	81.703	71.279	384.022
IEAimorés	64.434	94.000	55.736	40.206	254.376
IEIvaí	68.689	-	99.652	23.383	191.724
Total	2.198.004	221.500	300.564	171.961	2.858.002

(*) Refere-se aos impactos da aplicação do Ofício CVM 04/2020, nos saldos do exercício de 2019, nas controladas em conjunto e reclassificação de saldos na controladora.

	Consolidado				
	Saldos em 2020	Integralização de capital	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldos em 2021
IEMadeira	1.650.121	-	278.840	(138.346)	1.790.615
IEGaranhuns	377.759	-	67.334	(15.125)	429.968
IEParaguaçu	384.022	47.150	24.260	-	455.432
IEAimorés	254.376	29.250	18.570	-	302.196
IEIvaí	191.724	-	129.544	-	321.268
Total	2.858.002	76.400	518.548	(153.471)	3.299.479

Notas Explicativas

(c) Informações sobre investimentos em controladas

	Data base	Qtde. de ações ordinárias	Participação no capital integralizado %	Capital integralizado	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido ajustado (*)	Receita bruta	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
IESerra do Japi	2021	130.857.000	100,0	130.857	631.755	91.797	539.958	-	107.320	89.892
	2020	130.857.000	100,0	130.857	546.846	75.431	471.415	-	82.008	75.449
IEMG	2021	139.320.000	100,0	139.320	159.115	11.083	148.032	124.543	58.331	9.500
	2020	101.695.000	100,0	101.695	139.357	38.450	100.907	75.791	29.289	(16.042)
IENNE	2021	338.984.000	100,0	338.984	546.138	180.591	365.547	-	90.308	58.811
	2020	338.984.000	100,0	338.984	500.951	185.941	315.010	-	50.027	17.603
IEPinheiros	2021	300.910.000	100,0	300.910	738.596	102.983	635.613	-	140.445	129.017
	2020	300.910.000	100,0	300.910	614.631	77.393	537.238	-	42.624	12.484
Evrecy	2021	76.351.000	100,0	76.351	110.988	13.584	97.404	106.328	64.173	(12.551)
	2020	21.512.367	100,0	21.512	63.131	8.015	55.116	66.530	23.493	5.668
IEItaúnas	2021	251.528.000	100,0	251.528	422.733	32.383	390.350	-	132.100	46.725
	2020	175.831.000	100,0	175.831	290.304	22.376	267.928	-	158.709	85.152
IETibagi	2021	165.398.000	100,0	165.398	245.362	37.337	208.025	-	91.596	15.802
	2020	96.422.000	100,0	96.422	170.453	33.929	136.524	-	49.111	39.851
IEItaquerê	2021	206.096.000	100,0	206.096	630.545	132.417	498.128	-	110.647	99.079
	2020	206.093.000	100,0	206.093	558.274	68.219	490.055	-	318.165	269.203
IEItapura	2021	162.613.000	100,0	162.613	207.096	23.010	184.086	-	64.501	10.216
	2020	123.046.000	100,0	123.046	155.299	13.968	141.331	-	54.054	(1.092)

(*) Patrimônio líquido ajustado contempla os ajustes a valor justo conforme laudo na data da aquisição.

Notas Explicativas

(Continuação)

	<u>Data base</u>	<u>Qtde. de ações ordinárias</u>	<u>Participação no capital integralizado %</u>	<u>Capital integralizado</u>	<u>Ativos</u>	<u>Passivos</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Patrimônio líquido ajustado (*)</u>	<u>Receita bruta</u>	<u>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</u>
IEAguapeí	2021	351.108.000	100,0	351.108	676.000	113.016	562.984	-	161.805	111.267
	2020	304.429.000	100,0	304.429	526.533	55.465	471.068	-	430.130	165.754
IESul	2021	220.660.000	100,0	220.660	246.004	39.066	206.938	155.686	37.411	32.188
	2020	220.660.000	100,0	220.660	219.469	44.719	174.750	120.454	(4.981)	(24.613)
IEBiguaçu	2021	332.478.000	100,0	332.478	351.109	27.274	323.835	-	239.418	(3.922)
	2020	103.133.000	100,0	103.133	120.810	17.329	103.481	-	99.867	(14.115)
IE Riacho Grande	2021	58.253.000	100,0	58.253	76.756	5.899	70.857		57.936	(5.626)
	2020	-	100,0	-	577	19	558	-	-	-

(*) Patrimônio líquido ajustado contempla os ajustes a valor justo conforme laudo na data da aquisição

Notas Explicativas

(d) Informações sobre investimentos em controladas em conjunto

	31.12.2021					31.12.2020				
	IEMadeira	IEGaranhuns	IEParaguaçu	IEAimorés	IEIvaí	IEMadeira	IEGaranhuns	IEParaguaçu	IEAimorés	IEIvaí
Ativo Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	33	3.476	59	19	336	14.673	14.595	4.433	10.821	122.638
Aplicações financeiras	291.370	24.448	18.182	30.806	223.486	350.636	-	9.704	5.186	916.915
Ativo da concessão	566.566	101.496	96.739	62.948	135.118	435.367	93.321	-	-	-
Outros ativos	70.809	6.961	515	666	11.897	51.264	5.285	1.910	1.606	4.910
Ativo não circulante										
Ativo da concessão	5.941.130	1.083.913	1.103.446	704.496	2.919.256	5.562.015	994.365	1.028.124	669.582	1.549.158
Outros ativos não circulantes	147.253	44.704	1.075	824	1.051	253.157	41.086	760	617	46.499
Passivo circulante										
Empréstimos e financiamentos	177.293	33.309	55	55	55	182.025	33.394	50	50	50
Debêntures	74.374	-	-	-	-	75.874	-	-	-	-
Outros passivos	358.355	46.456	12.878	5.158	82.318	126.681	21.260	20.808	15.993	211.242
Passivos não circulante										
Empréstimos e financiamentos	1.041.249	120.631	378	378	379	1.194.090	153.431	397	418	397
Debêntures	345.989	-	-	-	2.021.689	361.226	-	-	-	1.727.550
Outros passivos	1.508.892	221.529	295.840	189.781	544.170	1.480.018	183.424	255.632	162.599	317.433
Patrimônio líquido	3.511.009	843.073	910.865	604.387	642.533	3.247.198	757.143	768.044	508.752	383.448
	31.12.2021					31.12.2020				
	IEMadeira	IEGaranhuns	IEParaguaçu	IEAimorés	IEIvaí	IEMadeira	IEGaranhuns	IEParaguaçu	IEAimorés	IEIvaí
Receita operacional líquida	920.715	186.031	156.146	88.810	1.365.984	595.800	114.990	465.661	332.922	1.188.915
Custos de infraestrutura e O&M	(32.251)	(34.506)	(81.011)	(31.502)	(696.917)	(172.375)	(21.273)	(217.932)	(164.068)	(758.274)
Despesas gerais e Administrativas	(36.986)	7.999	(2.478)	(1.923)	(2.878)	(44.711)	5.882	(2.127)	(1.646)	(3.321)
Resultado financeiro	(160.359)	(9.332)	906	962	(273.671)	(329.725)	(11.096)	428	368	(127.542)
Outras receitas (despesas) operacionais	17.741	1.224	-	-	-	125	383	-	-	(9)
Imposto de renda e contribuição social	(162.114)	(19.388)	(25.042)	(19.208)	(133.431)	12	(13.555)	(82.622)	(56.102)	(100.468)
Lucro líquido	546.746	132.028	48.521	37.139	259.087	49.126	75.331	163.408	111.474	199.301
Participação acionária CTEEP (%)	51%	51%	50%	50%	50%	51%	51%	50%	50%	50%

Notas Explicativas

(i) Controladas e controladas em conjunto

Contratos operacionais

Empresa Operacionais	Constituição	Contrato	Segmento	Início da operação comercial	Subestações	Potência instalada	Linhas de transmissão	Extensão de linhas	Região
IESerra do Japi	01.07.2009	026/2009	Transmissão	2004	Jandira e Salto	2.000 MVA	Botucatu – Chavantes C4	137,3	São Paulo
IE MG	13.12.2006	143/2001 004/2007	Transmissão	2008	-	-	Neves 1 – Mesquita	173,0	Minas Gerais
IE NNE	03.12.2007	001/2008	Transmissão	2010	-	-	Colinas - Ribeiro Gonçalves - C2Ribeiro Gonçalves - São João Do Piauí - C2	710,0	Maranhão, Piauí e Tocantins
IE Pinheiros	22.07.2008	015/2008 012/2008 018/2008 021/2008	Transmissão	2010	Piratininga II, Mirassol II, Getulina, Araras, Atibaia II, e Itapeti	4.500 MVA	Interlagos – Piratininga II	0,72	São Paulo
Evrecy	14.11.2006	020/2008	Transmissão	2008	Aimorés, Mascarenhas	450 MVA	Aimores-Se - U. Mascarenhas - C1, Aimores - Conselheiro Pena - C1, Conselheiro Pena - Governador Valadares 6 - C1, Governador Valadares 6 - Governador Valadares 2 - C1 Curitiba - Joinville Norte - C2– Jorge Lacerda B - Tubarão Sul - C1 Tubarão Sul - Siderópolis - C1 e	164,0	Espírito Santo e Minas Gerais
IE Sul	23.07.2008	016/2008 013/2008	Transmissão	2010	Forquilha, Scharlau 2 Bauru - Compensador Estático 440 kV (-125/250) Mvar	900 MVA	Nova Santa Rita - Scharlau - C1 E C2	178,9	Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul
IE Itapura	11.04.2017	042/2017	Transmissão	2019	SE Araraquara 2 - 3 x Compensadores Síncronos 500 kV - (-180/+300) Mvar	250 MVA	-	-	São Paulo
IE Itaquerê	11.04.2017	027/2017	Transmissão	2020	Rosana	900 MVA	-	-	São Paulo
IE Tibagi	11.04.2017	026/2017	Transmissão	2020	Baguaçu e Alta Paulista Lorena	500 MVA	Nova Porto Primavera – Rosana C1 e C2 Marechal Rondon – Taquaruçu e Ilha Solteira – Bauru C1/C2	16,8	São Paulo e Paraná
IE Aguapeí (*)	11.04.2017	046/2017	Transmissão	2021	-	1.400 MVA	-	-	São Paulo
IE Itapura (**)	11.04.2017	021/2018	Transmissão	2021	-	1.200 MVA	-	6,0	São Paulo
IE Madeira	18.12.2008	013/2009 015/2009	Transmissão	2013	Estação retificadora Porto Velho e inversora Araraquara	7.464,0 MVA	Porto Velho – Araraquara II	2.385,0	Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo
IE Garanhuns	07.10.2011	022/2011	Transmissão	2015	Garanhuns II e Pau Ferro	2.100 MVA	Luiz Gonzaga – Garanhuns, Garanhuns – Pau Ferro, Garanhuns – Campina Grande III, Garanhuns – Angelim, Angelim I	633,0	Paraíba, Pernambuco e Alagoas

Notas Explicativas

(Continuação)

Contratos operacionais

PBTE (***)	25.07.2016	012/2016	Transmissão	2020	-	-	Bandeirante – Piratininga II, C1 e C2, subterrâneas	15,5	São Paulo
(*) Entrou em operação comercial em 22 de janeiro de 2021 (Alta Paulista) e 04 de março de 2021 (Baguaçu), com antecipação de seis meses em relação à estimativa da ANEEL.									
(**) Entrou em operação comercial em 29 de outubro de 2021, com antecipação de um ano em relação à estimativa da ANEEL. Empreendimento de circuito duplo.									
(***) Circuito duplo de 15km.									

Contratos pré-operacionais

Empresa	Constituição	Contrato	Segmento	Previsão da entrada em operação (*)	Subestações	Potência instalada	Linhas de transmissão	Extensão de linhas	Região	Investimento estimado (**)	Assinatura do contrato
IEItaúnas	13.01.2017	018/2017	Transmissão	60 meses	João Neiva 2	1.200 MVA	Viana 2 – João Neiva 2	79,0	Espírito Santo	R\$297.819	10.02.2017
IEBiguaçu	06.07.2018	012/2018	Transmissão	60 meses	Ratones	300 MVA	-	57,0	Santa Catarina	R\$641.382	21.09.2018
Evrecy	19.12.2019	001/2020	Transmissão	60 meses	Caxias Norte	2.700 MVA	Caxias Norte – Caxias 6 C1 Caxias Norte - Vinhedos C1 Caxias Norte - Monte Claro	169,0	Rio Grande do Sul Mato Grosso do Sul e São Paulo	R\$681.550	20.03.2020
IEiTibagi	19.12.2019	006/2020	Transmissão	42 meses	-	-	Ilha Solteira - Três Irmãos C2	37,0		R\$98.797	20.03.2020
IEMG	19.12.2019	007/2020	Transmissão	60 meses	Nova Ponte Araxá 3 Uberlândia 10 e Monte Alegre de Minas 2	1.600 MVA	Nova Ponte - Araxá 3 Nova Ponte - Uberlândia 10 Miguel Reale - São Caetano do Sul, C1/C2; Sul - São Caetano do Sul, C1/C2; Trechos LT entre SE Sul - LT Ibiuna - Tijuco Preto C2.	173,0	Minas Gerais	R\$553.567	20.03.2020
IERiacho Grande	17.12.2020	005/2021	Transmissão	60 meses	São Caetano do Sul	800 MVA		63,0	São Paulo	R\$1.140.629	31.03.2021

Notas Explicativas

(Continuação)

Contrato pré-operacionais											
Empresa	Constituição	Contrato	Segmento	Previsão da entrada em operação (*)	Subestações	Potência instalada	Linhas de transmissão	Extensão de linhas	Região	Investimento estimado (**)	Assinatura do contrato
IEParaguaçu	18.11.2016	003/2017	Transmissão	60 meses	-	-	Poções III – Padre Paraíso 2 C2	338,0	Bahia e Minas Gerais	R\$509.595	10.02.2017
IEAimorés	18.11.2016	004/2017	Transmissão	60 meses	-	-	Padre Paraíso 2 – Governador Valadares 6 C2	208,0	Minas Gerais	R\$341.118	10.02.2017
IEIvaí (***)	17.05.2017	022/2017	Transmissão	60 meses	Guaíra, Sarandi e Paranaíba Norte	2.988 MVA	Guaíra – Sarandi, Foz do Iguaçu – Guaíra, Londrina – Sarandi, Sarandi – Paranaíba Norte	599,0	Paraná	R\$1.936.474	11.08.2017

(*) Prazo para a entrada em operação a partir da data de assinatura do contrato, conforme estimativa da ANEEL.

(**) Investimento conforme estimativa da ANEEL.

(***) Circuito duplo.

Notas Explicativas

(ii) Combinação de negócios

Em 2 de dezembro de 2020, a Companhia celebrou o contrato de compra e venda com Wire Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Kavom para aquisição, via direta e indireta, da totalidade de ações representativas do capital social da Piratininga - Bandeirantes Transmissora de Energia S.A. (PBTE). A aquisição indireta das ações da PBTE se deu por meio da aquisição da totalidade das ações representativas do capital social da sua controladora, SF Energia Participações S.A. pelo preço de aquisição final de R\$1.571.065. A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 19 de janeiro de 2021 e em 1º de fevereiro de 2021 obteve a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A transferência de controle ocorreu em 2 de março de 2021.

A PBTE opera uma linha de transmissão subterrânea de 30km na cidade de São Paulo, que entrou em operação em abril de 2020 e interliga as subestações Piratininga II e Bandeirantes da CTEEP.

O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e apuração do intangível da concessão foram definidos para a PBTE e SF Energia, de forma definitiva através de laudo elaborado por consultoria independente datado em 25 de agosto de 2021, tendo como base o balanço patrimonial de 28 de fevereiro de 2021 e demonstrado a seguir:

Piratininga – Bandeirantes Transmissora de Energia S.A. (PBTE)	Valor contábil em 28.02.2021	Ajustes a valor justo	Ativos e passivos a valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	67.555	-	67.555
Contas a receber (ativo da concessão)	2.092.261	-	2.092.261
Tributos a recuperar	12.201	-	12.201
Outros ativos	3.307	-	3.307
Intangível da concessão (nota 13)	-	493.129	493.129
	<u>2.175.324</u>	<u>493.129</u>	<u>2.668.453</u>
Empréstimos e financiamentos	373.537	-	373.537
Fornecedores	2.456	-	2.456
Obrigações tributárias	4.859	-	4.859
Pis e Cofins diferidos	191.955	-	191.955
Outros passivos circulantes	3.743	-	3.743
Imposto de renda e contribuição social diferidos	520.380	-	520.380
	<u>1.096.930</u>	<u>-</u>	<u>1.096.930</u>
Patrimônio Líquido (*)	<u><u>1.078.394</u></u>	<u><u>493.129</u></u>	<u><u>1.571.523</u></u>
Participação adquirida			<u>11,12%</u>
			<u>174.753</u>
Valor pago			<u>(174.753)</u>

(*) Valor do patrimônio líquido contábil de 28 de fevereiro de 2021 após adequação às políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas para fins de consolidação. As diferenças de políticas contábeis apresentaram o montante de R\$216.644.

Notas Explicativas

SF Energia Participações S.A.	Valor contábil em 28.02.2021	Ajustes a valor justo	Ativos e passivos a valor justo
Investimento	958.477	438.293	1.396.770
Intangível da concessão na <i>holding</i> (nota 13)	-	66.970	66.970
	958.477	505.263	1.463.740
Fornecedores	74	-	74
Imposto de renda e contribuição social diferidos	67.260	-	67.260
Outros Passivos	94	-	94
	67.428	-	67.428
Patrimônio Líquido (*)	891.049	505.263	1.396.312
Participação adquirida			100%
			1.396.312
Valor pago			(1.396.312)

(*) Valor do patrimônio líquido contábil de 28 de fevereiro de 2021 após adequação às políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas para fins de consolidação. As diferenças de políticas contábeis apresentaram o montante de R\$216.644.

Como resultado dessa operação, o saldo do investimento da Companhia na PBTE e SF Energia reflete o valor justo, dos ativos e passivos, diferenciando-se do valor contábil do patrimônio líquido da PBTE e SF Energia.

A Companhia aplicou o método de aquisição para mensuração e contabilização da combinação de negócios decorrente da aquisição da PBTE e SF Energia.

Em 31 de agosto de 2021 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a incorporação da SF Energia Participações e Piratininga – Bandeirantes Transmissora de Energia (PBTE) pela Companhia. A incorporação não resultou em aumento ou redução do patrimônio líquido ou do capital social da Companhia. Foram elaborados laudos de incorporação para a SF Energia e PBTE com base no patrimônio líquido contábil apurado por meio dos livros contábeis.

Em novembro de 2021 houve a incorporação da SF Energia Participações e Piratininga – Bandeirantes Transmissora de Energia (PBTE) pela Companhia. Saldos incorporados demonstrados abaixo:

Notas Explicativas

	PBTE Participação CTEEP 11,12%	SF Energia Consolidado	Saldos Incorporados
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	3.376	26.986	30.362
Aplicações financeiras	2.973	23.764	26.737
Ativos da concessão	245.818	1.964.772	2.210.589
Tributos e contribuições a compensar	2.152	17.201	19.353
Outros	402	3.216	3.619
	254.721	2.035.938	2.290.659
Passivo			
Fornecedores	21	165	186
Tributos Diferidos	85.959	754.313	840.272
Tributos e encargos sociais a recolher	2.350	18.781	21.131
Outros	119	1.128	1.247
	88.448	774.387	862.836
Patrimônio Líquido	166.273	1.261.550	1.427.823

(iii) Controlada em conjunto**Interligação Elétrica do Madeira S.A.**

- Processo de arbitragem:**

A IEMadeira teve um processo de arbitragem, que tramitou na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, contra a empresa Transformadores e Serviços de Energia das Américas Ltda., nova razão social de Toshiba América do Sul Ltda. (“Toshiba”), contratada em julho de 2010 para a construção de aproximadamente 900 Km da Linha de Transmissão da IE Madeira, Trechos 1A, 1B e 2B. Em 25 de junho de 2020, o Tribunal Arbitral proferiu Sentença Final após a fase de esclarecimentos, condenando a IE Madeira a indenizar a Toshiba em R\$285.061, montante este já atualizado por IPCA e acrescido de juros moratórios de 1% ao mês e multa de 2%. A IEMadeira efetuou a provisão contábil para fazer frente a este processo e em agosto de 2020, foi celebrado um acordo para o pagamento da dívida, sendo 40% a vista e o saldo remanescente em 48 parcelas mensais com atualização monetária e juros. Em 31 dezembro de 2021 o saldo a pagar é de R\$144.062.

Notas Explicativas**12 Imobilizado**

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão

				Controladora	
				Taxas médias anuais de depreciação	
	2021	2020			
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	%
Terrenos	2.060	-	2.060	2.060	-
Edificações	1.246	(958)	288	299	3,44%
Arrendamento de edifícios (i)	52.175	(12.951)	39.224	46.453	10,31%
Máquinas e equipamentos	8.178	(3.267)	4.911	5.089	6,13%
Móveis e utensílios	13.224	(6.968)	6.256	6.696	5,60%
Equipamentos de informática	24.990	(13.712)	11.278	6.319	16,67%
Veículos	11.833	(9.106)	2.727	2.669	14,29%
Arrendamento de veículos (i)	34.543	(20.174)	14.369	4.463	25,19%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10.071	(1.783)	8.288	9.546	12,50%
Imobilizado em andamento	2.095	-	2.095	7.590	-
	160.415	(68.919)	91.496	91.184	

(i) Taxa de depreciação conforme prazo do contrato de arrendamento.

Notas Explicativas

Consolidado				
	2021	2020	Taxas médias anuais de depreciação	
Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	%
Terrenos	2.060	-	2.060	-
Edificações	1.246	(958)	288	3,44%
Arrendamento de edifícios (i)	54.205	(13.373)	40.832	10,31%
Máquinas e equipamentos	8.245	(3.277)	4.968	6,13%
Móveis e utensílios	13.234	(6.970)	6.264	5,60%
Equipamentos de informática	25.040	(13.751)	11.289	16,67%
Veículos	11.833	(9.106)	2.727	14,29%
Arrendamento de veículos (i)	34.806	(20.437)	14.369	25,19%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10.071	(1.783)	8.288	12,50%
Imobilizado em andamento	2.180	-	2.180	-
162.920	(69.655)	93.265	92.991	

(i) Taxa de depreciação conforme prazo do contrato de arrendamento.

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Controladora				
	Saldos em 2019	Adições	Depreciação	Baixas / Transferências	Saldos em 2020
Terrenos	2.060	-	-	-	2.060
Edificações	37	-	(3)	265	299
Arrendamento de edifícios	40.392	10.785	(5.201)	477	46.453
Máquinas e equipamentos (*)	4.097	-	(396)	1.388	5.089
Móveis e utensílios	1.836	-	(384)	5.244	6.696
Equipamentos de informática	6.566	4	(1.908)	1.657	6.319
Veículos	4.127	-	(1.458)	-	2.669
Arrendamento de veículos	8.158	3.624	(6.842)	(477)	4.463
Benfeitorias em imóveis de terceiros	679	-	(545)	9.412	9.546
Imobilizado em andamento	17.747	7.497	-	(17.654)	7.590
	85.699	21.910	(16.737)	312	91.184

(*) Transferência de R\$971 do intangível.

Notas Explicativas

	Controladora				
	Saldos em 2020	Adições	Depreciação	Baixas / Transferências	Saldos em 2021
Terrenos	2.060	-	-	-	2.060
Edificações	299	-	(11)	-	288
Arrendamento de edifícios	46.453	-	(5.473)	(1.756)	39.224
Máquinas e equipamentos (*)	5.089	22	(708)	508	4.911
Móveis e utensílios	6.696	2	(520)	78	6.256
Equipamentos de informática	6.319	38	(2.501)	7.422	11.278
Veículos	2.669	-	(1.579)	1.637	2.727
Arrendamento de veículos	4.463	16.947	(7.010)	(31)	14.369
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9.546	-	(1.258)		8.288
Imobilizado em andamento	7.590	2.830	-	(8.325)	2.095
	91.184	19.839	(19.060)	(467)	91.496

(*) Transferência de R\$1.090 do intangível

	Consolidado				
	Saldos em 2019	Adições	Depreciação	Baixas/ Transferências	Saldos em 2020
Terrenos	2.060	-	-	-	2.060
Edificações	37	-	(3)	265	299
Arrendamento de edifícios	40.838	12.220	(5.388)	477	48.147
Máquinas e equipamentos (*)	4.150	-	(401)	1.391	5.140
Móveis e utensílios	1.843	-	(385)	5.247	6.705
Equipamentos de informática	6.590	4	(1.915)	1.657	6.336
Veículos	4.127	-	(1.459)	-	2.668
Arrendamento de veículos	8.289	3.618	(6.964)	(477)	4.466
Benfeitorias em imóveis de terceiros	679	-	(545)	9.412	9.546
Imobilizado em andamento	17.764	7.520	-	(17.660)	7.624
	86.377	23.362	(17.060)	312	92.991

(*) Transferência de R\$971 do intangível.

Notas Explicativas

	Consolidado				
	Saldos em 2020	Adições	Depreciação	Baixas/ Transferências	Saldos em 2021
Terrenos	2.060	-	-	-	2.060
Edificações	299	-	(11)	-	288
Arrendamento de edifícios	48.147	-	(5.680)	(1.635)	40.832
Máquinas e equipamentos (*)	5.140	22	(712)	518	4.968
Móveis e utensílios	6.705	2	(520)	77	6.264
Equipamentos de informática	6.336	38	(2.507)	7.422	11.289
Veículos	2.668	-	(1.580)	1.639	2.727
Arrendamento de veículos	4.466	16.947	(7.011)	(33)	14.369
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9.546		(1.258)	-	8.288
Imobilizado em andamento	7.624	3.128	-	(8.572)	2.180
	92.991	20.137	(19.279)	(584)	93.265

(*) Transferência de R\$1.090 do intangível

13 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
ERP-SAP e softwares (a)	19.753	12.257	20.280	13.084
Ativo de concessão gerado na aquisição de controlada (b)	541.973	-	476.157	11.415
	561.726	12.257	496.437	24.499

- (a) Refere-se, substancialmente, aos gastos incorridos na atualização do ERP-SAP e direito de uso de softwares, amortizados linearmente, no prazo de 5 anos.
- (b) Refere-se ao intangíveis da concessão, apurados conforme laudos elaborados por consultoria independente, gerados nas aquisições das controladas Evrecy, IEMG, IESul, Piratininga (PBTE) e SF Energia que têm como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão. Os intangíveis da concessão são amortizados de acordo com os prazos remanescentes dos contratos de concessão das controladas, conforme determinado no ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Sendo, Evrecy contrato 020/2008 com vencimento em julho de 2025, IEMG contrato 004/2007 com vencimento em abril de 2037, IESul contratos 013/2008 e 016/2008 com vencimento em outubro de 2038 e PBTE contrato 012/2016 com vencimento em novembro de 2046.

Com a incorporação da SF Energia e PBTE em novembro de 2021 pela Companhia, o montante de R\$541.973 referentes aos ajustes ao valor justo na aquisição foram transferidos, na Controladora, da rubrica de Investimentos (nota 11).

Notas Explicativas

A movimentação do intangível é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 2019	10.168	25.196
Adições	5.511	5.511
Transferências (*)	(971)	(971)
Amortização	(2.451)	(5.237)
Saldo em 2020	12.257	24.499
Adições	11.670	571.769
Transferências (**)	540.883	(80.499)
Amortização	(3.084)	(19.332)
Saldo em 2021	561.726	496.437

(*) Transferência para ativo imobilizado.

(**) Transferência para ativo imobilizado de R\$1.090 e, na controladora, os ajustes ao valor justo das empresas SF Energia e PBTE de R\$541.973.

Notas Explicativas

14 Empréstimos e financiamentos

A composição dos saldos de empréstimos e financiamentos é como segue:

											Controladora		Consolidado	
Contrato	Entidade	Valor da captação	Data início	Encargos	TIR a.a.	Data Final	Finalidade	Forma de pagamento	Garantia	Indicador financeiro	2021	2020	2021	2020
BNDES														
Contrato 13.2.1344.1 (*)	CTEEP	284.136	23.12.2013	TJLP + 1,80% a.a.	8,35%	15.03.2029	Plano de Investimentos Plurianual 2012 - 2015	Juros trimestrais até março de 2015 e Pagamento de Principal e Juros mensais a partir de abril 2015	Fiança bancária	Dívida líquida/ EBITDA ajustado < 3,0 e Dívida Líquida/ Dívida	139.399	159.057	139.399	159.057
		105.231		3,50% a.a.	3,60%	15.01.2024		Líquida + PL < 0,6		21.271	31.455	21.271	31.455	
		1.940		TJLP	6,17%	15.03.2029				20	23	20	23	
		272.521		TJLP + 2,62%a.a.	7,04%	15.03.2032		Principal e Juros mensais a partir de 15 de abril de 2018		Dívida líquida/ EBITDA < 3,0 e Dívida Líquida/ Dívida	199.510	218.877	199.510	218.877
Contrato 17.2.0291.2 (*)	CTEEP	1.378	08.08.2017	TJLP	4,98%	15.03.2032	Plano de Investimentos Plurianual 2016-2019		Cessão Fiduciária	Líquida + PL < 0,6	27	29	27	29
				TJLP + 2,06% a.a.	7,55%	15.02.2028		Principal e Juros168 parcelas mensais a partir de 15 de março de 2014		ICSD de no mínimo 1,3 apurado anual	-	-	3.375	3.932
Contrato 13.2.0650.1	Pinheiros	23.498	13.08.2013	3,50% a.a.	3,55%	15.04.2023	Financiar os Projetos do Lote K do Leilão 004/2011		-		-	-	2.410	4.226
				TJLP + 2,62% a.a.	8,28%	15.05.2026		Principal e Juros em 168 parcelas mensais a partir de 15 de setembro de 2011		ICSD de no mínimo 1,3 apurado anual	-	-	-	19.543
Contrato 10.2.2034.1	Pinheiros	119.886	30.12.2010	5,50% a.a.	5,78%	15.01.2021	Financiar os Projetos dos Lotes E, H e K do Leilão 004/2008		-		-	-	15.810	838

Notas Explicativas

Contrato	Entidade	Valor da captação	Data início	Encargos	TIR a.a.	Data Final	Finalidade	Forma de pagamento	Garan-tia	Indicador financeiro	Controladora		Consolidado	
											2021	2020	2021	2020
Contrato 11.2.0842.1	IE Serra do Japi	93.373	28.10.2011	TJLP + 1,95% a.a.	8,20%	15.05.2026	Financiar os Projetos do Lote I do Leilão 001/2009	Principal e Juros em 168 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2012	-	ICSD de no mínimo 1,2 apurado anual	-	-	17.032	20.881
				TJLP + 1,55% a.a.	7,90%	15.05.2026					-	-	14.721	18.044
Contrato 08.2.0770.1	IEMG	70.578	14.01.2009	TJLP + 2,39% a.a.	7,93%	15.04.2023	Financiar os Projetos do Lote D do Leilão 005/2006	Principal e Juros em 168 parcelas mensais a partir de 15 de maio de 2009	-	ICSD de no mínimo 1,3 apurado anual	-	-	-	12.324
				5,5% a.a.	5,50%	15.01.2021					-	-	-	93
Contrato 10.2.1883.1	IESUL	18.166	21.12.2010	TJLP + 2,58% a.a.	7,72%	15.05.2025	Financiar os Projetos do Lote F do Leilão 004/2008	Principal e Juros 168 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2011	-	ICSD de no mínimo 1,3 apurado anual	-	-	2.609	3.372
				3,0% a.a.	3,00%	15.04.2023					-	-	1.589	2.781
Contrato 13.2.0422.1	IESUL	28.200	28.06.2013	TJLP + 2,58% a.a.	7,93%	15.02.2028	Financiar os Projetos do Lote I do Leilão 004/2008	Principal e Juros 168 parcelas mensais a partir de 26 de maio de 2014	-	ICSD de no mínimo 1,3 apurado anual	-	-	5.113	5.942
Eletrobrás	CTEEP	-	-	8,0% a.a.	8,00%	15.04.2022	-	-	-	-	3	19	4	19
8ª NP´s	CTEEP	1.200.000	06.05.2021	CDI + 1,25%	9,6%	06.05.2024	-	Principal e Juros no final	-	-	1.250.361	-	1.250.361	-
CCB	CTEEP	650.000	30.04.2020	CDI + 2,45% a.a.	8,6%	20.04.2022	-	Principal no final e juros trimestrais	-	-	661.872	653.317	661.872	653.317
BNB	IENNE	220.000	19.05.2010	10,0% a.a.	10,00%	19.05.2030	Financiar os Projetos do Lote A do Leilão 004/2008	Juros trimestrais até maio de 2012 e mensais a partir de junho 2012	Conta reserva mantida no BNB	-	-	-	135.406	148.176
											-	-	-	-
Total em moeda nacional											2.272.463	1.062.777	2.470.529	1.302.929
Circulante											711.742	54.330	741.848	94.628
Não circulante											1.560.721	1.008.447	1.728.681	1.208.301

(*) Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices conforme requerido no contrato junto ao BNDES, a Companhia consolida todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à participação por ela detida), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas de empréstimos e financiamentos a longo prazo estão distribuídos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
2022	-	698.096	-	731.628
2023	48.787	48.757	76.945	77.583
2024	1.289.789	39.429	1.317.683	66.293
2025	38.578	38.581	66.489	65.484
2026	38.578	38.581	60.086	59.704
2027 a 2031	140.140	140.154	202.629	202.759
2032 a 2032	4.849	4.849	4.849	4.850
	1.560.721	1.008.447	1.728.681	1.208.301

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 2019	1.062.512	1.347.376
Adições(i)	655.516	655.516
Pagamentos de principal	(870.868)	(913.352)
Pagamentos de juros	(62.671)	(84.304)
Juros e variações monetárias e cambiais	278.288	297.693
Saldos em 2020	1.062.777	1.302.929
Combinação de negócios (*)	-	373.537
Adições (ii)	1.200.000	1.200.000
Custo de Transação	(3.985)	(3.985)
Pagamentos de principal	(49.183)	(455.432)
Pagamentos de juros	(63.029)	(94.260)
Juros e variações monetárias e cambiais	125.883	147.740
Saldos em 2021	2.272.463	2.470.529

(i) Refere-se à captação realizada em 8 de agosto de 2017 do contrato BNDES nº 17.2.0291.2,

(ii) Refere-se a 8ª emissão de Notas Promissórias ocorrida em 06 de maio de 2021.

(*) Valor originado da combinação de negócios na aquisição da PBTE (nota 11).

Notas Explicativas

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora às controladas e controladas em conjunto, no limite de sua participação, em seus contratos de financiamento, conforme abaixo:

Controlada	Participação na controlada	Banco	Modalidade dívida	Saldo devedor em 31.12.2021	Modalidade garantias	Saldo garantido pela CTEEP	Término da garantia
IE Pinheiros	100%	BNDES	FINEM e PSI	5.785	Penhor de ações	5.785	15.02.2028
IE Pinheiros	100%	BNDES	FINEM e PSI	15.810	Penhor de ações	15.810	15.05.2026
IE Serra do Japi	100%	BNDES	FINEM	31.753	Penhor de ações	31.753	15.05.2026
IESul	100%	BNDES	FINEM e PSI	2.609	Penhor de ações	2.609	15.05.2025
IESul	100%	BNDES	FINEM e PSI	6.702	Penhor de ações	6.702	15.02.2028
IENTNE	100%	Banco do Nordeste	FNE	135.406	Penhor de ações/corporativa	135.406	19.05.2030
IE Madeira	51%	Banco da Amazônia	Cédula de crédito bancária	282.010	Penhor de ações	143.825	10.01.2033
IE Madeira	51%	BNDES	FINEM e PSI	936.532	Penhor de ações	477.631	15.02.2030
IE Madeira	51%	Itaú/BES	Debêntures de infraestrutura	420.362	Penhor de ações/corporativa	214.385	18.03.2025
IE Garanhuns	51%	BNDES	FINEM e PSI	153.893	Penhor de ações	78.485	15.12.2028
IE Ivaí	50%	Itaú	Debêntures de infraestrutura	2.021.689	Penhor de Ações Fiança Corporativa	1.010.845	15.12.2043 15.01.2024

Além das garantias supracitadas, os contratos de financiamento entre as controladas e controladas em conjunto com os Bancos de Fomento (BNDES/BASA/BNB) exigem a constituição e manutenção de conta de reserva dos serviços da dívida no valor equivalente de três a seis vezes a última prestação vencida de amortização do financiamento, incluindo parcela de principal e juros, classificados sob a rubrica “outros” do passivo no Balanço Patrimonial da Controladora de R\$10.732 e no Consolidado no montante de R\$34.509 (R\$10.349 na controladora e R\$41.160 no consolidado, em 31 de dezembro de 2020).

Os contratos de BNDES e debêntures das controladas e controladas em conjunto possuem cláusulas restritivas que exigem o cumprimento de indicadores financeiros, sendo o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), bem como cláusulas de “cross default” que estabelecem a antecipação das dívidas na ocorrência do não cumprimento de obrigações contratuais.

Em 31 de dezembro de 2021, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (“covenants”), da controladora, controladas e controladas em conjunto.

Notas Explicativas

15 Debêntures

Controladora e Consolidado

	Vencimento	Quantidade	Encargos	TIR a.a.	2021	2020
4ª Emissão (i)	15.07.2021	148.270	IPCA + 6,04%	9,4%	-	176.460
5ª Emissão (ii))	15.02.2024	300.000	IPCA + 5,04%	14,4%	388.430	352.490
7ª Emissão (iii)	15.04.2025	621.000	IPCA+ 4,70%	10,4%	757.118	681.986
8ª Emissão (iv)	15.12.2029	409.325	IPCA+3,50%	9,9%	455.380	407.032
9ª Emissão - 1ª Série (v)	15.11.2028	800.000	CDI + 2,83%	11,35%	805.315	795.750
9ª Emissão - 2ª Série (v)	15.05.2044	800.000	IPCA + 5,30%	10,3%	830.211	765.548
10ª Emissão (vi)	15.07.2044	672.500	IPCA + 5,07%	11,4%	721.085	-
11ª Emissão - 1ª Série(vii)	15.10.2031	668.833	IPCA + 5,77%	11,4%	660.873	-
11ª Emissão - 2ª Série(vii)	15.10.2039	281.167	IPCA + 5,86%	10,7%	270.690	-
					4.889.102	3.179.266
Circulante					59.341	217.948
Não circulante					4.829.761	2.961.318

(i) Em agosto de 2016, a Companhia emitiu 148.270 debêntures de infraestrutura, nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei nº 12.431/2001, em série única, no montante total de R\$148.270, com vistas ao reembolso de aportes e investimentos em suas controladas em conjunto IEMadeira e IEGaranhuns. O vencimento das debêntures ocorreu no dia 15 de julho de 2021 e a remuneração foi paga anualmente nos meses de julho de cada ano, sendo a primeira parcela paga em 15 de julho de 2017.

(ii) Em março de 2017, a Companhia emitiu 300.000 debêntures de infraestrutura nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, Lei nº 12.431/2001, em série única, no montante total de R\$300.000, com vistas ao pagamento futuro e/ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas aos investimentos em reforços e melhorias de instalação de transmissão, compreendendo a instalação, a substituição ou a reforma, visando manter a prestação de serviço adequada, a confiabilidade do SIN – Sistema Interligado Nacional, a vida útil dos equipamentos e/ou realizar a conexão de novos usuários. O vencimento das debêntures ocorrerá no dia 15 de fevereiro de 2024 e a remuneração é paga anualmente nos meses de fevereiro de cada ano, sendo que a primeira parcela foi paga em 15 de fevereiro de 2018. O valor da emissão líquido dos custos da transação totaliza R\$292.603. Os custos são apropriados ao resultado pelo prazo da operação.

Os indicadores financeiros estabelecidos na escritura são Dívida Líquida/EBITDA(*) $\leq 3,5$ e EBITDA(*)/Resultado financeiro $\geq 1,5$ até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada na data-base de 30 de setembro de 2017, $\geq 2,00$

(*) EBITDA é calculado de acordo com a metodologia definida no contrato.

(iii) Em maio de 2018, a Companhia emitiu 621.000 debêntures de infraestrutura, nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431/2011, em série única, no montante total de R\$621.000, com finalidade de reembolso de custos incorridos em prazo de até 24 meses contados da data de divulgação do Aviso de Encerramento da oferta, ou pagamento futuro no âmbito do investimento nos projetos IEParguaçu, IEAimorés, IEItaúnas, IEIvaí, IETibagi, IEItaquerê, IEItapura e IEAguapeí. As debêntures foram classificadas como "títulos verdes", pois o uso dos recursos contribui com o desenvolvimento sustentável por meio do suporte ao escoamento de energia renovável, de acordo com parecer independente de especialistas com experiência e capacidade técnica na área de sustentabilidade, divulgado em maio de 2018 no site da Companhia. O vencimento das debêntures ocorrerá no dia 15 de abril de 2025 e a remuneração é paga semestralmente nos meses de outubro e abril de cada ano, sendo

Notas Explicativas

que a primeira parcela foi paga em 15 de outubro de 2018. O valor da emissão líquido dos custos da transação totaliza R\$603.877. Os custos são apropriados ao resultado pelo prazo da operação.

- (iv) Em dezembro de 2019, a Companhia emitiu 409.325 debêntures de infraestrutura, nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431/2011, em série única, no montante total de R\$409.325, com finalidade de reembolso de custos incorridos em prazo de até 24 meses contados da data de divulgação do Aviso de Encerramento da Oferta, ou pagamento futuro no âmbito do investimento nos projetos IEParaguaçu, IEAimorés, IEItaúnas, IETibagi, IEItaquerê, IEItapura, IEAguapeí e IEBiguaçu. As debêntures foram classificadas como "títulos verdes", pois o uso dos recursos contribui com o desenvolvimento sustentável por meio do suporte ao escoamento de energia renovável, de acordo com parecer independente de especialistas com experiência e capacidade técnica na área de sustentabilidade, divulgado em dezembro de 2019 no site da Companhia. O vencimento das debêntures ocorrerá nos dias 15 de dezembro de 2027, 15 de dezembro de 2028 e 15 de dezembro de 2029 e a remuneração é paga semestralmente nos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo que a primeira parcela foi paga em 15 de junho de 2020. O valor da emissão líquido dos custos da transação totaliza R\$387.852. Os custos são apropriados ao resultado pelo prazo da operação.
- (v) Em dezembro de 2020, a Companhia emitiu 1.600.000 debêntures em duas séries, no montante total de R\$1.600.000 com liquidação financeira final em maio de 2044. A primeira série, no montante total de R\$800.000 tem finalidade exclusiva de reforço de capital de giro e alongamento do passivo financeiro. O vencimento final das debêntures da 1ª série ocorrerá no dia 15 de novembro de 2028 e a remuneração é paga semestralmente nos meses de maio e novembro de cada ano.

A segunda série de debêntures de infraestrutura, no montante total de R\$800.000, nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431/2011, tem a finalidade de reembolso de custos incorridos em prazo de até 24 meses contados da data de divulgação do Aviso de Encerramento da Oferta, ou pagamento futuro no âmbito do investimento nos projetos IEParaguaçu, IEAimorés, IEItaúnas, IEItaquerê, IEItapura, IEAguapeí e IEBiguaçu e em projetos de reforços em instalações de transmissão de energia elétrica da ISA CTEEP. As debêntures foram classificadas como "títulos verdes", pois o uso dos recursos contribui com o desenvolvimento sustentável por meio do suporte ao escoamento de energia renovável, de acordo com o "Green Finance Framework", divulgado em novembro de 2020 no site da Companhia, e avaliação e parecer independente de especialistas com experiência e capacidade técnica na área de sustentabilidade. O vencimento final das debêntures da 2ª série ocorrerá no dia 15 de maio de 2044 e a remuneração é paga semestralmente nos meses de maio e novembro de cada ano. O valor total da emissão líquido dos custos da transação totaliza R\$1.555.745. Os custos são apropriados ao resultado pelo prazo da operação.

- (vi) Em fevereiro de 2021, a Companhia emitiu 672.500 debêntures de infraestrutura, nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431/2011, em série única, no montante total de R\$672.500, com finalidade de reembolso de custos incorridos em prazo de até 24 meses contados da data de divulgação do Aviso de Encerramento da Oferta, ou pagamento futuro no âmbito do investimento nos projetos Minuano, Triângulo Mineiro e Três Lagoas. As debêntures foram classificadas como "títulos verdes", pois o uso dos recursos contribui com o desenvolvimento sustentável por meio do suporte ao escoamento de energia renovável, de acordo com o "Green Finance Framework", divulgado em novembro de 2020 no site da Companhia, e avaliação e parecer independente de especialistas com experiência e capacidade técnica na área de sustentabilidade. O vencimento final das debêntures ocorrerá no dia 15 de julho de 2045 e a remuneração é paga semestralmente nos meses de janeiro e julho de cada ano. O valor total da emissão líquido dos custos da transação totaliza R\$638.285. Os custos são apropriados ao resultado pelo prazo da operação.
- (vii) Em outubro de 2021, a Companhia emitiu 950.000 debêntures de infraestrutura em duas séries, nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431/2011, no montante total de R\$950.000 com liquidação financeira final em outubro de 2039. As duas séries têm a finalidade de reembolso de custos incorridos em prazo de até 24 meses contados da data de divulgação do Aviso de Encerramento da Oferta, ou pagamento futuro no âmbito do investimento nos projetos IEMG, Evrecy, IEAguapeí, IEItapura, IEItaquerê, IEItaúnas, IETibagi, IEBiguaçu, PBTE, IEAimorés e IEParaguaçu. As debêntures foram classificadas como "títulos verdes", pois o uso dos recursos contribui com o desenvolvimento sustentável por meio do suporte ao escoamento de energia renovável, de acordo com o "Green Finance Framework", divulgado em novembro de 2020 no site da Companhia, e avaliação e parecer independente de especialistas com experiência e capacidade técnica na área de sustentabilidade. A primeira série, no montante total de R\$668.833, tem vencimento final no dia 15 de outubro de 2031 e a remuneração é paga

Notas Explicativas

semestralmente. A segunda série, no montante total de R\$281.167, tem vencimento final em 15 de outubro de 2039 e a remuneração é paga semestralmente. O valor total da emissão líquido dos custos da transação totaliza R\$909.315. Os custos são apropriados ao resultado pelo prazo da operação.

Todas as exigências e cláusulas restritivas (“*covenants*”) estabelecidas nas escrituras das emissões estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia e suas controladas até a presente data.

O montante de custos de emissão apropriados nas operações financeiras relacionadas até 31 de dezembro de 2021 totaliza R\$175.463. O saldo de custos remanescentes a serem apropriados, a partir de 31 de dezembro de 2021 é de R\$146.111

Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	2021	2020
2022	-	25.395
2023	28.877	26.007
2024	420.893	365.486
2025	814.052	706.316
2026	325.212	292.121
2027 a 2031	1.965.311	1.084.287
2032 a 2036	360.409	165.988
2037 a 2041	677.550	190.848
2042 a 2044	237.457	104.870
	4.829.761	2.961.318

A movimentação das debêntures é como segue:

Saldos em 2019	1.896.479
Adição	1.600.000
Pagamentos de principal	(350.000)
Pagamentos de juros	(82.840)
Juros e variações monetárias	115.627
Saldos em 2020	3.179.266
Adição	1.622.500
Custos de Transação	(74.900)
Pagamentos de principal	(210.041)
Pagamentos de juros	(167.839)
Juros e variações monetárias	540.116
Saldos em 2021	4.889.102

Notas Explicativas

16 Arrendamentos

A composição dos saldos de arrendamentos é como segue:

						<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Valor								
<u>Contrato</u>	<u>Contratual</u>	<u>Data início</u>	<u>Taxa</u>	<u>Data Final</u>	<u>Forma de pagamento</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Arrendamento de veículos	13.278	01.04.2018	0,06%a.m.	30.04.2024	principal e juros mensais	14.708	4.168	14.708	4.168
Arrendamento de imóveis	10.885	01.07.2019	0,09%a.m.	30.06.2029	principal e juros mensais	<u>40.561</u>	<u>47.647</u>	<u>42.208</u>	<u>49.369</u>
Total de arrendamento						<u>55.269</u>	<u>51.815</u>	<u>56.916</u>	<u>53.537</u>
Circulante						<u>11.702</u>	<u>8.603</u>	<u>11.911</u>	<u>8.795</u>
Não circulante						<u>43.567</u>	<u>43.212</u>	<u>45.005</u>	<u>44.742</u>

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas de arrendamentos a longo prazo estão distribuídos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
2022	-	6.162	-	6.357
2023	11.398	5.689	11.611	5.887
2024	7.391	5.578	7.607	5.778
2025 a 2029	24.778	25.783	25.787	26.720
	43.567	43.212	45.005	44.742

A movimentação dos arrendamentos é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 2019	49.285	49.896
Adições	14.409	15.836
Pagamentos	(12.921)	(13.275)
Juros	1.042	1.080
Saldos em 2020	51.815	53.537
Adições	16.947	16.947
Baixas	(1.756)	(1.631)
Pagamentos	(12.438)	(12.659)
Juros	701	722
Saldos em 2021	55.269	56.916

De acordo com o requerido nos ofícios circulares nº 02/2019 e nº01/2020, emitidos em 18 de dezembro de 2019 e 5 de fevereiro de 2020, respectivamente, os efeitos inflacionários nos saldos constantes nas demonstrações financeiras, relacionados ao CPC 06 (R2) (IFRS 6) são de: (i) direito de uso de R\$9.342 na controladora e R\$10.121 no consolidado; (ii) passivo de arrendamentos de R\$8.391 na controladora e R\$8.501 no consolidado; (iii) depreciação de R\$1.363 na controladora e R\$1.462 no consolidado; e (iv) despesa financeira de R\$274 na controladora e R\$380 no consolidado.

Notas Explicativas

17 Tributos e encargos sociais a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto de renda (*)	-	147.518	3.058	149.012
Contribuição social (*)	-	47.544	1.495	48.409
COFINS	27.875	33.654	28.977	34.459
PIS	5.595	6.852	5.833	7.027
INSS	6.187	5.426	7.580	7.551
ISS	1.439	1.614	2.577	2.712
FGTS	872	-	872	-
Imposto de renda retido na fonte	4.600	4.128	4.706	4.255
Outros	5.237	1.713	5.927	2.189
	51.805	248.449	61.025	255.614

(*) Em virtude da incorporação da PBTE e SF Energia (nota 11) a Companhia realizou o balanço de suspensão e redução conforme artigo 239 da Instrução Normativa 1.700 de 2017, com consequente liquidação do imposto de renda e contribuição social dentro do exercício.

18 PIS e COFINS diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
PIS diferido	271.839	210.824	302.227	234.846
COFINS diferido	1.252.106	970.923	1.392.359	1.081.876
	1.523.945	1.181.747	1.694.586	1.316.722

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração dos ativos da concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

19 Encargos regulatórios a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (i)	53.580	75.083	58.428	81.608
Reserva Global de Reversão – RGR (ii)	14.680	17.160	14.680	17.160
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (iii)	14.675	12.721	14.675	12.721
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	10.278	2.260	10.278	2.260
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	1	385
	93.213	107.224	98.062	114.134
Circulante	58.698	49.870	60.851	51.937
Não circulante	34.515	57.354	37.211	62.197

Notas Explicativas

- (i) A Companhia e suas controladas reconhecem obrigações relacionadas a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL 300/2008 e 316/2008. Conforme Ofício Circular nº 0003/2015 de 18 de maio de 2015, os gastos aplicados em P&D são contabilizados no ativo e quando da conclusão do projeto são reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente, submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL. O total aplicado em projetos não concluídos até 31 de dezembro de 2021 soma R\$38.931 (R\$26.002 em 31 de dezembro de 2020) e está registrado na rubrica de outros ativos.
- (ii) Refere-se aos recursos derivados da reserva de reversão, amortização e parcela retida na Companhia, das quotas mensais da Reserva Global de Reversão (RGR), relativas a aplicações de recursos em investimentos para expansão do serviço público de energia elétrica e amortização de empréstimos captados para a mesma finalidade, ocorridos até 31 de dezembro de 1971. Anualmente, conforme despacho ANEEL, sobre o valor da reserva incide juros de 5%, com liquidação mensal. De acordo com o artigo 27 do Decreto nº 9.022 de 31 de março de 2017, as concessionárias do serviço público de energia elétrica deverão amortizar integralmente os débitos da RGR a partir de janeiro de 2018 até dezembro de 2026.
- (iii) A CDE é um encargo o qual a transmissora tem a obrigação de intermediar repasse a partir dos valores arrecadados dos consumidores livres.

20 Provisões

(a) Demandas judiciais

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia e suas controladas. As provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

As demandas judiciais com probabilidade de perda provável são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Trabalhistas (i)	44.823	50.535	44.860	50.569
Cíveis (ii)	56.374	1.748	56.490	1.748
Tributárias – IPTU (iii)	2.589	2.192	2.589	2.192
Fundiárias (iv)	5.170	2.669	19.175	33.923
Outros	1.551	250	1.644	250
	110.507	57.394	124.758	88.682

(i) Trabalhistas

A Companhia responde por certos processos judiciais, perante diferentes tribunais, advindos dos processos trabalhistas por questões de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade entre outros. A Companhia possui depósitos judiciais trabalhistas no montante de R\$27.472 na controladora e R\$27.498 no consolidado (R\$29.038 na controladora e R\$29.087 no consolidado em 31 de dezembro de 2020), conforme nota 10.

(ii) Cíveis

A Companhia está envolvida em processos cíveis relacionados a questões imobiliárias, indenizações, cobranças, anulatórias e ações diversas decorrentes do próprio negócio da entidade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, sendo que o principal valor se refere ao processo relacionado aos valores remanescente da indenização

Notas Explicativas

das instalações NI, reclassificado para demandas judiciais no exercício de 2021.

A indenização decorrente da prorrogação do contrato de concessão nº 059/2001 nos termos da Lei nº 12.783/2013, referente às instalações do NI correspondia ao montante original de R\$2.891.291, atualizado R\$2.949.121, conforme determinado pela Portaria Interministerial nº 580. O equivalente a 50% desse montante foi recebido em 18 de janeiro de 2013 e os 50% restantes foram divididos em 31 parcelas mensais, e que vinham sendo repassados à Companhia pela Eletrobras. No entanto, sobre essas parcelas remanescentes, ainda existem discussões quanto à forma de atualização. Atendendo solicitação do TCU (Tribunal de Contas da União), a ANEEL efetuou uma revisão dos valores repassados à título da indenização das instalações do NI a todas as concessionárias e entendeu que ocorreram equívocos no cálculo de atualização, gerando pagamentos a maior para as concessionárias. A Eletrobras, embora reconheça que haja equívocos no cálculo, contestou o entendimento da ANEEL sobre o tema. A Companhia, pautada em laudo econômico independente e opinião de seus assessores jurídicos, tem interpretação divergente em relação à forma de atualização aplicada pela ANEEL, e com base nisto mantém registrada a sua melhor estimativa para o valor em questão, no total de R\$39.238, excluindo multa e mora que seriam devidos a favor da Companhia, tendo em vista atrasos ocorridos nos repasses. A Eletrobras ajuizou ação de cobrança contra a ISA CTEEP e em 17 de dezembro de 2020 foi publicada decisão determinando a devolução do valor recebido a maior pela Companhia, com abatimento do valor dos efeitos decorrentes da mora, em razão do pagamento das parcelas da indenização com atraso. A Eletrobras e a Companhia interpuseram recurso, pendente de julgamento, e a apuração dos valores dependerá de liquidação no processo.

(iii) Tributárias - IPTU

A Companhia está envolvida em processos tributários referente a cobrança de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e efetua provisão para fazer face aos débitos com prefeituras de diversos municípios do Estado de São Paulo.

(iv) Fundiárias

Processos cíveis-fundiários relacionados a questões imobiliárias, envolvendo constituição de servidão de passagem, desapropriação, indenizações e ações diversas decorrentes do próprio negócio da entidade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos, nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

Notas Explicativas

A movimentação das provisões é como segue:

Controladora						
	Trabalhista	Cível	Tributárias - IPTU	Fundiárias	Outros	Total
Saldos em 2019	54.619	3.269	388	-	304	58.580
Constituição	18.639	554	2.176	2.799	-	24.168
Reversão	(13.083)	(2.312)	(387)	(242)	(59)	(16.083)
Pagamento	(14.783)	(142)	-	-	-	(14.925)
Atualização	5.143	379	15	112	5	5.654
Saldos em 2020	50.535	1.748	2.192	2.669	250	57.394
Constituição	10.080	1.019	55	2.535	1.405	15.094
Reversão	(9.067)	(1.047)	(11)	-	-	(10.125)
Pagamento	(11.788)	(64)	(2)	(666)	(277)	(12.797)
Transferência (*)	-	48.436	-	-	-	48.436
Atualização	5.063	6.282	355	632	173	12.505
Saldos em 2021	44.823	56.374	2.589	5.170	1.551	110.507
(*) transferência de outros passivos não circulante						

(*) transferência de outros passivos não circulante

Consolidado						
	Trabalhista	Cível	Tributárias - IPTU	Fundiárias	Outros	Total
Saldos em 2019	54.740	6.935	388	-	304	62.367
Constituição	18.640	734	2.176	33.700	-	55.250
Reversão	(13.181)	(6.363)	(387)	(467)	(59)	(20.457)
Pagamento	(14.783)	(142)	-	-	-	(14.925)
Atualização	5.153	584	15	690	5	6.447
Saldos em 2020	50.569	1.748	2.192	33.923	250	88.682
Constituição	10.080	1.132	55	5.373	1.495	18.135
Reversão	(9.067)	(1.047)	(11)	(6.019)	(277)	(16.421)
Pagamento	(11.788)	(64)	(2)	(16.615)	-	(28.469)
Transferência (*)	-	48.436	-	-	-	48.436
Atualização	5.066	6.285	355	2.513	176	14.395
Saldos em 2021	44.860	56.490	2.589	19.175	1.644	124.758
(*) transferência de outros passivos não circulante						

(*) transferência de outros passivos não circulante

(b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível - controladora e consolidado

A Companhia e suas controladas possuem ações de natureza trabalhista, cível, previdenciária e tributária, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, para as quais não constitui provisão, no montante estimado de R\$929.939 e R\$946.345 em 31 de dezembro de 2021 (R\$771.066 e R\$780.482 em 31 de dezembro de 2020), controladora e consolidado, respectivamente.

Notas Explicativas

Classificação	Controladora	
	2021	2020
Trabalhistas	17.780	19.042
Cíveis	98.158	60.768
Cíveis - Fundiários	12.212	3.856
Previdenciárias	4.229	2.383
Cíveis - Nulidade de Incorporação da EPTE pela CTEEP (i)	489.239	396.824
Tributárias – Amortização ágio (ii)	172.420	169.560
Tributárias – CSLL base negativa (iii)	33.837	29.550
Tributárias – IPTU	93.450	80.731
Tributárias – Outros	8.614	8.352
	929.939	771.066
Classificação	Consolidado	
	2021	2020
Trabalhistas	17.831	19.065
Cíveis	105.736	62.654
Cíveis - Fundiários	20.553	10.716
Previdenciárias	4.229	2.383
Cíveis - Nulidade de Incorporação da EPTE pela CTEEP (i)	489.239	396.824
Tributárias – Amortização ágio (ii)	172.420	169.560
Tributárias – CSLL base negativa (iii)	33.837	29.550
Tributárias – IPTU	93.461	80.741
Tributárias – Outros	9.039	8.989
	946.345	780.482

(i) Nulidade de Incorporação da EPTE pela CTEEP

- Ação Declaratória**

Ação Ordinária na qual acionistas minoritários pleiteiam a nulidade da incorporação da Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica (EPTE) pela Companhia ou, de forma subsidiária, a declaração de seu direito de recesso e determinação do pagamento do valor de reembolso de suas ações. Atualmente, em fase de execução, com pendência de apreciação definitiva da exceção de pré-executividade. A Companhia ingressou com ação rescisória e obteve decisão liminar condicionando eventual levantamento de valores pelos autores à apresentação de caução idônea. A ação rescisória foi julgada improcedente e a Companhia interpôs recurso da decisão, pendente de julgamento. Na ação principal, os acionistas minoritários iniciaram cumprimento provisório de sentença, a impugnação da empresa foi julgada parcialmente procedente e a Companhia apresentou recurso, pendente de julgamento.

Notas Explicativas

• Ação de Indenização

Em outubro de 2020, a Companhia foi citada de nova ação ajuizada por parte dos acionistas minoritários, pleiteando que a indenização pelo valor das ações seja calculada com base no laudo RBSE. Os acionistas minoritários apresentaram parecer técnico econômico indicando pretensão da causa da ordem de R\$133 milhões. A Companhia manifestou-se sobre o parecer técnico apresentado pelos minoritários e apresentou parecer técnico-regulatório. O processo está em fase de apuração de provas.

(ii) Tributárias – Amortização do ágio

Processos decorrentes de autos de infração lavrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) entre 2013 e 2017, competência de 2008 a 2013, referentes à operação de ágio pago pela ISA Capital no processo de aquisição do controle acionário da Companhia.

- O caso de 2008 foi julgado pela última instância do CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) com decisão desfavorável. Foi interposta ação judicial, com sentença parcialmente procedente para a Companhia (reconheceu a operação para IRPJ mas não para CSLL). Foi interposto recurso para a segunda instância judicial e aguarda julgamento.
- Os casos envolvendo os exercícios de 2009, 2010, 2011 e 2012 tiveram decisão favorável definitiva na Câmara Superior do CARF.

O exercício de 2013 teve decisão parcialmente favorável à Companhia no primeiro julgamento. Foi apresentado recurso, pendente de julgamento.

A existência de decisão desfavorável no CARF não vincula aos demais processos existentes e pendentes de julgamento, por ainda não possuir o CARF uma posição unânime sobre o tema, tendo em vista que os julgamentos desfavoráveis foram precedidos por empate, posteriormente decididos pelo voto de qualidade do Presidente da Turma/Câmara.

(iii) Tributárias – CSLL Base Negativa

Processo decorrente de auto de infração lavrado em 2007, referente a composição da base negativa da CSLL, oriundo do balanço de cisão parcial da CESP. Processo administrativo com encerramento desfavorável no CARF pelo voto de qualidade. A Companhia discute o tema no Judiciário e obteve liminar favorável para suspender a exigibilidade do débito sem apresentação de garantia. Em setembro de 2020, o processo foi julgado de forma desfavorável à Companhia e foi apresentado recurso, que ainda pende de julgamento, entretanto, foi proferida decisão favorável à empresa, suspendendo a exigibilidade do débito sem apresentação de garantia.

(c) Processos com probabilidade de perda classificada como remota - controladora e consolidado

(i) PIS e COFINS

A Companhia defende atualmente autos de infração de PIS e COFINS relativos aos anos de 2003 a 2011, sob o entendimento de que a Companhia estaria sujeita ao regime da cumulatividade. A Companhia adotava o regime cumulativo até o ano de 2003. Com a mudança da legislação, a partir de outubro de 2003 a regra geral tornou-se a não-cumulatividade, com exceção de receitas que se enquadravam em 4 requisitos i) contratos firmados antes de outubro de 2003, ii) com prazo superior a um ano, iii) preço pré-determinado, iv) para aquisição de bens ou serviços. Uma vez que a receita do SE (contrato 059/2001 anterior a Lei nº 12.783/2013) se enquadra nestes requisitos, e atendendo inclusive à orientação da ANEEL, a Companhia pediu a compensação dos valores pagos a maior no período em que fez recolhimentos no regime não cumulativo e passou a tributar a parcela da receita do SE pelo sistema cumulativo para PIS e COFINS.

Até setembro de 2013, os processos administrativos em fase mais avançadas estavam com decisão favorável no CARF, em linha com o entendimento do judiciário sobre o tema. Em dezembro de 2015 o CARF mudou seu entendimento sobre a tese, todavia, o entendimento e posicionamento do judiciário permanecem os mesmos. Atualmente, os casos que já foram encerrados no CARF (envolvendo os períodos de 2003 a 2010) totalizam o valor atualizado de R\$ 2.277 milhões e são objeto de uma ação judicial que discute a análise de um laudo pelo CARF, tendo sido proferida decisão desfavorável à Companhia em primeira instância, sendo que no momento aguarda-se julgamento de recurso.

Notas Explicativas

O processo envolvendo o exercício de 2011 possui valor atualizado de R\$ 735 milhões, teve julgamento desfavorável à Companhia na primeira instância do CARF. A Câmara Baixa do CARF determinou que a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional analisasse o laudo elaborado por consultoria especializada, o qual foi analisado e validado. A Companhia aguarda novo julgamento na Câmara Baixa do CARF.

(ii) Cobrança Regressiva Eletropaulo

A Companhia responde à ação de cobrança regressiva ajuizada pela Eletropaulo em março de 2021 pretendendo o reconhecimento da responsabilidade da Companhia por todo débito oriundo do contrato de financiamento firmado entre a Eletropaulo (ENEL) e a Eletrobrás e sua condenação no reembolso das parcelas vencidas e vincendas do acordo celebrado pela Eletropaulo e no pagamento de custas e verbas sucumbenciais (até 20% do valor discutido).

O débito discutido tem origem em 1989, quando a Eletrobras ajuizou ação ordinária de cobrança contra a Eletropaulo, referente a saldo de contrato de financiamento. Em outubro de 2001, a Eletrobras promoveu execução de sentença referente ao citado contrato de financiamento, cobrando R\$ 429,0 milhões da Eletropaulo e R\$ 49,0 milhões da EPTE, empresa oriunda da cisão parcial da Eletropaulo, realizada em dezembro de 1997. Em novembro de 2001, a Companhia incorporou a EPTE e não constituiu provisão para a contingência, por entender que tal débito é de responsabilidade da Eletropaulo face à não transferência desta contingência quando do processo de cisão. Em dezembro de 2012, foi proferida decisão em liquidação de sentença atribuindo a responsabilidade à Eletropaulo. A Eletropaulo recorreu para que o processo retornasse a fase probatória para realização de prova pericial, em setembro de 2015 o laudo pericial concluiu de forma favorável à tese defendida pela Companhia. Em outubro de 2017 a Eletrobras e a Eletropaulo celebraram um memorando de intenções e solicitaram a suspensão temporária do processo para eventual mediação bilateral entre as partes. Em novembro de 2017, em complementação ao laudo pericial apresentado, o perito ratificou seu entendimento anterior, em linha com a tese defendida pela Companhia. Em março de 2018 Eletrobras e Eletropaulo celebraram acordo para quitar o débito, no valor de R\$ 1,4 bilhões para a Eletrobras e R\$ 100,0 milhões a título de honorários de sucumbência para os advogados da Eletrobras. Em abril de 2018 o acordo foi homologado e a CTEEP excluída da lide. Em outubro de 2018 a Eletropaulo recorreu na tentativa de trazer a CTEEP de volta à lide. Em fevereiro de 2019 o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro julgou o recurso e confirmou a homologação integral do acordo e a exclusão da CTEEP da lide, decisão já transitada em julgado.

Em 09 de agosto de 2021 foi proferida decisão favorável à Companhia, julgando a ação improcedente em 1ª Instância. O processo possui valor atualizado de R\$1.865 milhões.

21 Benefício Pós Emprego- controladora e consolidado

A Companhia patrocina planos de complementação e suplementação de aposentadoria e pensão por morte mantidos com a Vivest (antiga Funcesp).

(a) Plano de aposentadoria e pensão - PSAP/CTEEP

O PSAP/CTEEP abriga os seguintes subplanos:

- Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS) – (Plano “B”);
- Benefício definido (BD) – (Plano “B1”);
- Contribuição variável (CV) - (Plano “B1”).

O PSAP/CTEEP, regido pela Lei Complementar nº 109/2001 e administrado pela Vivest (antiga Funcesp), tem por entidade patrocinadora a própria Companhia, proporcionando benefícios de suplementação de aposentadoria e pensão por morte, cujas reservas são determinadas pelo regime financeiro de capitalização.

O PSAP/CTEEP originou-se da cisão do PSAP/CESP B1 em 1 de setembro de 1999 e abrange a totalidade dos participantes transferidos para a Companhia. Em 1 de janeiro de 2004 houve a incorporação do PSAP/EPTE pelo PSAP/Transmissão, cuja denominação foi alterada a partir dessa data para PSAP/Transmissão Paulista e a partir de 1 de dezembro de 2014 alterado para PSAP/CTEEP.

O subplano chamado “BSPS” refere-se ao Benefício Suplementar Proporcional Saldado decorrente do Plano de

Notas Explicativas

Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/CESP B, transferido para este Plano em 1º de setembro de 1999, e ao PSAP/Eletropaulo Alternativo, transferido para este Plano, a partir da incorporação do PSAP/EPTE ocorrida em 1 de janeiro de 2004 calculado nas datas de 31 de dezembro de 1997 (CTEEP) e 31 de março de 1998 (EPTE), de acordo com o regulamento vigente, sendo o seu equilíbrio econômico-financeiro atuarial equacionado à época.

O subplano “BD” define contribuições e responsabilidades paritárias entre a Companhia e participantes, incidentes sobre 70% do Salário Real de Contribuição destes empregados a fim de manter seu equilíbrio econômico-financeiro atuarial. Esse subplano proporciona benefícios de renda vitalícia de aposentadoria e pensão por morte para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da Previdência Social.

O subplano “CV” define contribuições voluntárias de participantes com contrapartida limitada da Companhia, incidentes sobre 30% do Salário Real de Contribuição destes empregados a fim de proporcionar uma suplementação adicional nos casos de aposentadoria e pensão por morte. Na data de início de recebimento do benefício, o subplano de Contribuição Variável (CV) pode tornar-se de Benefício Definido (BD), caso a renda vitalícia seja escolhida pelo participante como forma de recebimento desta suplementação.

(i) Avaliação atuarial

Para a avaliação atuarial do PSAP/CTEEP, elaborada por atuário independente, foi adotado o método do crédito unitário projetado.

Em 31 de dezembro de 2021 o PSAP/CTEEP apresentava déficit atuarial de R\$465.454.

Notas Explicativas

As principais informações financeiro-atuariais estão destacadas a seguir:

	2021	2020
Valor reconhecido no balanço patrimonial da entidade		
Obrigação de benefício definido	(5.058.556)	(4.956.813)
Valor justo do ativo do plano	4.593.102	4.574.836
Superávit/ (Déficit)	(465.454)	(381.977)
Superávit irrecuperável (Efeito do limite de ativo)	-	-
(Passivo)/ Ativo líquido	(465.454)	(381.977)
Movimentação no superávit irrecuperável		
Superávit irrecuperável no final do ano anterior	-	(10.495)
Juros sobre o superávit irrecuperável	-	(739)
Mudança do superávit irrecuperável durante o exercício	-	11.234
Superávit irrecuperável no final do ano	-	-
Reconciliação da obrigação de benefício definido		
Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	(4.956.813)	(4.198.694)
Custo do serviço corrente	(21.596)	(20.020)
Custo dos juros	(327.691)	(287.388)
Benefício pago pelo plano	312.654	247.438
Contribuição de participante	(890)	(1.404)
Ganho/ (Perda) atuarial	(64.220)	(696.745)
Obrigação de benefício definido no final do ano	(5.058.556)	(4.956.813)
Reconciliação do valor justo do ativo do plano		
Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	4.574.836	4.254.164
Retorno esperado dos investimentos	301.718	291.337
Contribuição paga pela empresa	701	1.443
Contribuição de participante	890	1.404
Benefício pago pelo plano	(312.654)	(247.438)
Ganho/ (Perda) sobre o retorno dos investimentos	27.611	273.926
Valor justo do ativo do plano no final do ano	4.593.102	4.574.836

Notas Explicativas

	2021	2020
Componentes de (custo)/ receita de benefício definido		
Custo do serviço corrente	(21.596)	(20.020)
Juros sobre a obrigação de benefício definido	(327.691)	(287.388)
(Juros) / rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	301.718	291.337
Juros sobre o superávit irrecuperável	-	(739)
Custo da obrigação de benefício definido no resultado da empresa	(47.569)	(16.810)
Redimensionamento em outros resultados abrangentes ("ORA")		
Ganho / (Perda) atuarial	(64.220)	(696.745)
Ganho / (Perda) sobre o retorno dos investimentos	27.611	273.926
Mudança do superávit irrecuperável durante o exercício	-	11.234
Redimensionamento da obrigação incluído em "ORA"	(36.609)	(411.585)
Custo total da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa e em "ORA"	(84.178)	(428.395)
Reconciliação do valor líquido do (passivo)/ ativo de benefício definido		
(Passivo) / Ativo líquido no final do ano anterior	(381.977)	44.975
Custo da obrigação de benefício definido no resultado da empresa (*)	(47.569)	(16.810)
Redimensionamento da obrigação incluído em "ORA"	(36.609)	(411.585)
Contribuição paga pela empresa	701	1.443
(Passivo) / Ativo líquido no final do ano	(465.454)	(381.977)
Estimativa de custos para o exercício seguinte		
Custo da obrigação de benefício definido	(62.905)	(47.569)
Valor estimado para o exercício seguinte	(62.905)	(47.569)
Análise de sensibilidades nas hipóteses adotadas		
Obrigação de benefício definido (taxa de juros - 100 pontos básicos)	5.645.777	5.583.731
Obrigação de benefício definido (taxa de juros + 100 pontos básicos)	4.569.672	4.440.360
Fluxos de caixa esperados para o próximo ano e duração do compromisso		
Contribuição esperada de empresa	1.908	410
Total Previsto de pagamentos de benefício pelo plano:		
Ano 1	354.841	289.819
Ano 2	370.533	300.022
Ano 3	385.523	311.229
Ano 4	399.709	321.078
Ano 5	415.538	329.798
5 anos subsequentes	2.309.667	1.789.211
Duração dos compromissos do plano	10,8 anos	12,3 anos
(*) Despesa registrada na rubrica despesas gerais e administrativas		

Notas Explicativas

	2021	2020
Composição da Carteira de Investimentos (em R\$)		
Renda fixa	3.201.392	3.522.934
Renda variável	741.786	597.350
Investimentos estruturados	86.350	81.461
Investimentos no exterior	423.484	212.592
Imóveis	106.101	129.438
Operações com participantes	33.989	31.061
	4.593.102	4.574.836

Principais premissas financeiras e atuariais

Taxa de desconto	6,81% a.a.	6,81% a.a.
Taxa de crescimento salarial	1,87% a.a.	1,87% a.a.
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	3,20% a.a.	3,20% a.a.
Tábua geral de mortalidade	AT-2000 (M/F) (*)	AT-2000(M/F)
Tábua de entrada em invalidez	Light-Fraca (**)	Light-Fraca (*)
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-1949 (*)	AT-1949
Rotatividade	Exp.Vivest (**)	Exp.Vivest (antiga Funcesp) (*)

(*) suavizada em 10%

(**) suavizada em 30%

Dados Demográficos

nº de participantes ativos	1.313	1.331
nº de coligados	115	129
nº de beneficiários assistidos	2.776	2.701

22 Patrimônio líquido**(a) Capital social**

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$5.000.000, sendo R\$1.957.386 em ações ordinárias e R\$3.042.614 em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

A composição do capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 totaliza R\$3.590.020 e está representado por ações ordinárias e preferenciais, como segue:

	2021		2020	
	número de ações	R\$ mil	número de ações	R\$ mil
ON	257.937.732	1.405.410	257.937.732	1.405.410
PN	400.945.572	2.184.610	400.945.572	2.184.610
	658.883.304	3.590.020	658.883.304	3.590.020

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

As ações preferenciais não possuem direito a voto tendo, no entanto, prioridade no reembolso de capital e no recebimento de dividendos correspondente a essa espécie de ações.

Notas Explicativas**(b) Dividendos e juros sobre capital próprio**

Em 22 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração deliberou sobre a distribuição de dividendos com reserva de retenção de lucros como segue:

Dividendos			
Data RCA	Total	Por ação	Pagamento
22.02.2021	531.163	0,806156	21.05.2021
	531.163	0,806156	

Em 25 de março de 2021, em Assembleia Geral Ordinária da Companhia foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais referente ao exercício de 2020 como segue:

Dividendos adicionais propostos			
Data AGO	Total	Por ação	Pagamento
25.03.2021	524.450	0,795967	21.05.2021
	524.450	0,795967	

Em 2021, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio relativos ao exercício social de 2021 e a distribuição de dividendos intermediários, respectivamente, como segue:

Dividendos intermediários			Juros sobre o capital próprio		
Data RCA	Total	Por ação	Total	Por ação	Pagamento
01.07.2021	331.117	0,502542	-	-	15.07.2021
28.10.2021	348.804	0,529386	514.532	0,780915	17.11.2021
17.12.2021	-	-	114.577	0,173896	18.01.2022
	679.921	1,031928	629.109	0,954811	

O total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos até 31 de dezembro de 2021 é de R\$2.656.470, sendo deliberações ocorridas em 2020 e 2021. O montante de R\$100.543 registrado na rubrica juros sobre capital próprio e dividendos a pagar refere-se ao saldo a ser liquidado posteriormente.

O Estatuto Social da Companhia prevê destinação do lucro líquido do exercício observando a seguinte ordem (i) constituição da reserva legal; (ii) do saldo, pagamento de dividendos atribuídos às ações preferenciais e ordinárias sendo o maior valor entre R\$218.461 e R\$140.541, respectivamente, e 25% do lucro líquido do exercício; (iii) do saldo, até 20% do lucro líquido para constituição da reserva estatutária.

Notas Explicativas

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	3.018.599	3.361.503
Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos	3.799	377
	3.022.398	3.361.880
Constituição da reserva estatutária	-	(672.301)
Constituição da reserva especial de lucros a realizar, líquida	(1.713.368)	(1.018.949)
Dividendos intermediários pagos	(679.921)	(559.999)
Juros sobre capital próprio pagos	(629.109)	(586.181)
Dividendos adicionais propostos	-	(524.450)
	-	-

(c) Reservas de capital

	2021	2020
Subvenções para investimento – CRC	78	78
Reserva Especial de Ágio na Incorporação	588	588
	666	666

(d) Reservas de lucros

	2021	2020
Reserva legal (i)	718.004	718.004
Reserva estatutária (ii)	1.862.804	1.862.804
Reserva de retenção de lucros (iii)	266.149	797.312
Reserva especial de lucros a realizar (iv)	8.198.940	6.485.572
	11.045.897	9.863.692

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia alcançou o limite de constituição da reserva legal.

(ii) Reserva estatutária

Nos termos do Estatuto Social da Companhia do saldo do lucro líquido do exercício, após as deduções da reserva legal e do dividendo obrigatório, até 20% do lucro líquido do exercício, serão destinados para a formação da reserva estatutária, cujo valor não poderá ultrapassar o valor do capital social. As finalidades da reserva estatutária serão: (a) suportar investimentos para expansão das atividades da Companhia; (b) permitir a manutenção de capital de giro adequado; (c) permitir a criação de fundos necessários para o cumprimento de obrigações junto a terceiros, inclusive financiadores; e (d) proteger a Companhia contra potenciais contingências ou perdas advindas de riscos regulatórios. Considerando que no exercício de 2021, não ocorreram situações que se enquadrassem nas finalidades previstas no inciso IV do artigo 36 do Estatuto Social não foi realizada a constituição da reserva estatutária.

(iii) Reserva de retenção de lucros

A Administração propõe a manutenção no patrimônio líquido do lucro retido de exercícios anteriores, em reserva de retenção de lucros, que se destina a atender o orçamento de capital aprovado em Assembleia Geral de Acionistas nos períodos em referência.

Notas Explicativas

(iv) Reserva especial de lucros a realizar

A Reserva especial de lucros a realizar contempla os impactos de (i) valores a receber do SE (nota 7); (ii) ajustes da aplicação do ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão; (iii) adoção inicial do CPC 47 (IFRS 15); e (iv) equivalência patrimonial, uma vez que, não compõem parcela realizada do lucro líquido do exercício. A alocação nessa reserva ocorre para refletir o fato de que a realização financeira do lucro destas operações ocorrerá em exercícios futuros. Uma vez realizado, caso a reserva especial não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Companhia destinará seu saldo para aumento de capital, distribuição de dividendo ou constituição de outras reservas de lucros, observadas as propostas da administração a serem feitas oportunamente.

No exercício de 2021, em virtude da geração de caixa operacional, a Administração da Companhia, *ad referendum* da Assembleia Geral, realizou a distribuição de dividendos intermediários em montante superior à parcela realizada do lucro do exercício, utilizando parte da reserva especial de lucros a realizar constituída.

A movimentação do exercício de 2021 é como segue:

Saldo em 2020	6.485.572
Realização (*)	(668.461)
Constituição (**)	<u>2.381.829</u>
Saldo em 2021	<u>8.198.940</u>

(*) A realização contempla, principalmente, valores efetivamente recebidos relativos a RBSE, e dividendos recebidos de controladas e controladas em conjunto.

(**) A constituição é formada pela atualização do saldo a receber da RBSE e itens não caixa conforme da aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e das normas IFRS, principalmente pela aplicação das IFRS 9 e 15, e suas especificidades no setor de transmissão.

(e) Outros Resultados Abrangentes (ORA)

A Companhia reconhece em Outros Resultados Abrangentes a remensuração do passivo decorrente do déficit atuarial e os respectivos efeitos tributários apresentado em laudo elaborado por atuário independente. Em 31 de dezembro de 2021, apresenta o valor R\$264.838 líquido de impostos (R\$240.676 em 31 de dezembro de 2020) (nota 21).

Também estão classificados em Outros Resultados Abrangentes, os instrumentos derivativos de compra a termo de moeda (NDF) para gerenciar o risco de taxa de câmbio do fluxo de caixa das controladas IEBiguaçu e IERiacho Grande no valor de R\$27.461 líquido de impostos, onde a parte efetiva das variações no valor justo do instrumento de *hedge accounting* é registrada no Patrimônio líquido, e não no Resultado.

(f) Resultado por ação

O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado por meio do resultado da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O lucro ou prejuízo diluído por ação é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, neste caso a Companhia considerou ações que poderão ser emitidas através da capitalização da reserva especial de ágio na incorporação em favor do acionista controlador.

Conforme previsto na Instrução CVM nº 319, à medida em que seja realizado o benefício fiscal da reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido da Companhia, este benefício poderá ser capitalizado em favor da sua controladora, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

As ações emitidas de acordo com esta realização foram consideradas diluidoras para o cálculo do lucro ou prejuízo por ação da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, as condições para emissão de ações de capital social relacionadas à amortização do ágio foram atendidas.

Notas Explicativas

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Controladora	
	2021	2020
Lucro básico e diluído por ação		
Lucro líquido – R\$ mil	3.018.599	3.361.503
Média ponderada de ações		
Ordinárias	257.937.732	257.937.732
Preferenciais	400.945.572	400.945.572
	658.883.304	658.883.304
Média ponderada ajustada de ações		
Ordinárias	257.956.799	257.960.466
Preferenciais	400.969.153	400.972.125
	658.925.952	658.932.591
Lucro básico por ação	4,58139	5,10182
Lucro diluído por ação	4,58109	5,10144

Notas Explicativas

23 Receita operacional líquida

23.1 Composição da receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita bruta				
Receita de infraestrutura (a) (nota 7)	539.624	368.631	1.150.238	1.135.533
Ganho de eficiência na implementação de infraestrutura (b) (nota 7)	101.887	29.919	142.186	152.998
Remuneração dos ativos da concessão (c) (nota 7)	2.983.257	1.556.708	3.867.656	1.846.116
Operação e Manutenção (d) (nota 7)	1.061.600	1.022.642	1.130.039	1.071.126
Aluguéis	11.850	21.838	12.392	22.314
Prestação de serviços	62.457	37.777	33.170	12.908
Total da receita bruta	4.760.675	3.037.515	6.335.681	4.240.995
Tributos sobre a receita				
COFINS	(359.769)	(240.399)	(431.644)	(278.681)
PIS	(78.108)	(52.192)	(93.696)	(60.495)
ICMS	(161)	(3)	(161)	(3)
ISS	(3.109)	(1.773)	(3.128)	(1.773)
	(441.147)	(294.367)	(528.629)	(340.952)
Encargos regulatórios				
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(174.919)	(125.086)	(174.919)	(125.086)
Reserva Global de Reversão – RGR	-	-	(6.262)	(6.055)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(25.651)	(36.873)	(30.502)	(39.331)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	(48.892)	(20.897)	(48.892)	(20.897)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia	(10.981)	(11.373)	(12.348)	(12.246)
	(260.443)	(194.229)	(272.923)	(203.615)
Receita operacional líquida	4.059.085	2.548.919	5.534.129	3.696.428

(a) Serviços de implementação de infraestrutura

A receita relacionada à obrigação de performance de implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, incluindo novas instalações, reforços e melhorias, sob o contrato de concessão de serviços, e é reconhecida à medida que a Companhia satisfaz a obrigação de performance, o que é identificado com base nos gastos incorridos acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e *gross up* de tributos.

Para o contrato de concessão nº 059/2001 regulamentado pela Lei nº 12.783/2013, a Companhia reconhece receita de implementação da infraestrutura também para projetos de melhorias das instalações de energia elétrica, conforme previsto no despacho da ANEEL nº 4.413 de 27 de dezembro de 2013 e Resolução Normativa nº 443 de 26 de julho de 2011.

(b) Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura

Refletem as variações positivas, que devem ser auferidas com certo grau de confiabilidade, na entrada em operação dos projetos de reforços e melhorias e novos contratos de concessão decorrentes de economias nos investimentos em relação ao estimado no início das obras, revisão de RAP e antecipação do prazo previsto para a entrada em operação determinada pela ANEEL. As demais variações como sobrecustos ou atraso nas obras são reconhecidas quando

Notas Explicativas

conhecidos. Em 31 de dezembro de 2021, o ganho de eficiência refere-se à projetos de reforços e melhorias e aos contratos 046/2017 e 021/2018 das controladas Aguapeí e Itapura, respectivamente, que entraram em operação.

(c) Remuneração dos ativos da concessão

A receita de remuneração dos ativos refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita de cada projeto aplicada sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa, considerando as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, é determinada no início dos contratos/projetos e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa e varia entre 6,13% e 9,92% ao ano.

(d) Operação e manutenção

As receitas da obrigação de performance dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no momento no qual os serviços são prestados pela Companhia, tendo início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(e) Margens das Obrigações de Performance

		2021
	Controladora	Consolidado
Implementação da Infraestrutura		
Receita de infraestrutura	539.624	1.150.238
Custo de implementação da Infraestrutura	(363.916)	(991.740)
Margem	175.708	158.498
% Margem percebida	32,56%	13,78%
Ganho de eficiência	101.887	142.186
O&M		
Receita de O&M	1.061.600	1.130.039
Custo de O&M	(392.955)	(408.638)
Margem	668.645	721.401
% Margem percebida	62,98%	63,84%
Remuneração dos ativos da concessão	2.983.257	3.867.656
Taxa de desconto dos ativos de contrato variam entre	6,13% a 9,92%	

23.2 Parcela Variável – PV, adicional à RAP

A Resolução Normativa n.º 906 de 08 de dezembro de 2020, regulamenta a Parcela Variável – PV e o adicional à RAP. A Parcela Variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Para as duas situações destacadas ocorre o reconhecimento de uma receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

23.3 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, a cada quatro e/ou cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Notas Explicativas

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando é revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados, são revisados a cada 5 anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção – O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

O descrito acima não se aplica à receita licitada associada ao contrato de concessão nº 143/2001 da controlada IE Serra do Japi que não está sujeita a Revisão Tarifária Periódica (RTP) da parcela associada à receita ofertada em leilão, entretanto, a versão 3.0 do Proret 9.2, estabeleceu que a partir do ano de 2019, os reforços e melhorias dos contratos que não possuem cláusula de revisão, passariam por revisão a cada 5 anos. Tendo em vista que o contrato 143/2001 não possui reforços ou melhorias, não teve sua RAP afetada.

A revisão tarifária periódica para os contratos de concessão, como o 059/2001, de concessionárias consideradas existentes, acontece a cada 5 anos e compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- a) da base de remuneração regulatória para RBNI e RBSE;
- b) dos custos operacionais eficientes;
- c) da estrutura ótima de capital e definição da remuneração das transmissoras;
- d) da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas;
- e) da aplicação do fator “x” (índice definido pela ANEEL no processo de revisão periódica que visa estimular a eficiência e capturar ganhos de produtividade para o consumidor).

As informações das últimas revisões tarifárias periódicas estão descritas abaixo:

Concessionária	Contrato	Resolução homologatória REH	Data da REH	Vigência
CTEEP	059/2001	2.714	30.06.2020	01.07.2020
Controladas				
IESerra do Japi	026/2009	2.840	30.03.2021	01.07.2020
IEMG	004/2007	2.257	20.06.2017	01.07.2017
IENNE	001/2008	2.405	19.06.2018	01.07.2018
IEPinheiros	012/2008	2.556	11.06.2019	01.07.2019
IEPinheiros	015/2008	2.556	11.06.2019	01.07.2019
IEPinheiros	018/2008	2.556	11.06.2019	01.07.2019
IEPinheiros	021/2011	2.257	20.06.2017	01.07.2017
Evrecy	020/2008	2.884	22.06.2021	01.07.2018
IESul	013 e 016/2008	2.556	11.06.2019	01.07.2019
Controladas em conjunto				
IEMadeira	013 e 015/2009	2.556	11.06.2019	01.07.2019
IEGaranhuns	022/2011	2.257	20.06.2017	01.07.2017

As datas das próximas revisões tarifárias periódicas da RAP da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto estão descritas na nota 1.2.

(a) Resolução Homologatória nº 2.851

Em 22 de abril de 2021, a ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 2.851, definiu resultado do recurso administrativo interposto pela Companhia contra a Resolução Homologatória nº 2.714/2020. As definições da Resolução Homologatória nº 2.851 estão descritas a seguir:

Notas Explicativas• **RAP RBNI**

Incremento de 3,30%, em função de: (i) alteração da base de remuneração devido ao banco de preço; (ii) alteração parcial do perfil das RAP's de plano para decrescente; (iii) alteração retroativa do WACC de 6,64% para 7,71%; e (iv) inclusão de prêmio regulatório pelo risco de operar e manter ativos oriundos de obrigações especiais.

• **RAP RBSE**

Os valores referentes ao componente financeiro, vinculados a Portaria 120/2016, contemplam, (i) baixas de ativos ocorridas no período de janeiro de 2013 a junho de 2017; (ii) incorporação dos valores referentes ao custo do capital próprio (Ke). No que se refere ao pagamento do componente financeiro, houve alteração do fluxo de pagamentos em função da crise econômica ocasionada pela COVID-19, pois a ANEEL buscou por alternativas para amortecer o aumento das tarifas de energia nos ciclos 2021/2022 e 2022/2023 e definiu o reperfilamento do componente financeiro do RBSE. A definição apresentada pela ANEEL contribuirá com a modicidade tarifária, minimizando os impactos para os consumidores que estão sendo diretamente afetados pela pandemia. Embora a medida reflita o descasamento do fluxo financeiro estabelecido na Resolução Homologatória nº 2.714/2020, preserva o valor econômico para a Companhia, uma vez que as premissas válidas a partir do ciclo 2021/2022 foram: (i) a conclusão do pagamento do componente financeiro do RBSE em 2028; (ii) a redução da amortização dos valores a receber do componente financeiro do RBSE; e (iii) a remuneração pelo WACC regulatório definido na RTP de 2018. A partir do ciclo 2023/2024, os fluxos de pagamentos previstos pela ANEEL retornam aos patamares similares aos aprovados na Resolução Homologatória nº 2.714/2020.

O componente econômico foi alterado basicamente em função da alteração do WACC e da revisão das baixas e ativos totalmente depreciados.

(b) Resoluções Homologatórias nº 2.840, 2.843, 2.844 e 2.897 – Controladas

As Resoluções Homologatórias nº 2.840, 2.843 e 2.844, publicadas em 30 de março e 16 de abril de 2021 reposicionaram a RAP de reforços e melhorias das controladas IESerra do Japi, IENNE, IEPinheiros e IESul. Os ajustes foram aplicados a partir de julho de 2021, com efeitos retroativos.

A Resolução Homologatória nº 2.987, publicada em 08 de dezembro de 2021, acata os pedidos de correção de erros materiais constantes da Resolução Homologatória nº 2.844/21 para as controladas IEPinheiros e IESul.

23.4 Reajuste anual da receita

A Resolução Homologatória nº 2.895, publicada em 13 de julho de 2021, foi substituída pela Resolução Homologatória nº 2.959/21, publicada em 05 de outubro de 2021 e estabeleceu novos valores para as receitas anuais permitidas da Companhia e suas controladas, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 30 de junho de 2021 a 30 de junho de 2022, conforme demonstrado a seguir:

Concessionária	Índice	RAP Ciclo 20/21	Inflação	Reforços Melhorias	Reperfilamento	RTP	Outros	RAP Ciclo 21/22	PA	RAP Ciclo 21/22
		REH 2.725 (*)						REH 2.959		
ISA CTEEP	IPCA	2.898.881	233.536	46.903	(791.047)	(24.898)	-	2.363.375	(43.255)	2.320.120
Controladas em operação (**)	IPCA /IGP-M	538.019	51.118	6.031	-	86	(3.580)	591.674	(20.970)	570.704
Total		3.436.900	284.654	52.934	(791.047)	(24.812)	(3.580)	2.955.049	(64.225)	2.890.824

(*) Os valores não contemplam a parcela de ajuste (PA) do ciclo 2020/2021 positivo de R\$235.616

(**) Considerando a RAP da PBTE adquirida em março de 2021.

Notas Explicativas

A Receita Regulatória da Companhia e suas controladas, líquida de PIS e COFINS, apresenta a seguinte composição:

Contrato de concessão	Rede Básica				Demais Instalações de Transmissão – DIT				Total 2021(*)	Total 2020 (*)
	RBSE	RBNI	Licitada	Parcela de ajuste	RPC (****)	RCDM (****)	Licitada	Parcela de ajuste		
059/2001	1.421.473	225.716	-	(54.597)	530.737	185.449	-	11.342	2.320.120	3.131.031
143/2001	-	-	18.301	(544)	-	-	-	-	17.757	13.161
004/2007	-	-	21.693	(692)	-	-	-	-	21.001	19.863
012/2008	-	8	9.812	(270)	-	1.106	1.479	5	12.140	11.746
015/2008	-	23.015	18.767	(4.139)	-	5.940	460	559	44.602	39.448
018/2008	-	108	4.834	(154)	-	1.590	58	(445)	5.991	5.769
021/2011	-	-	4.839	(135)	-	-	1.775	-	6.479	6.093
026/2009	-	6.187	33.434	(125)	-	-	7.605	35	47.136	43.138
001/2008	-	8	52.794	2.928	-	-	-	-	55.730	52.538
020/2008	-	14.679	-	(216)	-	3.211	-	(257)	17.417	12.775
013/2008	-	-	6.851	(227)	-	-	-	-	6.624	6.418
016/2008	-	2.709	12.024	415	-	-	278	(1)	15.425	14.321
012/2016 (**)	-	-	185.553	6.441	-	-	-	-	191.994	-
026/2017 (***)	-	-	19.194	(8.670)	-	-	-	-	10.524	-
027/2017 (***)	-	-	55.381	(2.034)	-	-	-	-	53.347	-
046/2017 (***)	-	-	56.445	(125)	-	-	8.546	-	64.866	-
042/2017	-	-	12.990	(437)	-	-	-	-	12.553	12.015
	<u>1.421.473</u>	<u>272.430</u>	<u>512.912</u>	<u>(62.581)</u>	<u>530.737</u>	<u>197.296</u>	<u>20.201</u>	<u>11.238</u>	<u>2.903.706</u>	<u>3.368.316</u>

(*) Considerados os valores relacionados a parcela de ajuste (PA).

(**) Considerando a RAP da PBTE adquirida em março de 2021.

(***) Entrada em operação no exercício de 2020 e no 1º semestre de 2021.

(****) RPC representa o equivalente a “RBSE” e RCDM representa o equivalente ao “RBNI” para as DITs.

Notas Explicativas**24 Custos dos serviços de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção e despesas gerais e administrativa**

				Controladora	
				2021	2020
	Custos de implementação e de O&M	Custos dos serviços prestados	Despesas	Total	Total
Honorários da administração	-	-	(12.007)	(12.007)	(9.963)
Pessoal	(272.165)	(8.201)	(108.667)	(389.033)	(327.911)
Serviços	(171.059)	(3.844)	(61.387)	(236.290)	(186.514)
Depreciação e amortização	-	-	(22.281)	(22.281)	(19.174)
Materiais	(254.883)	-	(1.166)	(256.049)	(162.630)
Outros	(58.764)	-	(20.108)	(78.872)	(94.772)
	(756.871)	(12.045)	(225.616)	(994.532)	(800.964)

				Consolidado	
				2021	2020
	Custos de implementação e de O&M	Custos dos serviços prestados	Despesas	Total	Total
Honorários da administração	-	-	(12.007)	(12.007)	(9.963)
Pessoal	(272.165)	(8.201)	(112.314)	(392.680)	(331.263)
Serviços	(474.699)	(3.884)	(66.399)	(544.982)	(411.876)
Depreciação e amortização	-	-	(22.802)	(22.802)	(19.791)
Materiais	(513.358)	-	(809)	(514.167)	(456.290)
Outros	(140.156)	-	(9.667)	(149.823)	(160.321)
	(1.400.378)	(12.085)	(223.998)	(1.636.461)	(1.389.504)

Dos custos demonstrados acima, os custos de implementação da infraestrutura da controladora totalizaram R\$363.916 em 2021 e R\$209.717 em 2020, e no consolidado totalizaram R\$991.740 em 2021 e R\$739.373 em 2020. A respectiva receita de implementação da infraestrutura, demonstrada na nota 23.1, é calculada acrescentando-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS e outros encargos ao valor do custo do investimento.

25 Receitas – Revisão Tarifaria Periódica (RTP), líquidas

Em 2021, o montante de R\$39.076 na controladora e R\$54.774 no consolidado refere-se a: (i) revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado decorrente dos resultados dos Recursos Administrativos das RTP's da Companhia e das controladas IESerra do Japi, IEPinheiros, IESul e IENNE; e (ii) revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado decorrente do resultado da RTP da controlada Evrecy; valores líquidos de PIS e Cofins diferidos;

O montante, em 2020 de R\$1.470.854 na controladora e R\$1.477.622 no consolidado refere-se a: (i) a revisão do fluxo de recebimento e parcela de ajuste (PA) da atualização do Ke do Ativo da Lei nº 12.783 – SE, (ii) revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado referente à remuneração dos investimentos de implementação de infraestrutura da

Notas Explicativas

Companhia e da controlada IESerra do Japi, (iii) reconhecimento de PIS e COFINS diferidos sobre impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP).

26 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Em 2020, o montante de R\$172.785 na controladora e R\$170.171 no consolidado refere-se principalmente a: (i) ganho de R\$73.464 decorrente a negociação de 395 mil m² de faixas de domínio com a Prefeitura de São José dos Campos para o desenvolvimento de um projeto de mobilidade urbana no município, (ii) reconhecimento de indenização por desapropriação de terrenos da antiga EPTE resultante da decisão favorável em um processo judicial no valor de R\$75.328, com recebimento por meio de precatórios registrado em "Outros" no ativo não circulante, e (iii) R\$13.165 de crédito de PIS e COFINS extemporâneos.

27 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas				
Rendimento de aplicações financeiras	40.211	25.375	69.108	49.247
Juros ativos	1.364	278	1.431	291
Variações monetárias	6.183	12.805	6.857	12.871
Operações de Hedge (i)				
Ajuste MTM (mark to market)	-	8.223	-	8.223
Variações cambiais	23	39.428	23	39.428
Ajuste de operações de cobertura Swap	-	256.628	-	256.628
Outras	10.029	4.194	10.111	4.661
	57.810	346.931	87.530	371.349
Despesas				
Juros sobre empréstimos	(54.407)	(55.379)	(76.336)	(74.811)
Juros passivos	(785)	(2.587)	(812)	(2.600)
Encargos sobre notas promissórias	(54.346)	-	(54.346)	-
Encargos sobre debêntures	(236.917)	(93.534)	(236.917)	(93.534)
Variações monetárias	(340.456)	(87.315)	(340.065)	(88.063)
Instrumento de Hedge (i)				
Encargos Swap	-	(11.703)	(191)	(10.914)
Ajuste MTM (mark to market)	-	(8.223)	-	(8.223)
Variações cambiais empréstimos	-	(256.628)	-	(256.628)
Ajuste de operações de cobertura Swap	-	(39.428)	-	(39.428)
Outras	(7.248)	(5.698)	(9.856)	(6.323)
	(694.159)	(560.495)	(718.523)	(580.524)
	(636.349)	(213.564)	(630.993)	(209.175)

(i) Refere-se ao resultado da operação financeira nos termos da Lei nº 4131 de 03 de setembro de 1962, que disciplina aplicação do capital estrangeiro e remessa de valores para o exterior.

28 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei 12.973/14.

A Companhia adota o regime de lucro real estimativa e realiza suas antecipações mensais com base na aplicação dos percentuais de presunção sobre a receita bruta e as controladas adotam o regime de lucro presumido.

Notas Explicativas

(a) Conciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício com o lucro contábil é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.676.205	4.145.982	3.806.224	4.218.067
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(1.249.910)	(1.409.634)	(1.294.116)	(1.434.143)
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças permanentes				
Outras receitas - não tributáveis (nota 26)	213	52.422	213	52.422
Juros sobre Capital Próprio	213.897	199.301	213.897	199.301
Equivalência patrimonial	414.752	371.700	176.306	160.658
Constituição de prejuízo fiscal e base negativa (i)	(25.174)	-	(25.174)	-
Perdas sobre inventário físico	(3.483)	-	(3.483)	-
Efeito adoção lucro presumido controladas (ii)	-	-	171.842	184.613
Outros	(7.901)	1.732	(7.901)	1.732
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(657.606)	(784.479)	(768.416)	(835.417)
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(262.864)	(405.641)	(308.917)	(415.955)
Diferido	(394.742)	(378.838)	(459.499)	(419.462)
	(657.606)	(784.479)	(768.416)	(835.417)
Alíquota efetiva	18%	19%	20%	20%

(i) IR e CS diferido sobre Prejuízo Fiscal, gerado do exercício fiscal de apuração iniciado em novembro de 2021 e encerrado em dezembro de 2021. Em virtude da incorporação da PBTE (nota 11), a Companhia teve dois períodos de encerramento fiscal dentro do ano de 2021, um encerrado antes da incorporação como empresa individual e outro período pós incorporação da PBTE e SF Energia.

(ii) foi adotado o regime de tributação com base no lucro presumido para apuração do imposto de renda e da contribuição social para as controladas.

Notas Explicativas

(b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos / (Passivos)	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contas a receber Lei nº 12.783 – SE (i)	(1.829.026)	(2.098.270)	(1.829.026)	(2.098.270)
Ajustes IFRS (ICPC 01 (R1) e CPC 47) (ii)	(2.387.899)	(1.084.027)	(2.532.998)	(1.198.437)
Impostos diferidos - Aquisição SF Energia (iii)	(65.018)	-	(65.018)	-
Provisão para demandas judiciais	37.911	19.514	37.911	19.514
Demais diferenças temporárias	401.379	324.030	401.964	324.338
Total líquido	(3.842.653)	(2.838.753)	(3.987.167)	(2.952.855)

- (i) Valores de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a remuneração dos ativos da concessão referente as instalações do SE, que serão incorporados à base de tributação a medida do efetivo recebimento.
- (ii) Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração dos ativos da concessão (ICPC 01 (R1) e CPC 47 (IFRS 15)) reconhecidos por competência, que são oferecidos a tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos nº 168 da Instrução Normativa nº 1.700/17 e 36 da Lei nº 12.973/14.
- (iii) Valor originado da combinação de negócios na aquisição da SF Energia Participações. Os valores do imposto de renda e contribuição social referem-se ao ganho proveniente de compra vantajosa na aquisição das ações da PBTE pela SF Energia Participações ocorrida em 12 de abril de 2019, anterior a aquisição pela Companhia. A partir da incorporação da SF Energia pela Companhia este valor será amortizado pelo prazo de cinco anos.

A Administração da Companhia considera que os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, decorrentes de diferenças temporárias deverão ser realizados na proporção das demandas judiciais, contas a receber e realização dos eventos que originaram as provisões para perda.

Notas Explicativas

29 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da operação	Partes relacionadas	2021		2020		2021	2020
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
Benefícios de curto prazo (a)	Administração	-	-	-	-	(12.007)	(9.963)
		-	-	-	-	(12.007)	(9.963)
Dividendos	ISA Capital	-	(34.884)	-	(174.246)	-	-
	IEGaranhuns	15.043	-	8.384	-	-	-
	IEMadeira	62.697	-	5.950	-	-	-
	IESerra do Japi	21.349	-	-	-	-	-
	IENNE	8.274	-	-	-	-	-
	IEPinheiros	30.642	-	-	-	-	-
	IEAguapeí	66.030	-	-	-	-	-
	IEItabagi	13.277	-	-	-	-	-
	IEItapura	7.028	-	-	-	-	-
	IEItaquerê	91.009	-	-	-	-	-
		315.349	(34.884)	14.334	(174.246)	-	-
Sublocação, Reembolsos e Compartilhamento de despesas com pessoal (b)	ISA Capital	49	-	116	-	249	246
	IEMG	52	-	71	-	271	285
	IEPinheiros	186	-	243	-	931	965
	IESerra do Japi	89	-	121	-	460	480
	Evrecy	62	-	81	-	310	266
	IENNE	223	-	291	-	1.116	1.160
	IEItaúnas	17	-	22	-	82	108
	IEItabagi	283	-	22	-	83	108
	IEItaquerê	17	-	22	-	83	108
	IEItapura	15	-	19	-	75	109
	IEAguapeí	17	-	22	-	83	108
	IESul	90	-	120	-	468	499
	IEBiguaçu	17	-	22	-	83	51
	IEAimorés	40	-	22	-	157	160
	IEParaguaçu	40	-	22	-	157	160
	IEIvaí	40	-	22	-	157	160
	Internexa Brasil	-	-	-	-	-	474
		1.237	-	1.238	-	4.765	5.447

Notas Explicativas

Natureza da operação	Partes relacionadas	2021		2020		2021	2020
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
Prestação de serviços (c)	ISA Capital	32	-	30	-	369	337
	IEMG	385	-	151	-	3.254	3.210
	IEPinheiros	155	-	1.446	-	2.319	2.632
	IESerra do Japi	105	-	101	-	1.259	1.146
	Evrecy	2.156	-	2.334	-	3.116	2.924
	IENNE	234	-	349	-	2.705	4.638
	IEItaúnas	19	-	915	-	1.435	831
	IEItibagi	418	-	2.554	-	3.574	2.410
	IEItaquere	71	-	1.378	-	875	1.149
	IEItapura	106	-	2.276	-	4.114	2.546
	IEAguapei	285	-	2.199	-	4.714	1.833
	IESul	2	-	-	-	65	-
	IEGaranhuns	39	-	37	-	405	472
	IEBiguaçu	141	-	673	-	1.739	624
	Intermexa Brasil	407	-	411	(31)	1.002	1.113
	Riacho Grande	1.409	-	-	-	1.877	-
		5.964	-	14.854	(31)	32.822	25.865
Saldos com partes relacionadas		322.550	(34.884)	30.426	(174.277)	25.580	21.349
Aplicações Financeiras Fundos de Investimento (nota 6)	Bandeirantes	214.675	-	140.561	-	4.771	672
	Xavantes	451.265	-	260.401	-	11.661	2.194
	Assis	37.556	-	30.823	-	5.284	959
	Barra Bonita	110.138	-	21.772	-	2.357	508
		813.634	-	453.557	-	24.073	4.333
Outros		-	-	-	-	-	-
Passivos	Eletrobras	(39.238)	-	-	(33.585)	-	-
Contribuições	AISCE					90	50
		(39.238)	-	-	(33.585)	90	50
Total		1.096.946	(34.884)	483.983	(207.862)	49.743	25.732

- (a) Referente aos honorários da administração, conforme divulgado na Demonstração do Resultado da Companhia apresenta o montante de R\$12.007 na controladora e no consolidado (R\$9.963 em 2020).

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego relevantes, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

- (b) O contrato de sublocação compreende a área sublocada do edifício sede da Companhia, bem como rateio das despesas condominiais e de manutenção, reembolso de serviços compartilhados, entre outras.

Notas Explicativas

O contrato de compartilhamento de despesas com pessoal, implica na alocação proporcional das despesas referentes aos colaboradores compartilhados apenas entre a Companhia e suas controladas.

- (c) A Companhia mantém contratos de prestação de serviços: (i) ISA Capital - serviços de escrituração contábil e fiscal, apuração de impostos e de departamento pessoal; (ii) IEMG, IEPinheiros, IESerra do Japi, Evrecy, IENNE, IEItapura e IEGaranhuns - prestação serviços de operação e manutenção de instalações.; (iii) Internexa Brasil, controlada do Grupo ISA, há dois contratos de prestação de serviços sendo, cessão de direito de uso, à título oneroso, sobre o uso da infraestrutura de suporte necessária para a instalação de cabos de fibra ótica, serviços auxiliares e suas melhorias e compartilhamento de infraestrutura de tecnologia da informação. Adicionalmente, a Companhia contratou a prestação de serviços do link de internet de 10 Mbps com a Internexa Brasil; (iii) IEAguapei, IETibagi, IEItapura, IEItaquere, Evrecy, IEItaúnas, IEMG, IENNE, IESUL, IESerra do Japi e IEPinheiros - serviços de engenharia, análise de projetos básico e executivo, suporte técnico na aquisição de materiais e equipamentos e gestão da construção de obras de subestações e de linhas de transmissão.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

A Companhia possui Termos de Comodatos com as controladas IEItapura, IEPinheiros e IENNE e controlada em conjunto IEMadeira, com a finalidade de formalizar empréstimos de equipamentos e materiais que as empresas não possuíam em estoque de prontidão.

A Companhia celebrou um Acordo de Cooperação não oneroso para a Gestão de Compras com a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P, com objetivo de gerar maior sinergia e eficiência na gestão do processo de cotação e negociação para compras do Grupo ISA.

Adicionalmente, a Companhia contribui como uma associada mantenedora na Associação de Intercâmbio Sociocultural e Empresarial Brasil – Colômbia (AISCE) que tem por objetivo ser a maior plataforma de relacionamento bilateral entre o Brasil e a Colômbia, fomentando os investimentos sociais, a cultura, e o comércio bilateral.

Notas Explicativas

30 Instrumentos financeiros

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

		Controladora		Consolidado	
	Nível	2021	2020	2021	2020
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa	1	238.660	2.017.084	275.989	2.049.142
Aplicações financeiras	2	250.799	51.787	813.634	453.557
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	-	18.450	10.016
Caixa restrito	2	19.055	18.489	42.920	48.711
Custo amortizado					
Ativos da concessão - Serviços de O&M	-	95.420	146.905	131.515	179.839
Valores a receber – Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo	-	1.967.747	1.778.999	1.967.747	1.778.999
Créditos com partes relacionadas	-	322.243	30.426	78.079	14.994
Cauções e depósitos vinculados	-	45.985	44.070	46.011	44.119
Outras – Contas a receber	-	101.662	101.662	101.662	101.662
Passivos financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	1.931	-	1.931	-
Custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos					
Circulante	-	711.742	54.330	741.848	94.628
Não circulante	-	1.560.721	1.008.447	1.728.681	1.208.301
Debêntures					
Circulante	-	59.341	217.948	59.341	217.948
Não circulante	-	4.829.761	2.961.318	4.829.761	2.961.318
Arrendamento					
Circulante	-	11.702	8.603	11.911	8.795
Não circulante	-	43.567	43.212	45.005	44.742
Fornecedores	-	77.718	75.332	83.666	153.346
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	-	110.543	500.513	110.543	500.513

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46 (IFRS 13) - Mensuração do Valor Justo:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

A Companhia contratou operações de *SWAP* para proteção da exposição cambial e risco de oscilação da taxa de juros dos empréstimos em moeda estrangeira nos termos da Lei nº 4.131/1962. As operações com o efeito do *SWAP*

Notas Explicativas

apresentam taxa de 102,3%. Essas operações foram liquidadas entre julho e agosto de 2020.

A Companhia classificava o derivativo contratado como *Hedge* de Valor Justo (*Fair Value Hedge*) e, segundo os parâmetros descritos nas normas contábeis brasileiras CPC 48 e na Norma Internacional IFRS 9, a Companhia adotou o “*Hedge Accounting*”.

A Controlada Biguaçu celebrou em 2018, com o Citibank, contratos de *hedge* na modalidade Termo de Moeda (NDF) no qual a empresa comprou dólar futuro com o *notional* de USD 29.301. Essas operações têm como objetivo a proteção (*hedge*) de compromissos assumidos pela Biguaçu em moeda estrangeira.

No terceiro trimestre de 2020 a controlada Biguaçu celebrou, com o Citibank, novos contratos de *hedge* na modalidade Termo de Moeda (NDF) no qual a entidade comprou dólar futuro com o *notional* de USD 7.097. Essas operações têm como objetivo a proteção (*hedge*) de compromissos assumidos pela Biguaçu em moeda estrangeira.

A Controlada IERiacho Grande celebrou em dezembro de 2020, com o banco BTG Pactual, contratos de *hedge* na modalidade Termo de Moeda (NDF) no qual a empresa comprou dólar futuro com o *notional* total de USD 32.723. As operações de *hedge* tiveram como objetivo a proteção de compromissos assumidos (CAPEX) pela controlada em moeda estrangeira.

Em novembro de 2021 a Companhia realizou a compra futura de dólar na modalidade de *non deliverable forward - NDF - (hedge)*, com o objetivo de eliminar exposições em dólar em função de um compromisso em moeda estrangeira firmado junto a um fornecedor.

A Companhia e suas controladas classificam os derivativos contratados como *Cash Flow Hedge*, segundo os parâmetros descritos nas normas contábeis brasileiras CPC 48 e na Norma Internacional IFRS 9, a Companhia adotou o “*Hedge Accounting*”.

A gestão de instrumentos financeiros está aderente à Política de Gestão Integral de Riscos e Diretrizes de Riscos Financeiros da Companhia e suas controladas. Os resultados auferidos destas operações e a aplicação dos controles para o gerenciamento destes riscos, fazem parte do monitoramento dos riscos financeiros adotados pela Companhia e suas controladas, conforme a seguir:

Operação NDF

Empresa	Instrumento	Objetivo da proteção	Natureza	Contra Parte	Contratação	Vencimento último fluxo	Consolidado	
							Notional USD	2021 Valor justo ajuste
IERiacho Grande	<i>NonDeliverable Forward - NDF</i>	Dólar US\$	Compra	BTG Pactual	dez/20	jul/25	26.371	18.250
IEBiguaçu	<i>NonDeliverable Forward - NDF</i>	Dólar US\$	Compra	Citi	set/21	jul/22	2.870	200
CTEEP	<i>NonDeliverable Forward - NDF</i>	Dólar US\$	Compra	BTG Pactual	nov/21	ago/22	19.586	(1.931)

Notas Explicativas

(b) Financiamentos

Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do exercício é o como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	711.742	54.330	741.848	94.628
Não circulante	1.560.721	1.008.447	1.728.681	1.208.301
Arrendamentos				
Circulante	11.702	8.603	11.911	8.795
Não circulante	43.567	43.212	45.005	44.742
Debêntures				
Circulante	59.341	217.948	59.341	217.948
Não circulante	4.829.761	2.961.318	4.829.761	2.961.318
Dívida total	7.216.834	4.293.858	7.416.547	4.535.732
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	493.545	2.071.906	1.096.266	2.520.894
Dívida líquida	6.723.289	2.221.952	6.320.281	2.014.838
Patrimônio líquido	14.399.206	13.754.283	14.792.735	14.125.442
Índice de endividamento líquido	46,7%	16,2%	42,7%	14,3%

A CTEEP e suas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos com *covenants* apurados com base nos índices de endividamento (notas 14 e 16). A Companhia e suas controladas atendem em 31 de dezembro de 2021 aos requisitos relacionados a cláusulas restritivas.

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos, considerando os instrumentos financeiros aplicáveis, e das debêntures tem suas taxas atreladas à variação da TJLP, do CDI e IPCA e se aproximam do valor de mercado.

(c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia e suas controladas podem ser assim identificados:

- (i) **Risco de crédito** – A Companhia e suas controladas mantêm contratos com o ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia e suas controladas mantêm contratos regulando a prestação de seus serviços diretamente aos clientes livres, também com cláusula de garantia bancária, que minimiza o risco de inadimplência.
- (ii) **Risco de preço** – As receitas da Companhia e de suas controladas são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA e IGP-M, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (nota 23.2).
- (iii) **Risco de taxas de juros** – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP, IPCA e do CDI (notas 14 e 16). Adicionalmente, a Administração da Companhia acompanha a valorização do ativo atuarial do plano de pensão vinculada a taxa de juros que é determinada com base nos dados de mercado para os retornos das NTN-B.

Notas Explicativas

(iv) **Risco de taxa de câmbio** – A Companhia e suas controladas não possuem contas a receber e outros ativos em moeda estrangeira, mas tem operações de aquisição de cabos subterrâneos e subaquáticos e respectivos acessórios, bem como prestação de serviços necessários à sua implantação, na Companhia e nas controladas Biguaçu e Riacho Grande com desembolsos de caixa futuro em dólar, para os quais tem contratado instrumento derivativo de compra a termo de moeda (NDF) para gerenciar o risco de taxa de câmbio do fluxo de caixa.

(v) **Risco de captação** – A deterioração da situação política e/ou econômica do país acarretaria escassez de crédito, cenário este, que resultaria em uma maior concorrência de recursos no Mercado. A Companhia e suas controladas poderiam então enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida. Se isso acontecesse, a Companhia e suas controladas, para realizar investimentos, teriam que captar recursos a taxas de juros mais altas, prejudicando, assim o seu resultado financeiro.

(vi) **Risco de garantia** – Os principais riscos de garantia são:

- Gerenciamento dos riscos associados à veiculação de benefícios de aposentadoria e assistência médica via Vivest (antiga Funcesp), entidade fechada de previdência complementar, por meio de sua representação nos órgãos de administração.
- Participação na qualidade de interveniente garantidora, no limite de sua participação, às controladas e controladas em conjunto, em seus contratos de financiamento (nota 14).

(vii) **Risco de liquidez** – As principais fontes de caixa da Companhia e suas controladas são provenientes de:

Suas operações, principalmente pela cobrança do uso do sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Companhia é remunerada pela disponibilização do sistema de transmissão, eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O recebimento da parcela de indenização das instalações referente ao SE representa importante fonte de geração de caixa para a Companhia conseguir cumprir seu plano de crescimento futuro. A Companhia faz gestão de eventuais alterações no cronograma que possam impactar os recebimentos.

						Controladora	
						2021	2020
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos Financeiros							
Fornecedores	59.237	17.768	713	-	-	77.718	75.332
Empréstimos e financiamentos	17.655	661.583	32.504	1.415.732	144.989	2.272.463	1.062.777
Debêntures	-	15.501	43.840	1.589.034	3.240.727	4.889.102	3.179.266
Arrendamento	1.084	3.110	7.508	29.611	13.956	55.269	51.815
	<u>77.976</u>	<u>697.962</u>	<u>84.565</u>	<u>3.034.377</u>	<u>3.399.672</u>	<u>7.294.552</u>	<u>4.369.190</u>

Notas Explicativas

							Consolidado	
							2021	2020
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total	
Passivos Financeiros								
Fornecedores	63.738	17.831	2.097	-	-	83.666	153.346	
Empréstimos e financiamentos	20.727	668.956	52.165	1.521.203	207.478	2.470.529	1.302.929	
Debêntures	-	15.501	43.840	1.589.034	3.240.727	4.889.102	3.179.266	
Arrendamento	1.101	3.162	7.648	30.481	14.524	56.916	53.537	
	85.566	705.450	105.750	3.140.718	3.462.729	7.500.213	4.689.078	

(d) Análise de sensibilidade

A Companhia realiza a análise de sensibilidade aos riscos de taxa de juros e câmbio. A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos demais riscos descritos anteriormente.

Para fins de definição de um cenário base da análise de sensibilidade do risco taxa de juros, índice de preços e variação cambial, utilizamos as mesmas premissas estabelecidas para o planejamento econômico-financeiro de longo prazo da Companhia. Essas premissas se baseiam, dentre outros aspectos, na conjuntura macroeconômica do país e opiniões de especialistas de mercado.

Dessa forma, para avaliar os efeitos da variação no fluxo de caixa da Companhia, a análise de sensibilidade, abaixo demonstrada, para os itens atrelados a índices variáveis, considera:

Cenário base: Cotação da taxa de juros (curva Pré-DI) e taxa de câmbio (dólar futuro) em 31 de março de 2022, apurada em 30 de dezembro de 2021, conforme B3 que são informadas nos quadros de Risco de juros e variação cambial; e foram aplicadas as variações positivas e negativas 25% (cenário I) e 50% (cenário II).

Notas Explicativas

Risco de juros – Efeitos no Resultado Financeiro - Controladora**Risco de elevação dos indexadores** **Risco de queda dos indexadores**

Operação	Risco	Saldos em 2021	Cenário Base	Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras e equivalentes de caixa	106,8% CDI	489.459	19.128	21.772	24.375	16.442	13.713
Passivos financeiros							
5ª Emissão de Debêntures (ii)	IPCA + 5,04%	388.430	14.194	16.453	18.674	11.896	9.558
7ª Emissão de Debêntures (iii)	IPCA + 4,70%	757.118	27.318	32.396	36.769	23.425	18.821
8ª Emissão de Debêntures (iv)	IPCA + 3,50%	455.380	15.073	17.738	20.359	11.618	9.099
9ª Emissão de Debêntures – 1ª Série (v)	CDI + 2,83%	805.315	17.863	22.152	26.376	13.506	9.078
9ª Emissão de Debêntures – 2ª Série(v)	IPCA + 5,30%	830.211	31.185	36.065	40.863	26.221	21.170
10ª Emissão de Debêntures (vi)	IPCA + 5,07%	721.085	26.677	30.913	35.078	22.368	17.983
11ª Emissão de Debêntures – 1ª Série (viii)	IPCA + 5,77%	660.873	27.905	32.144	36.314	23.590	19.200
11ª Emissão de Debêntures – 2ª Série (viii)	IPCA + 5,86%	270.692	28.068	32.309	36.480	23.754	19.363
8ª Notas Promissórias (vii)	CDI + 1,25%	1.250.361	27.740	22.830	27.160	13.943	9.381
CCB	CDI + 2,45%	661.872	14.677	18.201	21.671	11.097	7.459
FINEM BNDES (i), (ii)	TJLP+1,80% a 2,62%	338.956	6.899	7.711	8.948	5.298	4.048
Efeito líquido da variação			(218.471)	(247.140)	(284.317)	(170.274)	(131.447)
Referência para ativos e passivos financeiros							
100% CDI a.a. (janeiro de 2022) (*)			9,15%	11,44%	13,73%	6,86%	4,58%
IPCA a.a. (dezembro de 2021)			10,06%	12,58%	15,09%	7,55%	5,03%
TJLP a.a. (janeiro de 2022)			6,08%	7,60%	9,12%	4,56%	3,04%

Notas Explicativas

Risco de juros – Efeitos no Resultado Financeiro - Consolidado

Operação	Risco	Saldos em 2021	Cenário Base	<u>Risco de elevação dos indexadores</u>		<u>Risco de queda dos indexadores</u>	
				Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras e equivalentes de caixa	103,0% CDI	1.089.623	44.169	50.063	55.867	38.181	32.097
Passivos financeiros							
5ª Emissão de Debêntures (ii)	IPCA + 5,04%	388.430	14.194	16.453	18.674	11.896	9.558
7ª Emissão de Debêntures (iii)	IPCA + 4,70%	757.118	27.318	32.396	36.769	23.425	18.821
8ª Emissão de Debêntures (iv)	IPCA + 3,50%	455.380	15.073	17.738	20.359	11.618	9.099
9ª Emissão de Debêntures – 1ª Série (v)	CDI + 2,83%	805.315	17.863	22.152	26.376	13.506	9.078
9ª Emissão de Debêntures – 2ª Série(v)	IPCA + 5,30%	830.211	31.185	36.065	40.863	26.221	21.170
10ª Emissão de Debêntures (vi)	IPCA + 5,07%	721.085	26.677	30.913	35.078	22.368	17.983
11ª Emissão de Debêntures – 1ª Série (viii)	IPCA + 5,77%	660.873	27.905	32.144	36.314	23.590	19.200
11ª Emissão de Debêntures – 2ª Série (viii)	IPCA + 5,86%	270.692	28.068	32.309	36.480	23.754	19.363
8ª Notas Promissórias (vii)	CDI + 1,25%	1.250.361	27.740	22.830	27.160	13.943	9.381
CCB	CDI + 2,45%	661.872	14.677	18.201	21.671	11.097	7.459
FINEM BNDES (i), (ii)	TJLP+1,80% a 2,62%	338.956	6.899	7.711	8.948	5.298	4.048
BNDES Controladas	TJLP + 1,55% a.a. a 2,62% a.a.	58.660	1.158	1.366	1.445	869	670
Efeito líquido da variação			(194.588)	(220.215)	(254.270)	(149.404)	(113.733)
Referência para ativos e passivos financeiros							
100% CDI (março de 2022) (*)			9,15%	11,44%	13,73%	6,86%	4,58%
IPCA (março de 2022)			10,06%	12,58%	15,09%	7,55%	5,03%
TJLP (março de 2022)			6,08%	7,60%	9,12%	4,56%	3,04%

(*)fonte: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/servicos/market-data/consultas/mercado-de-derivativos/precos-referenciais/taxas-referenciais-bm-fbovespa

Notas Explicativas

31 Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

			Controladora
Modalidade	Vigência	Importância segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil
Patrimonial (a)	01/06/21 a 01/12/22	2.498.272	7.277
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/21 a 19/12/22	60.000	121
Transportes Nacionais (c)	19/12/21 a 19/12/22	362.000	33
Acidentes Pessoais Coletivos (d)	30/04/21 a 30/04/22	85.000	4
Automóveis (e)	10/04/21 a 19/12/22	Valor de mercado	259
Garantia judicial (f)	16/03/17 a 15/12/26	802.836	5.603
			13.297
			Consolidado
Modalidade	Vigência	Importância segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil
Patrimonial (a)	01/06/21 a 19/12/22	3.453.710	8.216
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/21 a 19/12/22	60.000	121
Transportes Nacionais (c)	19/12/21 a 19/12/22	362.000	33
Acidentes Pessoais Coletivos (d)	30/04/21 a 30/04/22	85.000	4
Automóveis (e)	10/04/21 a 19/12/22	Valor de mercado	259
Garantia judicial (f)	16/03/17 a 15/12/26	802.836	5.603
			14.236

- (a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme contratos de concessão, onde as transmissoras deverão manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.
- (b) **Responsabilidade civil geral** - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.
- (c) **Transportes nacionais** - Cobertura a danos causados aos bens e equipamentos da Companhia, transportados no território nacional.
- (d) **Acidentes pessoais coletivos** - Cobertura contra acidentes pessoais a executivos e aprendizes.
- (e) **Automóveis** - Cobertura contra colisão, incêndio, roubo e terceiros.
- (f) **Garantia judicial** – substituição de cauções e/ou depósitos judiciais efetuados junto ao Poder Judiciário.

Notas Explicativas

Não há cobertura para eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

32 Plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei 4.819/58

O plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, a qual dispunha sobre a criação do Fundo de Assistência Social do Estado, aplica-se aos empregados servidores de autarquias, sociedades anônimas em que o Estado de São Paulo fosse detentor da maioria das ações com direito de controle e dos serviços industriais de propriedade e administração estadual, admitidos até 13 de maio de 1974, e previa benefícios de complementação de aposentadorias e pensão, licença-prêmio e salário-família. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, cuja implementação ocorreu conforme convênio firmado entre a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ-SP) e a CTEEP, em 10 de dezembro de 1999.

Tal procedimento foi realizado regularmente até dezembro de 2003 pela Vivest (Fundação CESP), mediante recursos da SEFAZ-SP, repassados por meio da CESP e posteriormente da Companhia. A partir de janeiro de 2004, a SEFAZ-SP passou a processar diretamente os pagamentos dos benefícios, sem a interveniência da CTEEP e da Vivest (Fundação CESP), em montantes inferiores àqueles historicamente pagos até dezembro de 2003.

(a) Ação Civil Pública em trâmite na 2ª Vara da Fazenda Pública

A alteração na forma de pagamento pela SEFAZ gerou a propositura de demandas judiciais por parte dos aposentados, destacando-se a Ação Civil Pública. Com a decisão judicial da 2ª Vara da Fazenda Pública, proferida em junho de 2005, julgando improcedente o pedido, permitindo o processamento da folha e pagamentos das aposentadorias e pensões da Lei nº 4.819/58 pela SEFAZ-SP. A Associação dos Aposentados da Funcesp – AAFC, que representa os aposentados e pensionistas, interpôs recurso de apelação contra a decisão e insurgiu-se contra a competência da Justiça Comum. Em 24 de novembro de 2015 transitou em julgado a decisão do STF que estabeleceu a competência da Justiça Comum para a discussão desta ação.

Assim, em 27 de junho de 2016, foi atribuído efeito suspensivo ao Recurso de Apelação da AAFC esclarecendo que a liminar, obtida na justiça trabalhista (vide item “b” abaixo) deveria ser mantida até o julgamento do mérito do recurso.

A partir do mês de junho de 2016 a Ação Civil Pública passou a tramitar em conjunto com a Ação Coletiva, cujo andamento segue reportado no item (b.(i)) abaixo. Embora tramitem em conjunto, as ações são autônomas.

(b) Ação Coletiva em trâmite perante a 2ª Vara da Fazenda Pública/SP (antiga Reclamação Trabalhista que tramitou na 49ª Vara do Trabalho)

Trata-se de ação coletiva distribuída, pela AAFC simultaneamente à sentença da Ação Civil Pública acima, desta vez, entretanto, perante a Justiça do Trabalho em caso individual que já possuía tutela antecipada. Em 11 de julho de 2005 foi deferida a concessão de tutela antecipada para que a Vivest (Fundação CESP) voltasse a processar os pagamentos de benefícios decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, segundo o respectivo regulamento, da forma realizada até dezembro de 2003, figurando a Companhia como intermediária entre SEFAZ-SP e Vivest (Fundação CESP).

Atualmente a Ação Civil Pública e a presente Ação Coletiva tramitam apensadas na Justiça Comum por força de decisão obtida pela Companhia em conflito de competência perante o STF.

Por força da decisão do Conflito de Competência mencionado acima, a Ação Coletiva foi recebida na 2ª Vara da Fazenda Pública em 20 de maio de 2016 e, no dia 30 de maio de 2016, foi proferida sentença cassando a liminar que obrigava a Companhia no pagamento das parcelas mensais, extinguindo-se os pedidos inerentes ao

Notas Explicativas

processamento da folha e, julgando improcedente o pedido de ressarcimento de eventuais diferenças devidas aos aposentados e pensionistas da Lei 4.819/58.

A SEFAZ-SP retomou a folha de pagamento a partir de junho de 2016, contudo, após interposição de Recurso de Apelação, a AAFC requereu ao TJ/SP atribuição de efeito suspensivo ao recurso, o que foi concedido em 27 de junho de 2016.

Após manifestação das partes, em 22 de julho de 2016, foi proferida nova decisão esclarecendo que a liminar trabalhista deve ser mantida até que seja proferida decisão no recurso da AAFC.

A partir do mês de junho de 2016 a Ação Coletiva passou a tramitar em conjunto com a Ação Civil Pública, cujo andamento segue reportado no item (b.1) abaixo. Embora tramitem em conjunto, as ações são autônomas.

(i) Andamento da Ação Civil Pública e Ação Coletiva (itens a e b)

O TJ/SP, em julgamento realizado em 2 de agosto de 2017, por decisão unânime confirmou a sentença de improcedência, condenou a AAFC por litigância de má fé e revogou a liminar.

Cumprindo a decisão unânime acima, a SEFAZ enviou ofício em 8 de agosto para a Companhia informando a assunção da folha de pagamento dos aposentados e pensionistas da Lei 4.819/58 a partir de agosto de 2017. A AAFC interpôs Recursos contra a decisão unânime do TJ/SP, sendo um recurso especial para o STJ e um recurso extraordinário para o STF, ambos com pedido de liminar para suspender os efeitos da decisão unânime do TJ/SP.

O TJ/SP, em 18 de outubro de 2017 e, o STJ, em 31 de outubro de 2017, negaram a liminar pleiteada pela AAFC. Contudo, o STF concedeu a liminar suspendendo os efeitos do acórdão proferido pelo TJ/SP e mandando que as requeridas procedam como faziam antes do julgamento do tema pelo TJ/SP e até que o STF analise o mérito da questão.

Em razão da liminar, a SEFAZ determinou o processamento da folha pela Vivest (Fundação CESP) a partir de dezembro de 2017.

Em dezembro de 2017, a Companhia recorreu da decisão liminar do STF ainda pendente de julgamento.

Em abril de 2020 o STJ não conheceu os Recursos Especiais da AAFC, que apresentou novo recurso. A Ministra Relatora do STJ reconheceu a necessidade do STF analisar a discussão judicial antes do STJ para evitar decisões conflitantes e determinou a remessa imediata do processo para o STF julgar os Recursos Extraordinários da AAFC.

Em 26 de dezembro de 2020 foi proferida decisão monocrática pelo Ministro Relator do STF na Ação Civil Pública confirmando a liminar, publicada em 08 de janeiro de 2021, contra a qual a Companhia apresentou recurso, pendente de julgamento.

Em 13 de setembro de 2021 o STF proferiu na Ação Coletiva decisão monocrática desfavorável à Companhia, nos mesmos moldes da decisão proferida em 26 de dezembro de 2020 na Ação Civil Pública, contra a qual a Companhia apresentou recurso, pendente de julgamento.

(c) Ações individuais e plúrimas em trâmite na Justiça de Trabalho e na Justiça Estadual

A Companhia também discute o tema em 835 ações judiciais individuais e plúrimas com valor total envolvido da ordem de R\$477.484 e caso seja condenada, segundo análise da própria Companhia e de seus consultores externos, eventuais valores pagos serão futuramente cobrados da Fazenda Pública do Estado de São Paulo e, adicionalmente, contabilizados em “contas a receber”.

Notas Explicativas

(d) Ação de cobrança

A SEFAZ-SP vem repassando à Companhia, desde setembro de 2005, valor inferior ao necessário para o fiel cumprimento da citada decisão liminar da 49ª Vara do Trabalho, citada no item “(b)” acima.

Por força dessa decisão, a Companhia repassou à Vivest (Fundação CESP) no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2021, o valor de R\$5.838.465 pagamento de benefícios da Lei Estadual 4.819/58, tendo recebido da SEFAZ-SP o valor de R\$3.655.296 para a mesma finalidade. A diferença entre os valores repassados à Vivest (Fundação CESP) e ressarcidos pela SEFAZ-SP, no montante de R\$2.183.169 (nota 8 (a)), tem sido requerida pela Companhia para ressarcimento por parte da SEFAZ-SP. Adicionalmente, há valores relacionados a ações trabalhistas quitados pela Companhia e de responsabilidade da SEFAZ-SP, no montante de R\$300.833 (nota 8 (b)), perfazendo um total de R\$2.484.002.

Em dezembro de 2010, a Companhia ingressou com ação de cobrança contra a SEFAZ-SP, visando reaver os valores não recebidos. Após decisão que extinguiu o processo sem analisar seu mérito em maio de 2013. Tal decisão foi mantida pelo TJ/SP em julgamento de dezembro de 2014.

A Companhia apresentou recurso e, em 31 de agosto de 2015, o TJ/SP deu provimento ao recurso da Companhia e condenou a SEFAZ-SP a efetuar os repasses da complementação de aposentadoria e pensão nos termos dos ajustes firmados com a Companhia e das leis de regência, com exceção das verbas glosadas.

Pretendendo que as verbas glosadas sejam incorporadas à decisão, a Companhia apresentou novo recurso para esclarecimentos, o que foi acolhido pelo TJ/SP em julgamento de 1 de fevereiro de 2016, que manteve a decisão de 31 de agosto de 2015 e determinou a aferição, na fase de acerto, dos valores pendentes de repasse pela SEFAZ-SP.

A SEFAZ-SP, em 7 de março de 2016, apresentou recurso que foi rejeitado em julgamento ocorrido em 4 de julho de 2016, mantendo-se a condenação da SEFAZ-SP que apresentou novo recurso especial também rejeitado pelo TJ/SP em 5 de junho de 2017.

Após o Recurso Especial não ser admitido pelo Tribunal de Justiça/SP a SEFAZ apresentou novo recurso que aguarda análise pelo STJ.

Em agosto de 2018, a Companhia obteve decisão no Tribunal de Justiça/SP que impõe obrigação para a SEFAZ não efetuar qualquer glosa no repasse para pagamento dos benefícios da Lei 4.819/58 antes de concluir processo administrativo para apurar irregularidade nos pagamentos. Em março de 2019, o STJ, em decisão liminar e monocrática suspendeu os efeitos da decisão que proibia a SEFAZ de efetuar descontos no repasse à Companhia, que voltou a receber o repasse com as glosas e a complementar o valor do pagamento desde abril de 2019. A Companhia continua com os esforços direcionados para manter a decisão de mérito favorável conquistada no Tribunal de Justiça/SP.

Notas Explicativas

Posicionamento CTEEP

A Companhia continua empenhada em obter decisão judicial definitiva que mantenha o procedimento de pagamento direto da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela SEFAZ-SP. A Companhia reitera também o entendimento da sua área jurídica e de seus consultores jurídicos externos de que as despesas decorrentes da Lei Estadual 4.819/58 e respectivo regulamento são de responsabilidade integral da SEFAZ-SP e prossegue na adoção de medidas adicionais para resguardar os interesses da Companhia.

Tendo em vista os fatos ocorridos até 2013, sobretudo relacionados ao andamento jurídico do processo relacionado à cobrança dos valores devidos pela SEFAZ-SP, acima descrito, e considerando o andamento jurídico dos demais processos e ações acima mencionados, a Administração da Companhia reconheceu, em 2013, provisão para perdas sobre a realização de créditos de parte dos valores a receber da SEFAZ-SP, principalmente em função da expectativa do prazo de realização, à época, e de ainda não terem sido contemplados como sendo de responsabilidade exclusiva da SEFAZ-SP. Apesar dos desdobramentos ocorridos posteriormente ao reconhecimento da referida provisão, a Companhia ainda considera adequado o valor atualmente provisionado, não tendo havido, até o momento, qualquer evento relevante que pudesse suscitar uma eventual revisão desse montante.

A administração da Companhia vem monitorando os andamentos e desdobramentos relacionados à parte jurídica do assunto, bem como avaliando continuamente os eventuais impactos em suas demonstrações financeiras.

33 Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa – Atividades de financiamento

Conforme requerido pelo CPC 03 (R2) (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, item 44 (a), demonstramos a seguir a conciliação da atividade de financiamento do fluxo de caixa:

						Controladora
	Alterações não Caixa					
		Fluxo de caixa	Adição ou transferência	Juros	Destinação ou Prescrição	
	2020					2021
Empréstimos e financiamentos	1.062.777	1.083.803	-	125.883	-	2.272.463
Debêntures	3.179.266	1.169.720	-	540.116	-	4.889.102
Arrendamentos	51.815	(12.438)	15.192	701	-	55.270
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.931	-	-	1.931
Juros Sobre o Capital Próprio / Dividendos	500.513	(2.642.136)	(108.679)	-	2.360.845	110.543
Total	4.794.371	(401.051)	(91.556)	666.700	2.360.845	7.329.309

Notas Explicativas**Consolidado**

	2020	Fluxo de caixa	Alterações não Caixa			2021
			Adição ou transferência	Juros	Destinação ou Prescrição	
Empréstimos e financiamentos	1.302.929	646.323	373.537	147.739	-	2.470.528
Debêntures	3.179.266	1.169.720	-	540.116	-	4.889.102
Arrendamentos	53.537	(12.659)	15.312	722	-	56.912
Instrumentos financeiros derivativos	10.016	17.458	(9.018)	-	-	18.456
Juros Sobre o Capital Próprio / Dividendos	500.513	(2.642.136)	(108.679)	-	2.360.845	110.543
Total	5.046.261	(821.294)	271.152	688.577	2.360.845	7.545.541

34 Eventos Subsequentes**(a) Juros sobre Capital Próprio**

Em 18 de janeiro de 2022 ocorreu o pagamento dos juros sobre capital próprio, deliberados em 17 de dezembro de 2021 no montante de R\$114.577.

(b) Retirada de Patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/CTEEP

Em reunião realizada em 15 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a retirada do Patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão ("PSAP/CTEEP"), atualmente administrado pela Vivest, que seguirá para providências e posterior submissão a PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

A Companhia segue acompanhando a evolução da referida retirada de patrocínio, não sendo possível, nesta data, a mensuração dos impactos nas demonstrações financeiras.

(c) Investimentos

A Companhia integralizou capital nas controladas IEMG (R\$18.400); Evrecy (R\$87.315); Itaúnas (R\$13.043); Tibagi (R\$13.020); Biguaçu (R\$16.498); Riacho Grande (R\$4.812) e nas controladas em conjunto Aimorés (R\$3.000) e Paraguaçu (R\$16.000).

* * *

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**1. Conciliação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado Societário e Regulatório**

Ativo	Consolidado		
	Societário	Ajustes	Regulatório (*)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	282.632	-	282.632
Aplicações financeiras	813.634	-	813.634
Ativos da concessão	2.344.141	(2.019.266)	324.875
Estoques	49.817	(31.050)	18.767
Serviços em curso	-	45.134	45.134
Tributos e contribuições a compensar	72.150	-	72.150
Instrumentos financeiros derivativos	200	-	200
Caixa restrito	3.952	-	3.952
Créditos com partes relacionadas	78.386	527	78.913
Despesas pagas antecipadamente	11.619	-	11.619
Outros	91.318	(31.343)	59.975
	3.747.849	(2.035.998)	1.711.851
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Caixa restrito	38.968	-	38.968
Ativos da concessão	19.149.637	(18.625.453)	524.184
Valores a receber - Secretaria da Fazenda	1.967.747	-	1.967.747
Cauções e depósitos vinculados	46.011	-	46.011
Estoques	12.114	(12.114)	-
Instrumentos financeiros derivativos	18.250	-	18.250
Serviços em curso	-	4.738	4.738
Outros	106.982	(4.732)	102.250
	21.339.709	(18.637.561)	2.702.148
Investimentos	3.299.479	(1.847.418)	1.452.061
Imobilizado	93.265	8.842.915	8.936.180
Intangível	496.437	1.118.560	1.614.997
	3.889.181	8.114.057	12.003.238
	25.228.890	(10.523.504)	14.705.386
Total do ativo	28.976.739	(12.559.502)	16.417.237

(*) não auditado e/ou não revisado

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Passivo	Consolidado		
	Societário	Ajustes	Regulatório (*)
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	741.848	-	741.848
Debêntures	59.341	-	59.341
Arrendamento	11.911	(11.883)	28
Instrumentos financeiros derivativos	1.931	-	1.931
Fornecedores	83.666	799	84.465
Tributos e encargos sociais a recolher	61.025	(35)	60.990
Encargos regulatórios a recolher	60.851	-	60.851
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	6	6
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	110.543	-	110.543
Obrigações trabalhistas	46.507	-	46.507
Valores a pagar – Vivest	858	-	858
Outros	50.713	(6)	50.707
	1.229.194	(11.119)	1.218.075
Não circulante			
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	1.728.681	-	1.728.681
Debêntures	4.829.761	-	4.829.761
Arrendamento	45.005	(45.005)	-
Fornecedores	6.336	-	6.336
Benefício a empregados – déficit atuarial	465.454	-	465.454
PIS e COFINS diferidos	1.694.586	(1.644.033)	50.553
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.987.167	(3.087.342)	899.825
Encargos regulatórios a recolher	37.211	-	37.211
Provisões	124.758	(5.351)	119.407
Obrigações vinculadas à concessão do serviço	-	384.980	384.980
Outros	35.851	(31.477)	4.374
	12.954.810	(4.428.228)	8.526.582
Patrimônio líquido			
Capital social	3.590.020	-	3.590.020
Reservas de capital	666	-	666
Reservas de lucros	11.045.897	(10.049.567)	996.330
Outros resultados abrangentes	(237.377)	-	(237.377)
Reserva de reavaliação	-	1.929.412	1.929.412
	14.399.206	(8.120.155)	6.279.051
Participação de não controladores nos fundos de investimentos	393.529	-	393.529
	14.792.735	(8.120.155)	6.672.580
Total do passivo e do patrimônio líquido	28.976.739	(12.559.501)	16.417.237

(*) não auditado e/ou não revisado

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

	Consolidado (Período findo em 31.12.2021)		
	Societário	Ajustes	Regulatório (**)
Receita de O&M	1.130.039	-	1.130.039
Receita CAAE (Custo Anual dos Ativos Elétricos)	-	863.560	863.560
Receita RBSE	2.288.954	(675.616)	1.613.338
Implementação da infraestrutura	1.150.238	(1.150.238)	-
Remuneração do ativo da concessão	1.578.702	(1.578.702)	-
Ganho na eficiência na implementação de infraestrutura	142.186	(142.186)	-
Outras receitas	45.562	12.829	58.391
Deduções da receita operacional	(801.552)	204.468	(597.084)
Receita operacional líquida	5.534.129	(2.465.885)	3.068.244
Custo de implementação da infraestrutura (*)	(991.740)	991.740	-
Custos de Operação e Manutenção	(408.638)	2.449	(406.189)
Custo dos serviços prestados	(12.085)	-	(12.085)
Custos dos serviços de construção, O&M e de prestação de serviços	(1.412.463)	994.189	(418.274)
Receitas – Revisão Tarifaria Periódica (RTP)	54.774	(54.774)	-
Despesas gerais e administrativas	(201.196)	(13.378)	(214.574)
Depreciação e Amortização	(22.802)	(557.843)	(580.645)
Resultado Financeiro	(630.993)	753	(630.240)
Equivalência Patrimonial	518.548	(506.754)	11.794
Amortização do ágio	(37)	-	(37)
Outras receitas (despesas) operacionais	(33.736)	(44.428)	(78.164)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.806.224	(2.648.120)	1.158.104
Imposto de renda e contribuição social	(768.416)	507.088	(261.328)
Participação de acionista não controlador	(19.209)	-	(19.209)
Lucro líquido do período	3.018.599	(2.141.032)	877.567

(*) O custo de implementação da infraestrutura equivale ao CAPEX dos ativos da concessão nas demonstrações contábeis regulatória.

(**) não auditado e/ou não revisado

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**2. Conciliação EBITDA – IFRS e Regulatório**

	Consolidado
	2021
EBITDA IFRS (ICVM 527)	4.460.056
(-) Receita de implementação da infraestrutura	(1.150.238)
(-) Remuneração dos ativos de concessão	(3.867.656)
(-) Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura	(142.186)
(-) Receita de O&M	(1.130.039)
(+) Receita de uso da rede elétrica	3.606.937
(+) Outras receitas	12.829
(+) PIS e COFINS diferidos	204.468
(+) Custo de implementação da infraestrutura	991.740
(-) Custo de O & M	2.449
(-) Despesas gerais e administrativas	(13.378)
(-) Equivalência patrimonial	(506.754)
(-) Receitas – Revisão Tarifaria Periódica (RTP)	(54.774)
(-) Outras receitas (despesas) operacionais	(44.428)
EBITDA REGULATÓRIO (ICVM 527)	2.369.026
Equivalência Patrimonial	(11.794)
Recebimento do retroativo da PA (RTP e RBSE)	198.800
Custos e despesas não recorrentes ¹	16.400
EBITDA AJUSTADO	2.572.432

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

3. Composição Acionária da Companhia

Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe do Capital Social da Companhia, de forma direta ou indireta até o nível de pessoa física.

Os principais acionistas da Companhia são como segue:

	2021					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas						
Controlador						
ISA Capital do Brasil S. A	230.856.832	89,50	5.144.528	1,28	236.001.360	35,82
Administradores						
Diretores	-	-	-	-	-	-
Conselho de Administração	-	-	5.200	-	5.200	-
Conselho Fiscal	-	-	1.704	-	1.704	-
	-	-	6.904	-	6.904	-
Total do Bloco de Controle	230.856.832	89,50	5.151.432	1,28	236.008.264	35,82
Ações em Circulação						
Governo Federal						
Centrais Elétricas Brasileiras S. A – ELETROBRAS (i)	25.108.901	9,73	210.758.156	52,57	235.867.057	35,80
Outros (ii)	1.971.999	0,76	185.035.984	46,15	187.007.983	28,38
Total das Ações em Circulação	27.080.900	10,50	395.796.144	98,72	422.877.044	64,18
Capital Total	257.937.732	100,00	400.945.572	100,00	658.883.304	100,00

(i) As Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobras é uma Companhia aberta com código de registro CVM nº 2437.

(ii) Inclui acionistas que, individualmente, são detentores de quantidade de ações em percentual inferior a 5% do capital votante.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

	2020					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas						
Controlador						
ISA Capital do Brasil S. A	230.856.832	89,50	5.144.528	1,28	236.001.360	35,82
Administradores						
Diretores	-	-	-	-	-	-
Conselho de Administração	-	-	4.000	-	4.000	-
Conselho Fiscal	-	-	900	-	900	-
	-	-	4.900	-	4.900	-
Total do Bloco de Controle	230.856.832	89,50	5.149.428	1,28	236.006.260	35,82
Ações em Circulação						
Governo Federal						
Centrais Elétricas Brasileiras S. A – ELETROBRAS (i)	25.158.644	9,75	212.276.657	52,94	237.435.301	36,04
Outros (ii)	1.922.256	0,75	183.519.487	45,78	185.441.743	28,14
Total das Ações em Circulação	27.080.900	10,50	395.796.144	98,72	422.877.044	64,18
Capital Total	257.937.732	100,00	400.945.572	100,00	658.883.304	100,00

(i) As Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobras é uma Companhia aberta com código de registro CVM nº 2437.

(ii) Inclui acionistas que, individualmente, são detentores de quantidade de ações em percentual inferior a 5% do capital votante.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Posição acionária por espécie e classe, de todo aquele que detiver mais de 5% das ações de cada espécie e classe do Capital Social da Companhia, de forma direta ou indireta até o nível de pessoa física

Acionistas	2021					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
ISA Capital do Brasil S. A.						
ISA Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. (a)	840.625.000	100,00	-	-	840.625.000	100,00
ISA Investimento e Participações do Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-
	<u>840.625.000</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>840.625.000</u>	<u>100,00</u>
(a) ISA Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P.						
Ministério de Hacienda Y Crédito Público (b)	569.472.561	51,41	-	-	569.472.561	51,41
Empresa Pública de Medellín E.S.P. (c)	97.724.413	8,82	-	-	97.724.413	8,82
Demais acionistas	<u>440.480.920</u>	<u>39,77</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>440.480.920</u>	<u>39,77</u>
	<u>1.107.677.894</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.107.677.894</u>	<u>100,00</u>
(b) Ministério de Hacienda Y Crédito Público						
Público (Governo Nacional da Colômbia)	36.384.788.417	88,49	-	-	36.384.788.417	88,49
	<u>4.731.906.273</u>	<u>11,51</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.731.906.273</u>	<u>11,51</u>
	<u>41.116.694.690</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>41.116.694.690</u>	<u>100,00</u>
(c) Empresa Pública de Medellín E.S.P.						
Município de Medellin	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>
	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Acionistas	2020					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
ISA Capital do Brasil S. A.						
ISA Interconéxion Elétrica S.A. E.S.P. (a)	840.625.000	99,99	-	-	840.625.000	99,99
Demais acionistas	10	0,01	-	-	10	0,01
	<u>840.625.010</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>840.625.010</u>	<u>100,00</u>
(a) ISA Interconéxion Elétrica S.A. E.S.P.						
Ministério de Hacienda Y Crédito Público (b)	569.472.561	51,41	-	-	569.472.561	51,41
Empresa Pública de Medellín E.S.P. (c)	97.724.413	8,82	-	-	97.724.413	8,82
Demais acionistas	440.480.920	39,77	-	-	440.480.920	39,77
	<u>1.107.677.894</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.107.677.894</u>	<u>100,00</u>
(b) Ministério de Hacienda Y Crédito Público						
Público (Governo Nacional da Colômbia)	3.008.720	100,00	-	-	3.008.720	100,00
	<u>3.008.720</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.008.720</u>	<u>100,00</u>
(c) Empresa Pública de Medellín E.S.P.						
Município de Medellin	4.223.308	100,00	-	-	4.223.308	100,00
	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 e Relatório do Auditor Independente Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. Opinião Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. ("CTEEP" ou "Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase Lei 4.819/58 Conforme descrito nas notas explicativas nº 8 e nº 32 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia mantém registrado contas a receber com o Estado de São Paulo no montante de R\$ 1.967.747 mil líquidos, relativos aos impactos da Lei 4.819/58, que concedeu aos empregados das empresas sob controle do Estado de São Paulo benefícios de complementação de aposentadoria e pensão já concedidos aos demais servidores públicos. A Administração da Companhia vem monitorando os novos fatos relacionados ao assunto, bem como avaliando os eventuais impactos em suas demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Principal assunto de auditoria Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Ativo contratual Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.7 e nº 7 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia atua como prestadora de serviços, conforme contrato de concessão, sendo remunerada pela construção e implementação da infraestrutura de transmissão de energia elétrica, bem como pela manutenção e operação de referida estrutura. Durante a sua fase de construção, a Companhia constitui, em contrapartida à receita de construção, um ativo de contrato, o qual passa a ser amortizado após o início das operações, à medida em que a Companhia executa a operação e manutenção da estrutura construída, e conforme o recebimento da remuneração pelo cumprimento de ambas as obrigações de performance. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$ 16.640.260 mil na controladora e R\$ 21.362.263 mil no consolidado. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita da Companhia de acordo com o pronunciamento técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15 – "Revenue from contract with customer") requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada, e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato como um assunto significativo para a nossa auditoria. Dessa forma, nossos principais procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do processo de reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas, por natureza; (ii) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade operacional das atividades de controles internos relevantes determinados pela Administração relacionados à captura, processamento e registro das transações referentes ao ativo contratual e a receita de contrato, de acordo com os requerimentos contábeis e com as condições contratuais; (iii) entendimento dos critérios e premissas utilizados na determinação das margens de construção e operação e manutenção, das taxas implícitas aplicadas aos fluxos de recebimento futuro e dos montantes estimados de indenização sobre os valores residuais da infraestrutura de transmissão, quando aplicável; (iv) análise retrospectiva dos gastos incorridos em cada projeto em relação aos montantes inicialmente orçados, com a correspondente análise e discussão sobre a natureza das variações e discrepâncias, e obtenção de evidências corroborativas de tais variações; (v) testes substantivos relacionados às adições ao ativo de contrato, em base amostral; (vi) recálculo dos fluxos de recebimento futuro dos projetos de infraestrutura (novas linhas, reforços e melhorias), em base amostral; (vii) recálculo das atualizações monetárias e da remuneração financeira dos ativos de contrato em base amostral, a partir das condições contratuais estabelecidas e demais premissas utilizadas pela Companhia; (viii) análise do fluxo de recebimento relativo à infraestrutura já construída, bem como da legislação correspondente (Lei 12.783/13 - RBSE), para classificação como ativo contratual; (ix) análise de eventual existência de contratos onerosos; e (x) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados relacionados à mensuração do ativo contratual da Companhia e de suas controladas e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que os critérios de mensuração do ativo contratual e da receita de construção adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 3.7 e nº 7 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 tomadas em conjunto. Outros assuntos Valores correspondentes ao exercício anterior O exame das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem ressalvas, contendo ênfase similar ao mesmo assunto mencionado anteriormente sobre a Lei 4.819 e ênfase relacionada à mudança de política contábil conforme aspectos

relevantes do Ofício Circular da CVM 04/2020, por meio da qual os valores correspondentes relativos às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e reapresentadas como previsto nos pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, com data de 22 de fevereiro de 2021. Demonstração do valor adicionado As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado- DVA, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 23 de fevereiro de 2022 DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Renato Vieira Lima Auditores Independentes Ltda. Contador CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 257330/O-5

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“Companhia”), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em cumprimento ao disposto no Artigo 163 da Lei nº 6.404/76 e posteriores alterações, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações financeiras da Companhia, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Com fundamento nos exames realizados e no relatório dos auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu, sobre as demonstrações financeiras o Conselho Fiscal é de opinião que referidos documentos estão aptos a serem submetidos à apreciação e aprovação dos acionistas da Companhia. São Paulo, 22 de fevereiro de 2022 Ricardo Lopes Cardoso Manuel Domingues de Jesus e Pinho Carla Alessandra Trematore Andrea Costa Amancio Negrão Pablo Saint Just Lopes

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Companhia declaram que (i) revisaram, discutiram e concordam com as informações contidas nas Demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, (ii) concordam com a opinião expressa no respectivo Relatório dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu, e (iii) todas as informações relevantes relacionadas às Demonstrações Financeiras, e apenas elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na sua gestão. Portanto, os Diretores aprovam a emissão das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 23 de fevereiro de 2022

Rui Chammas Diretor Presidente
Dayron Esteban Urrego Moreno Diretor Executivo de Projetos
Carisa Santos Portela Cristal Diretora Executiva de Finanças e Relações com Investidores
Silvia Diniz Wada Diretora Executiva de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios
Gabriela Desire Olimpio Pereira Diretora Executiva de Operações

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes. São Paulo, 23 de fevereiro de 2022 Rui Chammas Diretor Presidente Dayron Esteban Urrego Moreno Diretor Executivo de Projetos Carisa Santos Portela Cristal Diretora Executiva de Finanças e Relações com Investidores Silvia Diniz Wada Diretora Executiva de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios Gabriela Desire Olímpio Pereira Diretora Executiva de Operações